

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 765
25 de Agosto de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Comité Central aprova:

- *Projecto do novo*
PROGRAMA DO PCP
- *Projecto de*
ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

Regulamento para o debate no Partido
e a eleição de delegados ao XII Congresso

Declaração de Álvaro Cunhal
à Comunicação Social sobre a reunião do CC

Comité Central aprovou também
uma nota sobre a situação política

Págs. 1/4 - Semana

CDU vence em 17 de 23 freguesias

**Confirmada
ampla base de apoio
e confiança
na gestão da CDU**

**Muge, Granho
e Montelavar
vão no domingo
às urnas**

Págs. 8/9 - Semana

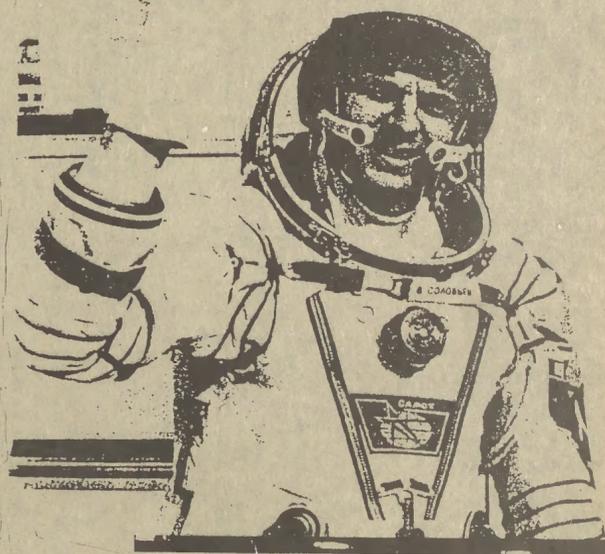


**Álvaro Cunhal visitou
a cooperativa
«Cravos Vermelhos»**

**AS RAZÕES DA REFORMA AGRÁRIA
E AS VITÓRIAS DA UNIDADE**

Págs. 5/6/7 - Semana

Mais ^{XII} *festas*
novidades! *Avante!*



**Cosmonauta
soviético
no grande convívio
de Loures**



Pedro Burmester e Mário Laginha
**Concerto
para 2 pianos
no palco «25 de Abril»**



DESPORTO

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 765
25 de Agosto de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Nova fase da preparação do XII Congresso do PCP

O XII Congresso do PCP, a realizar de 1 a 4 de Dezembro, entrou agora numa nova fase da sua preparação com a apreciação e aprovação pelo Comité Central dos projectos de novo Programa e de Alterações dos Estatutos e ainda do Regulamento que estabelece a metodologia a seguir nesta fase mais activa dos trabalhos preparatórios do Congresso.

Todo o Partido vai entrar numa fase do debate mais sistematizado das propostas programáticas do Comité Central para esta singular época do final do século XX e do limiar do século XXI que estamos a viver e de alterações normativas da sua vida interna que correspondam às novas exigências de acção que se colocam aos comunistas.

A discussão e aprovação daqueles projectos de documentos básicos do Congresso e do Regulamento para o debate no seio do Partido e a eleição dos delegados foi ainda acompanhada do exame sumário do momento político actual, do ponto da situação em que nos encontramos face à política de sistemática ilegalidade, desestabilizadora das instituições e da vida económica e social dos portugueses, prosseguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

Numa palavra: lançar as grandes linhas de preparação e previsão do futuro e simultaneamente dar resposta imediata aos agudos problemas da hora presente, tal foi a temática que ocupou o CC do PCP na sua reunião dos últimos dois dias.

Relevante importância deve atribuir-se ao projecto do novo Programa do PCP e reflexivamente ao das alterações normativas que as novas condições de acção e de intervenção política dos comunistas aconselham a introduzir nos Estatutos do Partido.

Uma base de frutuoso e desejavelmente intenso debate interno foi agora criado com a aprovação daqueles dois projectos. A posterior discussão das Teses do Comité Central completará ul-

teriormente e tornará mais rica a contribuição colectiva de todo o Partido, de todos os seus militantes e também dos seus amigos e simpatizantes para a definição do corpo de ideias e de tarefas essenciais a que o XII Congresso deverá dar, necessariamente, expressão mais acabada.

O projecto do novo Programa desenvolve-se em torno de quatro capítulos fundamentais:

— A revolução de Abril, como grande realização histórica do povo português;

— Uma democracia avançada no limiar do século XXI;

— A sociedade socialista — futuro de Portugal;

— O Partido, sua natureza, princípios e orientações.

Cada um destes pontos fundamentais são tratados de modo a proporcionar essa desejável contribuição enriquecedora do nosso grande colectivo partidário e de todos os que vejam no PCP a incarnação das suas aspirações progressistas e humanísticas mais elevadas.

O balanço, significado e características essenciais das realizações e conquistas do 25 de Abril, as consequências daninhas do processo contra-revolucionário ao longo dos últimos 12 anos; as seis componentes fundamentais da democracia avançada no limiar do século XXI que preconizamos para o futuro imediato de Portugal; as grandes linhas e perspectivas da sociedade socialista que desejamos ver triunfar no nosso País; um Partido capaz de responder aos grandes desafios do presente e do futuro — constituem a armadura temática do projecto do novo Programa do Partido.

A eliminação de definições desajustadas da realidade, a introdução de novas outras que a realidade e as necessidades da vida partidária e o seu ulterior desenvolvimento tornam indispensáveis, o que implica formulações mais rigorosas em numerosas disposições; ajustamento do texto aos princípios programáticos de um novo

Programa do Partido; redefinição do centralismo democrático à luz da nossa rica experiência e das realidades da nossa vida partidária e das exigências do reforço do Partido sob a tónica dominante do aprofundamento da nossa democracia interna — constituem o sentido do projecto de alterações dos Estatutos do Partido.

Vasta matéria de estudo, debate e participação que fica desde já — logo que as circunstâncias técnicas da edição e difusão dos dois documentos o permitam — ao alcance de todos os militantes e organizações do Partido.

E desde já também condições para a marcação de assembleias e reuniões plenárias que permitam a rápida chegada às comissões do Programa e dos Estatutos das opiniões, das propostas de emendas, acrescentos, ou supressões a introduzir nos dois documentos a submeter ao Congresso.

Toda a actividade preparatória do nosso XII Congresso decorre nas condições da escalada da ofensiva contra-revolucionária das forças da direita contra as conquistas democráticas do 25 de Abril e de acelerada restauração dos monopólios e dos latifúndios em que activamente se empenha o Governo PSD/Cavaco Silva.

O Comité Central examinou de maneira sumária o momento político actual e pronunciou-se sobre o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das restantes camadas desprotegidas do povo português, sobre os graves atentados à legalidade democrática e constitucional que se tornaram prática sistemática do Governo do PSD apoiado pelas forças mais retrógradas da sociedade portuguesa actual, sobre as consequências da crescente dependência externa de natureza económica e militar que a política cavaquista tem feito pesar na vida do povo e do país.

Abordou também sumariamente as questões do reforço e intensificação da luta e da resistência de massas à ofensiva da direita; de urgentes iniciativas no plano institucional e político contra as violações sistemáticas da Constituição da Re-

pública por parte do Governo PSD/Cavaco Silva, contra as tentativas e perigos de uma revisão subversiva da Constituição.

O Comité Central exprimiu a sua estranheza e repúdio pelas decisões deliberadamente precipitadas e leviandades do Tribunal Constitucional que, contra elementares princípios e autorizados pareceres jurídicos, se pronunciou pela constitucionalidade de leis, autorizações legislativas e «pacotes» dos mais atentatórios da nossa legalidade constitucional e democrática.

O Comité Central saudou as significativas vitórias eleitorais da CDU em 17 das 23 eleições autárquicas de novas freguesias e em várias das desanexadas num justo critério de descentralização administrativa ao Poder Local.

Igualmente saudou os trabalhadores e populações que mesmo num período de férias estão recorrendo à luta por sentidas reivindicações e problemas.

Os trabalhadores da Reforma Agrária que firmemente lutam contra as raivosas tentativas do Governo e dos grandes agrários e reclamam contra a injusta decisão do Tribunal Constitucional que deu luz verde à chamada Lei de Bases da Reforma Agrária que consideram uma autêntica lei de reconstituição dos latifúndios.

Os trabalhadores dos sectores dos Transportes, da Função Pública, das Autarquias Locais; a população de Barqueiros que luta contra os atentados à sua saúde e pela defesa do ambiente; as populações do Vale do Corço, do Vale do Tâmega, do Alentejo contra a supressão do tráfego ferroviário e o encerramento de estações e ramais da CP sob decisões e a cobertura do Governo PSD/Cavaco Silva; os agricultores que exigem crédito rápido e a fundo perdido para fazerem face aos catastróficos efeitos das intempéries.

É neste quadro de agravamento da situação nacional mas também de luta que o PCP prepara activa e responsabilmente o seu XII Congresso.

Resumo

17 Quarta-feira

O Tribunal Constitucional decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade da Lei de Bases da Reforma Agrária ■ ORTs da Quimigal, Siderurgia Nacional e Setenave denunciaram publicamente a sabotagem económica e os estrangulamentos financeiros com que o Governo tem castigado aquelas empresas públicas ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública anuncia que vai exigir uma actualização salarial intercalar de 5,4% ■ O «Diário da República» publica uma lei que limita a afixação de propaganda em locais públicos ■ Macau e a URSS assinam em Moscovo um memorando de cooperação para o estreitamento das relações bilaterais ■ Zia Ul-Haq morre após a explosão do avião em que viajava com altas patentes militares do Paquistão, o embaixador dos EUA e o responsável do Pentágono em Islamabad; com o ditador paquistanês morreram mais 29 pessoas; Ghulam Ishaq Khan, presidente do Senado, assume interinamente o poder e declara o estado de emergência ■ George Bush é oficialmente nomeado candidato do Partido Republicano às eleições presidenciais de Novembro nos EUA ■ O estado de saúde de Nelson Mandela agravou-se devido a falta de assistência médica na prisão — denuncia o ANC ■ Em Zurique Butch Reynolds corre 400 metros em 43,29 segundos, batendo um recorde com 20 anos.

18 Quinta-feira

Organizações da Reforma Agrária chamam a atenção para as consequências da decisão do TC sobre a Lei de Bases do Governo, reafirmando que os trabalhadores «não vão baixar os braços» na defesa daquela conquista ■ Uma delegação de trabalhadores e sindicalistas da Administração Local (STAL) concentra-se junto à Presidência do Conselho de Ministros, exigindo ser recebidos para discutir horário de trabalho, actualização salarial intercalar e outras reivindicações ■ O MNE português recebe os ministros da Cooperação e da Administração Estatal de Moçambique ■ O vice-MNE da URSS Anatoli Adamychine confirma que responsáveis soviéticos e chineses vão encontrar-se no fim do mês em Pequim para discutir, nomeadamente, a questão do Kampuchea ■ Os deputados da direita cristã pró-israelita boicotam a reunião do Parlamento libanês onde devia ser eleito o novo Presidente do país; Amin Gemayel termina o seu mandato a 23 de Setembro ■ É imposto o recolher obrigatório no Burundi para tentar pôr fim a uma onda de massacres por questões étnicas.

19 Sexta-feira

Em Portugal há cerca de 80 mil trabalhadores com salários em atraso em mais de 500 empresas — afirma a CGTP-IN num comunicado a propósito da reunião da OIT, onde o problema foi mais uma vez levantado ■ O embaixador português na ONU denuncia violações dos direitos do homem pela Indonésia em Timor-Leste ■ Maung Maung é eleito presidente da Birmânia ■ Abre em Lagoa mais uma edição da FATACIL, que se prolonga até dia 28.



Sábado, dia 20, Álvaro Cunhal na Cooperativa «Cravos Vermelhos», no Barrancão

20 Sábado

A CM de Lisboa retirou entre 8 e 13 de Agosto mais de 1500 pendões e muitas dezenas de faixas que anunciavam na capital a Festa do «Avante!» — denuncia o CLL do PCP ■ «O diário/fim-de-semana» publica uma mesa-redonda sobre a situação no sudoeste africano, com Costa Gomes, Aquilino Ribeiro Machado e Silas Cerqueira ■ Entra em vigor o cessar-fogo na guerra do Golfo, vigiado por um Grupo de Observação Militar da ONU ■ No dia em que completaria 100 anos, realiza-se no cemitério do Alto de S. João uma homenagem ao «capitão» Vilhena ■ Um atentado reivindicado pelo IRA contra um autocarro com 40 soldados britânicos faz 8 mortos ■ Representantes do Governo francês, das forças que exigem a independência da Nova Caledónia e das que se opõem a essa solução assinam em Paris um acordo tripartido sobre esta colónia francesa ■ Inicia-se em Tunis uma reunião do Comité Executivo da OLP ■ Devido às cheias no Nilo Azul, a segunda maior cidade do Sudão, Wad Medani, com dois milhões de habitantes, fica praticamente submersa ■ Perto de Vitória (Espanha) despista-se um autocarro que se dirigia à RFA; os oito mortos e muitos dos feridos são emigrantes portugueses ■ Inicia-se mais um campeonato nacional de futebol da 1.ª divisão, disputado por 20 equipas.

21 Domingo

A CDU vence em 17 freguesias as eleições autárquicas; de um total de 24 freguesias com eleições marcadas para hoje, só em Montelavar não se realizaram, por terem sido roubados os boletins de voto ■ Na Cidade do Cabo realiza-se uma manifestação, convocada pela COSATU, contra a legislação laboral que deve entrar em vigor em Setembro ■ No norte da Índia e no sul do Nepal o mais grave terramoto dos últimos 38 anos nos Himalaias provoca centenas de mortos, milhares de feridos e prejuízos materiais muito avultados.

22 Segunda-feira

De Janeiro a Maio de 1988 o défice da balança comercial portuguesa foi de 280,5 milhões de contos — revela o INE; comparativamente a igual período de 1987, o défice cresceu 14,5% ■ O STAL confirma a realiza-

ção a 24 e 25 de Agosto de uma vigília dos trabalhadores da Administração Local junto à residência de férias de Cavaco Silva ■ As delegações parlamentares da RPD da Coreia e da Coreia do Sul concluem a reunião iniciada sexta-feira sem chegarem a acordo sobre a realização de uma conferência parlamentar intercoreana ■ Prosseguem na Birmânia as manifestações de protesto contra o novo presidente e pela democratização do país ■ Apesar do aumento da repressão pelas tropas israelitas, é massivamente seguido o apelo à greve geral em Gaza e na Cisjordânia, lançado pela Direcção Unificada do Levantamento Popular palestino ■ Cresce a agitação social na Polónia, com paralisações de trabalho no estaleiro de Gdansk e em vários outros sectores de actividade ■ De 30 de Setembro a 2 de Outubro realiza-se em Lisboa o 1.º Encontro de Jornalistas dos países de língua oficial portuguesa — anuncia o SJ.

23 Terça-feira

Reúne o Comité Central do PCP.



no quadro da preparação do 12.º Congresso do Partido ■ Os trabalhadores gráficos de «A Capital» marcam mais 4 dias de greve por reivindicações económicas ■ Uma força da GNR impede que moradores de Codeço (Celorico da Basto) barriquem, pelo segundo dia consecutivo e como protesto contra o encerramento da linha da CP, a estrada para Amarante; a população e a Câmara de Valongo, entretanto, ameaçam destruir um muro de 750 metros de comprimento e 12 de altura, parte da auto-estrada Porto-Amarante ■ A Associação Agrícola de S. Miguel anuncia para sexta-feira uma manifestação de produtores de leite em Ponta Delgada ■ O Governo polaco informa que se vai realizar na próxima semana uma sessão especial do parlamento para rever a política económica ■ O ANC exige a libertação imediata e incondicional de Nelson Mandela, actualmente hospitalizado.

Avante!

Profissionais de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX - Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX - Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO: CPL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sequeiro, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38
Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 2417
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-8 - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 39 10 67
Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Semana

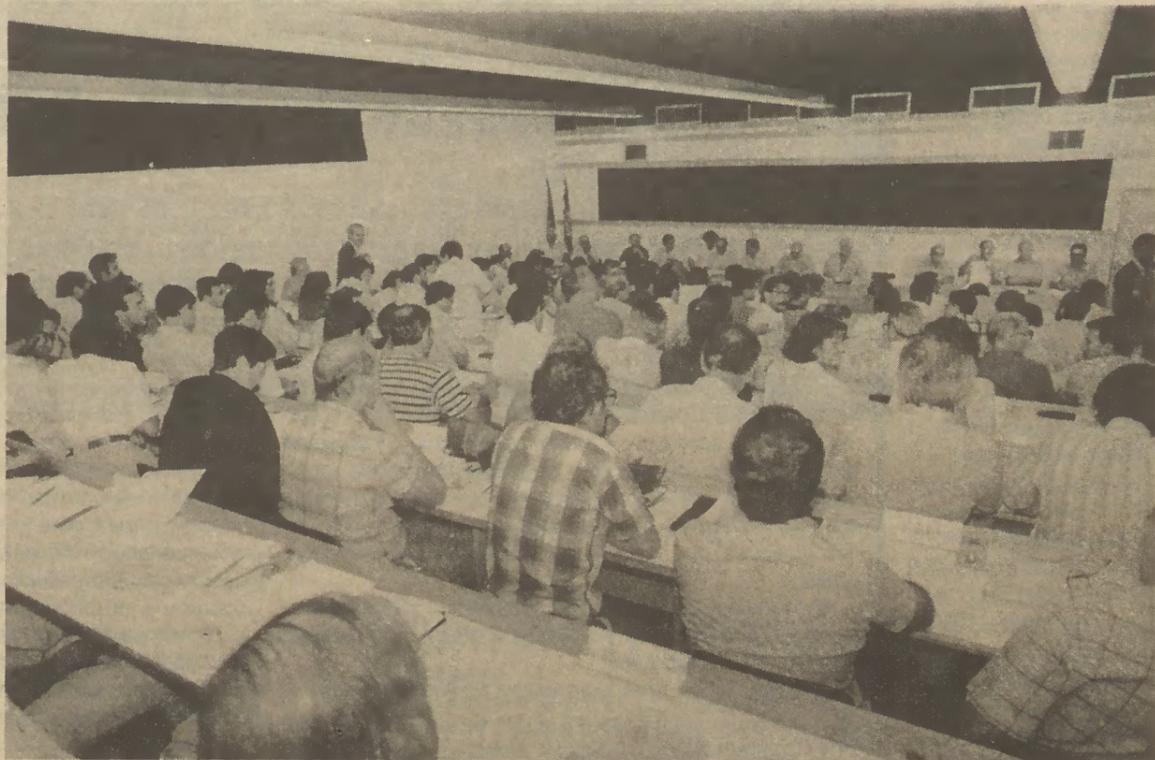
Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 765

25 de Agosto de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Comité Central aprova:

- ***Projecto do novo***
PROGRAMA DO PCP
- ***Projecto de***
ALTERAÇÕES
AOS ESTATUTOS

Neste número de
Agosto 1988

Proletários de todos os países. UNI-VOS!
O Militante 
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Entrevista com
Carlos Brito



As férias

Quando o Verão começa a declinar e as férias se vão acabando — para aqueles que as podem ter —, não se pode deixar de pensar um pouco no que representa, do ponto de vista político, esta espécie de hiato de algumas semanas, em que a actividade do país parece ter abrandado, a julgar pelas notícias dos órgãos de informação. Tal como um rio que foge à seca escondendo-se debaixo do chão mas nem por isso deixando de correr.

Enquanto vão abundando as imagens de um consumismo estival, com os correspondentes anúncios de refrigerantes e com a publicidade mal disfarçada aos tais cremes que evitam as perigosas mazelas devidas ao sol das praias, as notícias das lutas e dos acontecimentos que normalmente dão do país uma imagem vibrante, parecem ter esmorecido. Muita gente se calou. Porque tem estado de férias. Na Assembleia da República, o plenário deixou de funcionar, logo após os aumentos que a direita aprovou para os cargos políticos e, pelo menos os políticos de direita e os que lhes dão a mão no processo de revisão constitucional lá se calaram também e foram à vida das férias.

Até a campanha, até aí bem orquestrada e fornecida de «informações» de «argumentos» contra o Partido Comunista parece ter adormecido um pouco. Há muita gente de férias.

Toda esta conversa querera dizer que os comunistas desdenham o descanso e o divertimento, os tempos livres, as férias? Pelo contrário. Fazem até os possíveis por não perderem as suas. O que não esquecem, como de resto a maioria dos trabalhadores, é que o país não pára e não mete férias, os acontecimentos continuam a correr e é preciso acorrer-lhes e lutar por eles ou contra eles, mesmo em férias.

Assim, enquanto muita gente se calou e parece ter ficado suspensa no ar sufocante do Verão, enquanto as notícias parecem ter-se deslocado no espaço e mesmo no tempo — lá pra longe e até lá para trás, para os Estados Unidos onde abriam os jogos eleitorais, ou para Praga onde há vinte anos se fecharam as esperanças imperialistas de uma primavera à moda e ao desejo americano, em Portugal o que se passa? Por um lado, mesmo em férias, o Governo tem continuado as suas tentativas de destruição do regime e, sobretudo, mesmo da praia, não desdenha a sua propaganda. Se não vai à televisão, a televisão vai onde estão os governantes.

Por outro lado, quem mais dá mostras de actividade e de preparação afanosa do novo ano político que está à porta?

Apenas os comunistas. E com eles os trabalhadores. Basta dar uma vista de olhos a este jornal para verificar a intensa e ampla actividade em que os comunistas têm estado empenhados, mesmo em férias.

Por exemplo: vão às eleições intercalares para as assembleias de 23 freguesias. E ganham na grande maioria delas, demonstrando a confiança que neles e nos seus aliados as populações continuam a depositar. Por exemplo vêm-los, lado a lado com os outros trabalhadores, a lutar na defesa da Reforma Agrária, não desistindo, não virando a cara, não deixando cair os braços mesmo nas condições mais difíceis, como esta agora que vê passar no Tribunal Constitucional, com um simples voto de desempate, uma lei inconstitucional.

Por exemplo, vêm-los, aos comunistas, empenhados na construção de mais uma Festa do «Avante!», num terreno novo que teve de ser desbravado e que todos os dias acolhe militantes e simpatizantes que gastam mesmo períodos das suas férias no trabalho criador. Por exemplo vemos o PCP reunir o seu Comité Central e estudar e aprovar os projectos de programa e de estatutos, isto é preparar o futuro.

Quer dizer: vemos os comunistas na batalha política, na batalha social e económica, no trabalho de preparação de uma festa, na reflexão e no estudo.

Vêm-los empenhados, colectivamente, na defesa do presente e na preparação do futuro. Colectivamente porque é mais certo, melhor, mais eficaz.

Colectivamente porque, como dizia há dias um dirigente de uma Cooperativa da Reforma Agrária, «há lá vida mais bonita que trabalhar em conjunto». Estejam os outros ou não de férias.

PCP

Declaração de Álvaro Cunhal à Comunicação Social

Em Conferência de Imprensa realizada na tarde de ontem, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, divulgou aos jornalistas uma declaração sobre a reunião do Comité Central que decorreu na terça e na quarta-feira. É o texto dessa declaração que publicamos seguidamente

No prosseguimento dos trabalhos preparatórios do XII Congresso a realizar de 1 a 4 de Dezembro, o Comité Central aprovou os projectos do novo «Programa do PCP» e de «Alterações aos Estatutos» que serão submetidos à apreciação e debate em todas as organizações do Partido e apresentadas finalmente, com as modificações que resultarem do debate, ao XII Congresso.

O Comité Central aprovou também o «Regulamento» para o debate no Partido e a eleição de delegados ao XII Congresso.

Aprovou ainda uma Nota sobre a situação política.

1. Na sua reunião de 18 e 19 de Julho, o Comité Central havia já debatido, aprovado com emendas e publicado sob a forma de Resolução as grandes linhas do projecto de novo Programa propostas pela comissão do Programa. Nesta sua reunião de 23 e 24 de Agosto debateu e aprovou o texto integral do projecto.

Como é desde então conhecido, o projecto do novo Programa consta de quatro pontos fundamentais: a revolução de Abril, grande realização histórica do povo português; uma democracia avançada no limiar do século XXI; a sociedade socialista — futuro de Portugal; e o Partido, sua natureza, princípios e orientações.

O projecto de novo Programa faz uma apreciação do significado histórico da revolução de Abril, das grandes conquistas democráticas do povo português com ela alcançadas; das condições então criadas para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural conforme com a situação, os interesses, as necessidades e aspirações do povo português e de Portugal.

Indica pormenorizadamente as consequências altamente gravosas para o povo e para o país do processo contra-revolucionário que, a partir de sucessivos governos se tem desenvolvido nos últimos 12 anos.

E conclui que os grandes valores da revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

A democracia avançada no limiar do século XXI, com as suas seis componentes fundamentais (um regime de liberdade, um Estado democrático, o desenvolvimento económico na base de uma economia mista, uma política social progressista, a democracia cultural, uma pátria independente e soberana) surge na continuidade histórica dos ideais, das conquistas e realizações da revolução de Abril.

O projecto de Programa aborda atentamente os condicionamentos externos decorrentes da integração de Portugal na CEE. Afirma que a integração na CEE cria uma nova realidade na situação portuguesa que tem de ser tida necessariamente em conta neste fim de século. Mas conclui ser direito inalienável do povo português lutar num tal quadro em defesa dos seus interesses e direitos, decidir do seu próprio destino e de escolher os caminhos que entendem mais conformes com os seus interesses nacionais.

O projecto de Programa, cujos objectivos correspondem aos interesses da maioria esmagadora do nosso povo, justifica inteiramente esta atitude coerente, firme, confiante, democrática e patriótica do Partido Comunista Português.

2. O Comité Central examinou e debateu também as propostas de alterações aos Estatutos apresentadas pela Comissão respectiva, introduziu novas alterações e aprovou um projecto de alterações aos Estatutos do Partido que, tal como o projecto de novo Programa, será submetido à apreciação e debate de todo o Partido.

Em conformidade com o projecto de novo Programa do PCP, foi dada nova redacção aos artigos que indicam os objectivos políticos fundamentais do PCP.

É definido com mais rigor o marxismo-leninismo — concepção científica do mundo, que se desenvolve com o incessante progresso dos conhecimentos; instrumento de análise da realidade que constantemente se enriquece com o estudo das novas situações e dos novos fenómenos; guia para a acção que assimila criticamente as experiências do movimento comunista internacional, das forças progressistas de todo o mundo, da classe operária e do povo português.

Como se vê, este desenvolvimento acentua o carácter antidogmático do marxismo-leninismo, explicitando o entendimento que da teoria é há muito feito pelo PCP.

Relativamente à qualidade de membro do Partido, particularizam-se os termos da admissão (proposta avaliada pelo menos por um membro do Partido e decidida por um organismo do Partido), e da perda da qualidade de membro do Partido.

Os direitos dos membros do Partido são definidos com maior desenvolvimento, designadamente o direito de expressar livremente a sua opinião nos debates realizados no organismo a que pertence, nas Assembleias, Conferências e Congressos para que for eleito e, de uma forma geral, nos plenários da sua organização, nas reuniões em que participe. O direito de crítica continua a ser assegurado. É explicitado (embora fosse um direito reconhecido) a participação nas eleições para os organismos do Partido da respectiva organização e poder ser eleito para eles.

É introduzido estatutariamente o direito de ser informado sobre a orientação e a actividade geral do Partido e sobre a actividade do organismo de direcção da organização a que pertence.

É ainda explicitado o direito de apresentar propostas e opiniões a qualquer instância superior, incluindo o Comité Central, e obter resposta.

Entre os deveres dos membros do Partido, as alterações sublinham a prestação regular de contas da sua actividade partidária e a defesa da coesão do Partido. É também desenvolvida a vertente ética da militância comunista, através de uma elevada conduta que contribua para criar condições para que, nas relações partidárias e pessoais, a verdade e a franqueza sejam valores assumidos naturalmente.

Os princípios do centralismo democrático são consideravelmente desenvolvidos segundo as propostas de alterações aos Estatutos.

Em primeiro lugar, explicita-se que os princípios do centralismo democrático visam assegurar simultaneamente uma profunda democracia interna no Partido, uma única orientação geral e uma única direcção central.

Em segundo lugar, esclarece-se que os princípios do centralismo democrático não são princípios petrificados, intemporais e sem nada a ver com as condições concretas, antes se enriquecem pela experiência. No caso concreto, a experiência do PCP determina uma nova definição.

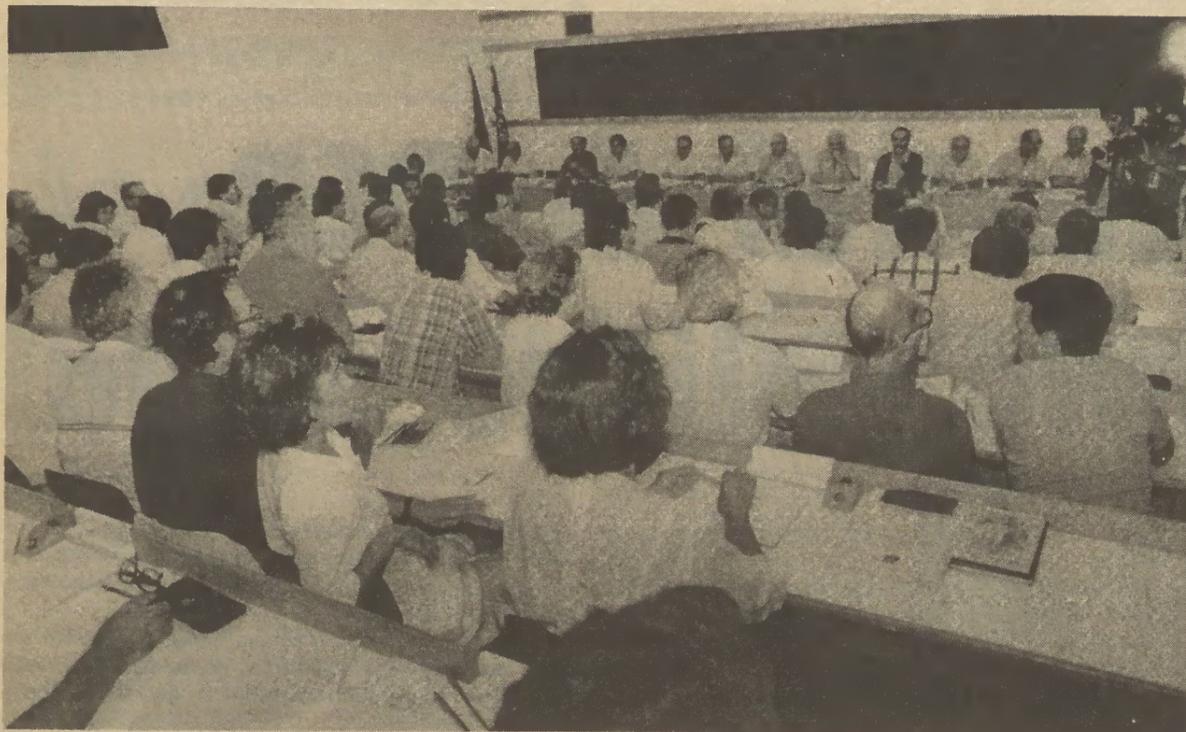
Nessa nova definição, são introduzidos a inserção de todos os contributos no trabalho, decisão e acção colectivas, o cumprimento por todos das decisões tomadas por consenso ou maioria, o direito da revocação dos eleitos.

Ao mesmo tempo que se reforça o direito de discussão franca e livre, a admissão natural de diferenças de opinião e a garantia do direito de discordar, criticar e propor, torna-se mais clara a não admissão no Partido de actividades fraccionais.

Alguns novos preceitos têm um carácter descentralizador, como o reforço do poder de decisão de todas as organizações do Partido e a obrigação de os organismos superiores fomentarem a responsabilização dos organismos inferiores, descentralizando competências e ajudando as organizações e os quadros a exercê-las.

Mantêm-se os princípios do trabalho colectivo e de direcção colectiva do Partido e reforça-se o combate ao

PCP



individualismo, à sobreposição da opinião individual à opinião do colectivo, ao autoritarismo, ao dirigismo e à fuga a prestação de contas da própria actividade.

São também propostas **alterações significativas na estrutura e funcionamento da Direcção Central do Partido.**

Relativamente ao **Congresso**, institucionaliza-se a prática partidária da aprovação pelo Comité Central do Regulamento da fase preparatória e do projecto de Regulamento do próprio Congresso que caberá a este aprovar em definitivo.

Institucionaliza-se também a prática da eleição dos delegados ao Congresso proporcionalmente ao número de membros do Partido da organização respectiva.

Explicita-se que o Congresso culmina o debate obrigatoriamente realizado em todo o Partido na fase preparatória.

Tal como nos Estatutos actualmente em vigor, o Congresso elegerá o Comité Central na base da proposta feita pelo Comité Central cessante, mas introduzem-se dois novos elementos: institucionaliza-se a prática de que essa proposta será apreciada e votada pelos delegados que podem naturalmente fazer as propostas que entenderem e a prática de que na elaboração da proposta de composição do novo Comité Central, em relação a cada um dos candidatos, deverá ser obrigatoriamente ouvida a opinião do organismo a que pertence e dos organismos com que directamente trabalha, além de uma mais larga auscultação de opiniões.

São propostas **importantes alterações à estrutura e funcionamento do Comité Central e seus organismos executivos.**

Mantém-se a Comissão Política e o Secretariado. É proposta a criação de uma Comissão Central de Controlo e Quadros cujas competências fundamentais serão acompanhar as questões de quadros, constituir uma instância de recurso em matéria disciplinar e administrar o património e exercer o controlo financeiro do Partido.

Significativa é a proposta de um novo artigo, segundo o qual os organismos executivos e outros criados pelo Comité Central deverão informar regularmente o Comité Central dos aspectos fundamentais do exercício das competências que lhes forem atribuídas.

Relativamente à **estrutura orgânica do Partido** as alterações propostas visam caracterizar melhor a democraticidade das Assembleias, a diversidade e flexibilidade na solução de problemas de organização.

Relativamente aos **quadros**, as alterações propostas sublinham a necessidade de ter em conta, na distribuição de tarefas, o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões e chamar a atenção para o recrutamento de mulheres e jovens.

Um novo artigo inscreve nos Estatutos a necessidade de quadros firmes e dedicados a tempo inteiro, os funcionários do Partido, consagrando os seus esforços ao trabalho partidário em diferentes níveis de responsabilidade.

Algumas alterações propostas respeitam à **disciplina do Partido.**

Define-se que a disciplina se insere na prática de democracia interna conforme os princípios do centralismo democrático.

Um novo artigo proposto realça o direito de serem ouvidos e de se defenderem antes de qualquer decisão os membros do Partido sobre quem impendem eventuais sanções.

É proposto um novo artigo **relativo aos eleitos do Partido**, institucionalizando a prática de há muito segui-

da de terem sempre o seu mandato à disposição do Partido e de não beneficiarem nem serem prejudicados financeiramente pelo exercício dos cargos para que foram eleitos.

3. O Comité Central aprovou o «Regulamento para o debate no Partido e a eleição de delegados ao XII Congresso».

Tanto o debate no Partido dos documentos propostos pelo CC para apreciação final pelo Congresso (novo Programa, Alterações aos Estatutos e Teses) como a eleição dos delegados ao Congresso, serão realizados em assembleias/plenários das organizações convocados para o efeito.

Os participantes nas assembleias/plenários têm o direito de expressar livremente as suas opiniões, de fazer propostas de emendas aos documentos em debate, de eleger e ser eleitos e de apresentar propostas para a eleição de delegados.

O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias/plenários e por delegados por inerência.

Os delegados eleitos sê-lo-ão na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos, o que significará a eleição de cerca de 2000 delegados.

São delegados por inerência os membros do Comité Central e os membros do Partido da Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP, e ainda outros membros do Partido em número não superior a 1% do total de delegados ao Congresso — o que significa que o total de delegados por inerência não excederá 10% do total dos delegados.

As assembleias/plenários, caso assim o entendam, poderão proceder a uma votação na generalidade de

cada um dos projectos apresentados pelo Comité Central.

As votações devem realizar-se de braço no ar, conforme com a tradição democrática do Partido.

As votações na eleição de delegados deverão também como regra realizar-se de braço no ar, mas entretanto cada assembleia/plenário poderá, se o entender, adoptar o sistema do voto secreto.

O calendário dos trabalhos preparatórios será ulteriormente anunciado.

4. Em relação à situação política está prevista a aprovação pelo Comité Central de uma nota relativa ao agravamento dos perigos para o regime democrático decorrentes da actuação ilegal e inconstitucional do Governo PSD que agora procurará intensificá-la com a aprovação dos pacotes laboral, da restauração dos latifúndios, das privatizações e outros.

Desde já podemos informar de algumas conclusões que virão a inserir-se nessa nota.

Sublinham-se alguns pontos:

1.º ponto: As eleições autárquicas suplementares de 21 de Agosto.

A CDU ganhou as eleições em 17 das 23 freguesias onde se realizaram as eleições, o que confirma a sólida influência eleitoral do PCP e dos seus mais próximos aliados e confirma a previsão de uma baixa de votação no PSD.

A comparação com os resultados das eleições de 19 de Julho de 1987 parece confirmar o carácter conjuntural dos resultados das eleições de 19 de Julho e que o PSD deixou de contar com o apoio e os votos de numerosos eleitores dos que então nele votaram.

2.º ponto: A aprovação da «lei do latifúndio», cuja inconstitucionalidade é manifesta em numerosos preceitos.

A reforma agrária é uma grande conquista democrática do povo português, imperativo de uma política de desenvolvimento da agricultura nacional e do bem-estar do povo, parte integrante do regime democrático português.

Está em estudo uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP no sentido de requerer a fiscalização da constitucionalidade da lei.

O Comité Central sublinhou que a luta continua em defesa da reforma agrária.

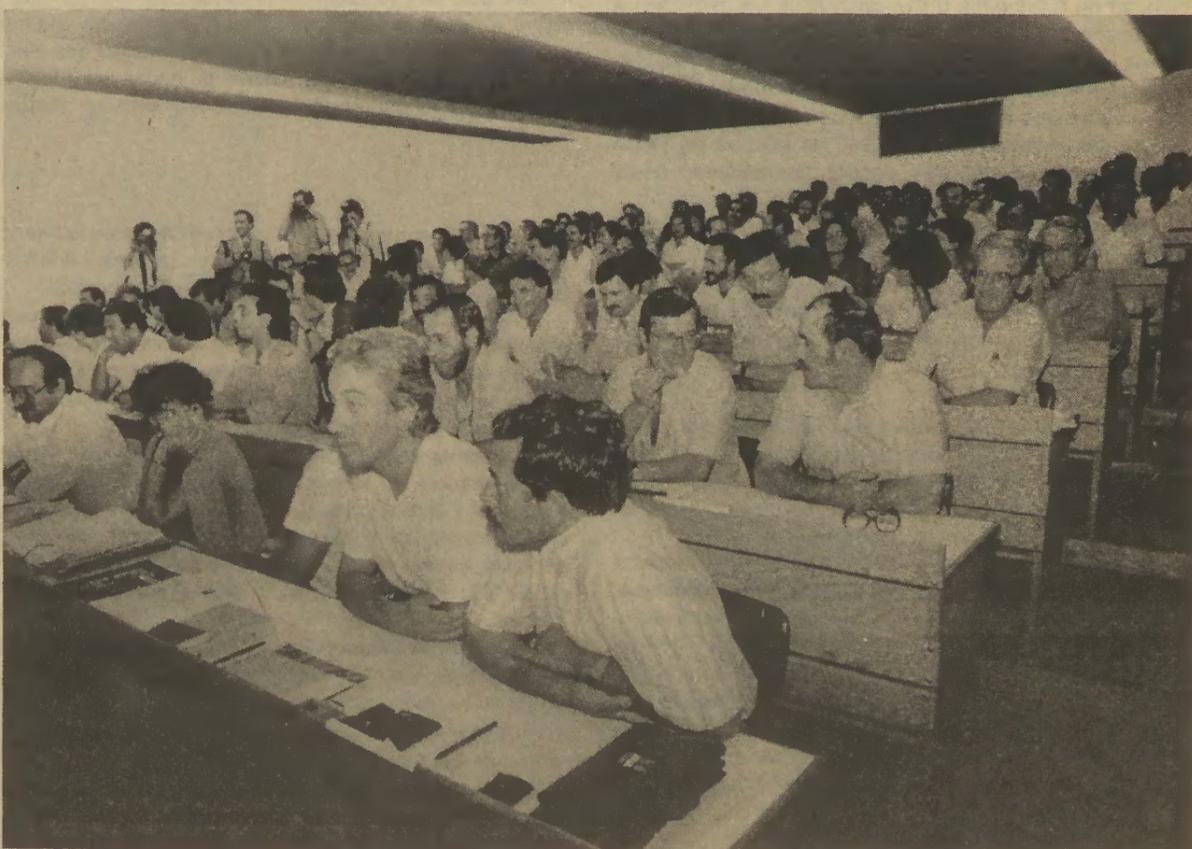
3.º ponto: A lei sobre as limitações à propaganda política.

É necessário desde já sublinhar que se trata de um grave atentado e limitação às liberdades e direitos dos partidos políticos e dos cidadãos na linha da actuação antidemocrática do Governo.

Finalmente: Duas palavras sobre a **Festa do «Avante!»** que, como se sabe, vai realizar-se em Loures, às portas de Lisboa.

Continuam os trabalhos com a participação empenhada e entusiástica de milhares de membros e simpatizantes do Partido.

Será, como tem sido, a maior realização político-cultural do país.



O Comité Central do PCP e o momento político actual

1. A evolução política nacional desde a última reunião do CC do PCP realizada em 19 e 20 de Julho, mantém os traços essenciais então assinalados e confirma a gravidade dos perigos que entretanto se acumularam para o regime democrático.

O CC do PCP reunido nos dias 23 e 24 de Agosto para apreciar e aprovar os projectos de documentos básicos a submeter ao XII Congresso marcado para os dias 1 a 4 de Dezembro, no Porto — Projectos do Programa, da Alteração aos Estatutos — e do Regulamento desta fase preparatória do Congresso, procedeu também ao exame sumário da situação política e de actos e acontecimentos de natureza institucional que considera gravemente atentatórios da legalidade constitucional e democrática e dos interesses basilares dos trabalhadores, do povo em geral e do País.

2. Neste curto período a escalada da ofensiva das forças da direita conheceu novos desenvolvimentos. Intensificou-se o plano contra-revolucionário da destruição das transformações democráticas essenciais do 25 de Abril através da política dos «pacotes» inconstitucionais, as chamadas «14 reformas estruturais» enunciadas por Cavaco Silva, uma nova e vasta operação de férias foi lançada pelo Governo como cobertura demagógica dos atentados em curso contra a democracia e a Constituição da República; pretende-se agora com o concurso do PS sancionar, com uma revisão subversiva da Lei Fundamental do País, os actos consumados e as ilegalidades em aberta violação da Constituição.

Em consequência acentua-se visivelmente a prática de ilegalidade e inconstitucionalidade sistemáticas do Governo PSD/Cavaco Silva.

3. Com a natural quebra do período de férias nas actividades profissionais e conseqüentemente na amplitude e no ímpeto da resposta de massas, a resistência popular ao plano de subversão e aos actos inconstitucionais do Governo PSD/Cavaco não parou.

A luta e a resistência dos trabalhadores da Reforma Agrária, dos trabalhadores dos transportes, das Autarquias Locais e da Função Pública; os protestos da população de Barqueiros e Coteçoso contra a extracção a céu aberto de caulino na própria localidade, das populações servidas pelas linhas do Corgo, do Vale do Tâmega e Alentejo contra a supressão de tráfego ferroviário a várias localidades assim como os protestos dos emigrantes lesados pelo processo de falência da Caixa Económica do Faial, são acções assinaláveis neste período.

No plano eleitoral, a CDU ganhou as eleições em 17 das 23 freguesias onde se realizaram eleições no último domingo, o que confirma a sólida influência eleitoral do PCP e dos seus aliados mais próximos e confirma a previsão de uma baixa de votação no PSD.

4. A escalada da ofensiva das forças da direita sob a iniciativa do Governo PSD/Cavaco Silva teve expressão de particular gravidade nas decisões do Tribunal Constitucional tomadas em condições que não abonam o prestígio daquele órgão jurisdicional.

Identicamente foi declarada constitucional a autorização legislativa para as alterações da Lei de Delimitação dos Sectores Económicos nas mesmas circunstâncias;

Por último, acaba de ser declarada pelo Tribunal Constitucional a constitucionalidade da chamada Lei de Bases da Reforma Agrária. Justamente considerada como verdadeira lei do latifúndio que ofende preceitos da Lei Fundamental como desrespeita as mais elementares normas de conduta imparcial e ponderada por parte das instituições.

5. A nova Lei de Delimitação dos Sectores inseriu-se e reactivou de imediato a destruição do Sector

Público e Nacionalizado já em curso pela acção do Governo.

Foi aberto o caminho para a entrega ao capital privado de empresas nacionalizadas como o Banco Totta & Açores e Unicer e aceleram-se os mecanismos na intenção de igualmente entregar ao capital privado empresas públicas como a EDP, Quimigal, Siderurgia, Setenave e Lisnave.

6. A declaração de constitucionalidade da «Lei do Latifúndio», nas condições em que foi produzida, não abona o conceito de dignidade que deve nortear as decisões do Tribunal Constitucional.

No processo verificaram-se anormalidades e irregularidades incompatíveis com a natureza daquele órgão constitucional.

A Lei aprovada pela maioria de direita na Assembleia da República, depois de alterações ainda mais atentatórias da legalidade constitucional pela mesma maioria de direita na Comissão Parlamentar de Agricultura, tinha sido objecto da fundamentada contestação de 124 reputados juristas entre os quais alguns eminentes constitucionalistas que demonstraram a inconstitucionalidade da lei aprovada na Assembleia da República.

O processo foi acelerado nos seus trâmites de maneira a ser examinado quando o número de juizes do Tribunal Constitucional estava sensivelmente reduzido por efeito das férias de vários dos seus membros.

É na votação de apenas 6 juizes e mesmo assim decidida pelo voto de qualidade do seu Presidente que uma questão de tanta responsabilidade jurídica e política é examinada e decidida.

A decisão do Tribunal Constitucional mereceu de imediato o repúdio dos organismos representativos da Reforma Agrária com os quais se solidariza inteiramente o PCP e vai encontrar a resistência e a luta dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo decididos a defender a Reforma Agrária e as suas UCP's/Cooperativas numa causa que conta com a solidariedade de todos os trabalhadores, das forças democráticas e de todos os portugueses progressistas.

O Comité Central decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de requerer junto do Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade das chamadas leis da Reforma Agrária e da Delimitação dos Sectores e confirmou as indicações já dadas no mesmo sentido pela Comissão Política relativamente ao «Pacote Laboral».

7. Outras leis aprovadas ou em exame pelo Governo estão a sofrer a contestação e o protesto dos trabalhadores e de todos os portugueses democratas.

A autorização legislativa ao Governo para elaborar uma nova versão formal do pacote laboral em substituição da versão inicial declara ferida de inconstitucionalidades de fundo pelo mesmo Tribunal Constitucional, foi promulgada pelo Presidente da República.

A escandalosa Lei dos aumentos dos vencimentos dos detentores de cargos políticos de 27 a 36% e dos subsídios e subvenções a eles atribuídos com retroactividade desde Janeiro, em contraste com a imposição do tecto salarial de 6,5% no «acordo de rendimentos» do CPCS, mereceu o repúdio generalizado dos portugueses.

A lei da propaganda política pode abrir caminho a tentativas de limitações inconstitucionais e ilegais desta forma de exercício da liberdade de expressão.

O projecto de revisão da Lei das Rendas prescrevendo os contratos a prazo para os arrendamentos destina-se a criar novas situações de agravamento para os arrendatários.

O decreto-lei regulamentador da Lei do Licenciamento das Rádios Locais — que as forças reacçãoárias chamam pejorativamente de «rádios piratas» — e que constituem órgãos de uma comunicação social de-

mocrática de grande audiência e impacto popular institucionaliza o arbítrio e a discriminação do licenciamento das emissoras e ameaça criar um novo vácuo no capítulo da informação.

A lei da reforma fiscal agrava a injustiça relativa entre a tributação dos rendimentos do trabalho e do capital e beneficia escandalosamente os ganhos especulativos.

8. No plano económico e social produziram-se novos agravamentos que vieram adensar as dificuldades e atrasos da nossa economia e as condições de vida dos trabalhadores e de outras classes e camadas mais desfavorecidas do povo. Acentuaram-se os ganhos especulativos e banaliza-se a corrupção. Os abusos e fraudes na utilização dos dinheiros dos fundos da CEE, os processos muito pouco transparentes na concessão de financiamentos envolvendo o próprio ministro da Agricultura, os escândalos bolsistas, as redes de contrabando — «Aveiro connection» — e da droga, acentuam o clima de corrupção.

Os cortes de crédito atingem sobretudo os pequenos e médios empresários e os que procuram a compra de habitação.

O aumento do défice comercial de 17,3% entre Janeiro e Maio de 1988 relativamente a igual período de 1987 (era de 214 milhões de contos em Abril e passou para mais de 280 milhões em Maio por acumulação), que tudo indica continuar a subir, agrava sensivelmente a nossa dependência do exterior e, com a queda de produção na agricultura, ainda mais vem desequilibrar o défice da nossa balança alimentar. Com a subida da taxa de inflação para 9% — que Cavaco e Cadilhe garantiam há poucos meses diminuir para 6% — é inevitável o agravamento da situação material dos trabalhadores, dos reformados e das camadas mais desfavorecidas da população.

Em resultado destas alterações, que mesmo assim pecam por defeito nas avaliações oficiais, agrava-se a distribuição do rendimento nacional em desfavor dos trabalhadores o que, conjugado com a extensão da pobreza e com o drama do desemprego, do trabalho precário e dos salários em atraso — ainda a atingir cerca de 80 mil trabalhadores —, acentua um pesado quadro social.

9. A necessidade de uma firme resposta de massas e do recurso a formas de luta apropriadas, inclusive no plano institucional, requerem cada vez mais a iniciativa e a unidade dos trabalhadores e de todos os sectores e camadas afectados pela política do Governo e a convergência e unidade das forças democráticas.

Aos novos surtos de repressão verificados contra o povo de Barqueiros e contra os emigrantes (no Terreiro do Paço) é imperioso responder com a activação da luta popular de massas e a intransigente defesa da legalidade democrática.

O PCP, sempre com o povo, tudo, tudo fará para dinamizar e organizar a luta e o protesto populares contra a política do Governo e contra os esforços e decisões no plano institucional que afectem as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral e alterem a legalidade constitucional, base do regime democrático saído do 25 de Abril.

O CC do PCP apela a todos os trabalhadores, a todo o povo português, às forças democráticas para que unam esforços contra a política restauracionista da direita governante e para que oponham uma alternativa democrática ao Governo PSD/Cavaco e à sua política.

Lisboa, 23 e 24 de Agosto de 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

A visita de Álvaro Cunhal à Cooperativa «Cravos Vermelhos»

As razões da Reforma Agrária e as vitórias da unidade

«Às vezes eles passavam por aqui, viam-nos a trabalhar, a levantar o armazém, e perguntavam — mas pra quê, se isto vai cair tudo? Ora isto já se passou aí em 79/80, construímos o armazém e ele não caiu. Já nos roubaram muita coisa. Mas a gente resiste. Somos duros, somos rijos, temos unidade.»

Quem assim fala é o camarada José Francisco Brejo, presidente da Cooperativa «Cravos Vermelhos», do Barrancão. Quem ouve é o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP que no passado sábado ali foi de visita, uma visita há muitos anos esperada. E nós também ouvimos. E, à medida que fomos ouvindo e vendo, durante as poucas horas em que, nos foi dado conviver com os trabalhadores do Barrancão, uma ideia foi ganhando mais rigorosos contornos — a de que a Reforma Agrária existe ainda, resistindo aos ataques dos vários governos de direita, «eles não deram cabo disto tudo só porque não puderam, porque os trabalhadores estão unidos»; a de que foi possível porque se tratava de uma necessidade dos trabalhadores e porque estes foram capazes de a pôr de pé, baseados nas suas capacidades, na sua inteligência, na unidade; a de que transformou a vida em poucos anos, não apenas para os que a fizeram mas para as populações das zonas onde foi realizada; a de que foi necessária e a de que continua sendo necessária para o desenvolvimento da produção agrícola do País. A ideia de que, tendo sido um sonho que se materializou, ganhou raízes tais que vai ser muito difícil dar cabo dele. Ali, como certamente em muitas outras terras e cooperativas, os trabalhadores estão unidos. E dispostos a continuar a luta.

Como era antes, como já foi, como é hoje, como será no futuro. A cada passo surgem as comparações, na breve visita em que acompanhámos o camarada Álvaro Cunhal. A pouco mais de uma dezena de quilómetros de Santa Susana, no concelho de Alcácer do Sal, a estrada leva-nos às instalações da Cooperativa «Cravos Vermelhos». E logo nos dizem que a estrada antes do 25 de Abril não existia. Que foi o poder local democrático a quebrar o isolamento daquela terra do Barrancão que hoje já será irreconhecível para quem a tivesse visitado antes.

Aqui vemos primeiro a mercearia onde o povo se vai fornecer a melhores preços. «Tudo isto foi construído pelos trabalhadores, mas é para toda a gente», diz-nos o camarada Brejo. E mostramos depois a sala de convívio e o bar, «que isto não é só trabalhar». E os escritórios onde se mantém em dia

as contas, se coligem os dados, se administram os mais de mil hectares de terra que ainda restam. Numa das mesas chama-nos a atenção o último número do «Avante!».

Uma casa às ordens e à vontade deles

Antes, quer dizer, antes do 25 de Abril e da Reforma Agrária, as terras dos agrá-

rios davam trabalho a apenas 13 trabalhadores. Depois, já houve cerca de duzentos ali empregados. Hoje restam pouco mais de noventa. Após a ofensiva de 79/80 e o conseqüente roubo de terras para entregar a reservatários — que as votam ao abandono —, a cooperativa não deixou nem cair os braços nem murchar os cravos que escolheu como símbolo da sua luta e das suas esperanças. Comprou duzentos hectares de terras, assegurando assim uma relaguarda, e construiu instalações, pois fora despejada de outras — entregues também aos agrários que as não usam sequer. Foi assim que ergueram o grande armazém onde arrumam os cereais, os abrigos para os tractores e outra maquinaria agrícola, as instalações sociais.

Mostram-nos uma grande sala de reuniões. E de festas também. Para as assembleias gerais. Para a população. E para a juventude. O camarada Brejo diz do apoio que ali dão aos jovens: «Isto é uma casa às ordens e à vontade deles».

Às ordens e à vontade deles. Esta uma das ideias centrais que uniu e mobilizou homens e mulheres para uma luta cheia de dificuldades e de trabalhos. E que sobrevive a mais dificuldades e mais trabalhos. Porque isto não é uma espécie de teima política. A luta tem objectivos concretos. Hoje vive-se melhor, hoje podemos dizer que se vive naquelas terras, onde

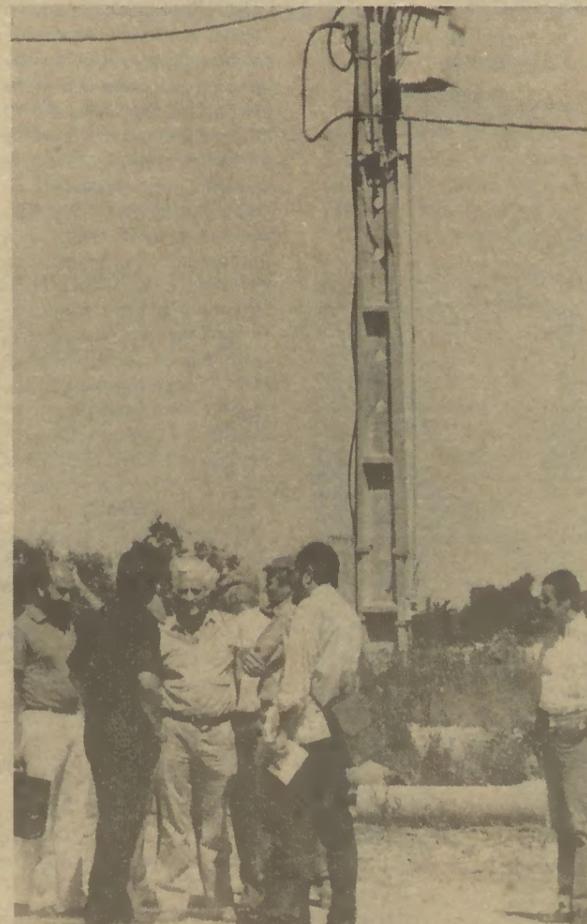


Na breve troca de impressões entre Álvaro Cunhal e representantes de cooperativas, membros de autarquias e de comissões de moradores: a unidade em defesa da Reforma Agrária



O camarada Brejo, presidente da «Cravos Vermelhos»: «Eles viam-nos aqui a trabalhar e diziam que ia tudo cair. Já lá vão oito anos e ainda está de pé»

Posto médico, oficinas, luz eléctrica, tudo realizado com o esforço dos trabalhadores



os trabalhadores vêem o resultado do seu trabalho — «tudo isto que está aqui, todos estes milhares de contos investidos e que são nossos, se não fosse a Reforma Agrária estavam nos bolsos dos agrários» —, onde os jovens são estimulados, onde os reformados não são esquecidos.

Os reformados são, além do mais, uma preocupação fundamental de todos. Sublinharam-no por diversas vezes durante a visita. Gente de trabalho que, chegando a hora de entregar o testemunho, é acarinhada. Não apenas com palavras, com a fraternidade do discurso. Mas com apoio financeiro. A cooperativa gasta com cada um, apoiando-os em géneros, alguns milhares de escudos por mês, a juntar à magra reforma do Estado.

E a assistência? Mostram-nos com orgulho, com satisfação, a carrinha que compraram para transporte de gente. Não só para os trabalhadores da «Cravos Vermelhos». Para todos. E ninguém paga nada, ali no Barrancão, para um transporte de urgência a Alcácer ou a mais longe.



PCP

A visita de Álvaro Cunhal à Cooperativa «Cravos Vermelhos»

Quem vir agora este jardim

Fizeram uma pequena oficina para as reparações menos complicadas, com o fim de poupar o que se iria em gastos de mecânica. Construíram o posto médico, para substituir o que fora provisoriamente feito à pressa e a construção já está de pé, em fase de acabamento. Mostraram-nos as suas máquinas, não todas, que alguns tractores andavam a laborar o campo. E, junto ao orgulho do trabalho feito, mostram a vontade de ir mais longe e mais largo no trabalho a fazer. Ignorando a ofensiva que novamente se prepara com a nova lei que a direita aprovou? Nada disso. Disseram-nos que há mil hectares de sequeiro que estão em perigo de constituir pasto de novas reservas. Que ninguém lhes quer arrendar terras, apesar de os reservatórios as deixarem ao abandono. Que os dois mil hectares que já pertenceram à Cooperativa e lhe foram subtraídos não têm ninguém a trabalhar.

Mas a esperança — feita sobretudo de experiência de lutas anteriores — não morre assim. «A gente entrou na luta antes, em muito pior, quando havia presos e tudo», recorda o camarada Brejo. «Há treze anos que andamos nesta luta depois do começo da Reforma Agrária, e há doze anos que eles andam a querer derrubar a gente. E ainda não conseguiram!»

Tudo o que ali está é obra do esforço dos trabalhadores. E o camarada Brejo pergunta em redor: «E há alguma vida mais bonita que trabalhar assim em conjunto?»

«Quem vir agora este jardim fica a saber o que os trabalhadores são capazes de fazer. E eles», diz referindo-se aos do governo e aos agrários, «eles também sabem!»

Donde vem a força

Pois eles sabem. Sabem que, antes do 25 de Abril, ali não se podia sequer estar

doente — nem posto médico, nem transporte. Que não havia estrada, nem luz eléctrica. Que os trabalhadores, na cooperativa e no Poder Local, unidos, proporcionaram a todos melhoramentos essenciais. A Câmara fez a estrada, cinquenta trabalhadores foram buscar o cabo às costas para que a luz chegasse ali — a coisa mais linda que aqui apareceu, diz alguém ao nosso lado.

E a gente do Barrancão sabe que tem uma Câmara e uma Junta de Freguesia ao serviço do povo. Que tem a sua Cooperativa. E ninguém quer largar mão do que conquistou. Apesar das apreensões — todos sabem que, se a Lei Barreto não era nada boa, esta é ainda muito pior. E se ela vingar, não vem apenas destruir a Reforma Agrária, vem destruir tudo o que o povo daqui conseguiu alcançar. Todos juntos — Cooperativa, Comissão de Moradores, Junta de Freguesia.

Durante o almoço, a que ninguém faltou, desatada a conversa sobre muitos temas, foi também tempo de recordação, de lembrança. «Esta força que a gente tem já vem de antes, dos tempos do fascismo», lembra o camarada Brejo que, com 17 anos já participava nas reuniões clandestinas que tinham lugar no escondido dos campos, e que tirou a quarta classe já com trinta anos, porque a instrução faz falta. Hoje os tempos são outros, fala-se abertamente do trabalho, tecem-se projectos colectivamente, luta-se abertamente. E o camarada lembra a necessidade dos métodos democráticos, a necessidade das reuniões para que todos possam dar a sua opinião, para que todos possam lutar esclarecidamente. Reuniões da direcção regulares, assembleias gerais uma vez por mês. Quando isto se não faz está mal, afirma. É preciso esclarecer, criticar, ouvir, prestar contas, decidir colectivamente.

A força vem de longe. A unidade também.



Onde não há esta força grande...

Após o almoço de confraternização e antes do comício que ali reuniu o povo de Barrancão, o camarada Álvaro Cunhal participou num breve encontro que reuniu dirigentes da Cooperativa, membros das autarquias da zona e da Comissão de Moradores e membros dos organismos do PCP. O camarada Brejo abriu a reunião salientando precisamente o apoio que a Cooperativa tem recebido das autarquias nas dificuldades que a Reforma Agrária tem vindo a atravessar e fez questão de sublinhar que o maior apoio, em todo o processo, foi o do Partido Comunista Português, a que muitos dos activistas das organizações que ali se encontravam pertencem. E colocou ao secretário-geral do PCP a pergunta que todos se fazem: «Há ainda ou não esperança para a Reforma Agrária?»

Na intervenção de Álvaro Cunhal a resposta estava implícita, logo que de início aludiu à própria visita que ali fazia. Uma visita, disse, não só interessante para o conhecimento da realidade, mas para nos lembrarmos do que foi, do que é e do que pode ser a Reforma Agrária. E referiu-se à inconstitucionalidade da lei aprovada pela maioria de direita e que passou, por empenho, no Tribunal Constitucional, apenas com o voto de «qualidade» do presidente daquele órgão, contra o parecer de numerosos e prestigiados juristas que já haviam chamado a atenção para as inconstitucionalidades do diploma.

Álvaro Cunhal salientou o papel dos trabalhadores na persistente luta em defesa da Reforma Agrária e lembrou o exemplo que a própria Cooperativa Cravos Vermelhos constitui — produzindo para que seja rentável e melhore as condições de vida do povo. E, lembrando a frase que ouvimos durante a visita «a vida não é o que era, é outra», afirmou que essa diferença mostra o que os trabalhadores são capazes de realizar.

Na reunião entrevistaram outros camaradas, cada um dando uma breve ideia dos problemas das suas terras, dos esforços das suas organi-



O almoço foi antes de mais a alegria do convívio. Homens, mulheres e jovens do Barrancão não faltaram. Nem ao trabalho nem à refeição que não podia estar melhor

zações na resolução dos problemas, no apoio à Reforma Agrária. E, por fim, antes de irmos ao comício de que damos breve nota outro lugar desta reportagem, a palavra de novo para o camarada José Francisco Brejo que salientou uma das principais regras observadas pela cooperativa: «Nunca desprezar a juventude, olhar sempre pelo reformado.» E perguntou:

«Qual é o trabalhador reformado que vai dizer mal da Reforma Agrária?»

Quanto ao Partido, a que referiu também, o camarada Brejo sublinhou o cuidado a pôr na política de quadros, nunca o abandonando quando se encontra enfraquecido, não deixando de olhar por ele, mas esforçando-se o Partido por o substituir quando é necessário ao trabalho político e

ao próprio quadro. E sabendo ouvir as críticas, «as críticas até fazem bem à gente», disse. Por fim recordou a todos que sem a força e sem a ajuda do PCP a Reforma Agrária não teria sido possível. «Onde não há esta força grande não pode haver este desenvolvimento», concluiu, exprimindo a satisfação pela visita de Álvaro Cunhal, há tantos anos aguardada.



Nas horas vagas, João António de Almeida, torna-se um artista. Foi ele o autor do trabalho em cortiça oferecido no comício a Álvaro Cunhal

A visita de Álvaro Cunhal à Cooperativa «Cravos Vermelhos»



No comício, a determinação de todos na defesa da «mais bela conquista da Revolução»

Álvaro Cunhal no comício

A nova lei é inconstitucional

«Temos boas razões para continuar com a mesma opinião acerca da inconstitucionalidade da lei», afirmou o camarada Álvaro Cunhal, durante o breve e informal comício que reuniu o povo do Barrancão nas instalações do amplo armazém da Cooperativa «Cravos Vermelhos». A visita do secretário-geral do Partido Comunista Português chegava ao fim. Durante algumas horas falou-se, ao vivo, da Reforma Agrária, sobre o exemplo bem patente das modificações que essa conquista da Revolução e dos trabalhadores introduzira na vida da população da zona. Ao rematar a visita, o dirigente comunista falou naturalmente desse exemplo e das ameaças que pesam sobre essa conquista.

Agradecendo o convite, Álvaro Cunhal salientou primeiro a importância da visita a uma cooperativa como a «Cravos Vermelhos», pelo significado que encerra e pelo testemunho que é da Reforma Agrária, mostrando a realidade, a justiça dessa conquista e a necessidade das cooperativas. Lembrou a situação anterior, as terras abandonadas que o trabalho e a produção modificaram, transformando radicalmente as condições de vida de todos os trabalhadores e da população. Na terra, disse, construiu-se uma vida nova e melhor, e os trabalhadores mostraram que são capazes e estão aptos, mesmo nas condições tão difíceis da ofensiva contra a Reforma Agrária, a dirigir a produção. A «Cravos Vermelhos» é um testemunho do valor da Reforma Agrária e do imperativo de impedir a sua destruição, sublinhou.

Uma lei inconstitucional

Referindo-se à ofensiva governamental contra a Reforma Agrária, que ameaça a própria «Cravos Vermelhos» com mais roubos de terras, Álvaro Cunhal salientou que tal ofensiva não é prosseguida nem em nome da produção, nem em nome do interesse nacional, nem no do bem-estar do povo, mas apenas se baseia no interesse dos agrários e dos capitalistas.

Por outro lado lembrou as grandes responsabilidades dos partidos políticos, nomeadamente do Partido Socialista no avanço da ofensiva que hoje se agrava com a passagem da lei aprovada pelo PSD no Tribunal Constitucional. «Temos boas razões», sublinhou, «para continuar com a mesma opinião acerca da inconstitucionalidade desta lei». E tal opinião, referiu, não resulta apenas da análise do PCP mas coincide com a de constitucionalistas e juristas de grande prestígio que ainda recentemente entregaram ao Presidente da República um abaixo-assinado no qual expunham as razões da inconstitucionalidade do diploma.

Álvaro Cunhal procedeu a algumas comparações entre o texto constitucional e as disposições da lei do PSD:

— Enquanto a Constituição determina que a lei deve indicar os limites máximos de uma reserva (artigo 99.º), a lei aprovada não prevê qualquer limite;

— Estabelecendo embora a Constituição a irreversibilidade das nacionalizações (artigo 83.º), a lei possibilita a reversão de todas as terras nacionalizadas;

— Sendo a extinção dos latifúndios expressamente determinada pela Lei Fundamental, e a sua entrega, em posse útil, aos que a trabalham (artigo 97.º), a lei inconstitucional do PSD possibilita a multiplicação das reservas;

— Enquanto a Constituição, no seu artigo 268.º, prevê o direito ao recurso de todos os cidadãos lesados pela Administração, a lei inconstitucional determina que os lesados não possam recorrer dos despachos nem requerer a sua suspensão, furtando-se o Governo ao controlo dos tribunais.

Recordando finalmente que metade dos juizes do Tribunal Constitucional que se pronunciaram sobre a lei votaram contra ela, Álvaro Cunhal perguntaria:

«Como se pode admitir que, havendo empate, numa matéria desta responsabilidade, seja decidido apenas por voto de qualidade do presidente do TC?»

O secretário-geral do PCP abordou ainda outras questões



no seu improviso — nomeadamente os planos e objectivos do Governo para liquidar as conquistas da Revolução, tanto através dos vários pacotes legislativos como da revisão da Constituição, processo em que encontra facilidades da parte do PS, partido que tem grandes responsabilidades não só a nível dos acordos que vai firmando com o PSD como ao nível do seu próprio projecto. Álvaro Cunhal recordou nomeadamente a posição do PS quanto aos artigos 81.º/99.º, cortando os limites

máximos de exploração agrícola e permitindo a destruição da Reforma Agrária.

Comício breve mas caloroso, durante o qual foram entregues a Álvaro Cunhal algumas prendas em nome dos trabalhadores da «Cravos Vermelhos» que irão para o museu do CC do PCP, decorreu e terminou sob o signo da defesa da Reforma Agrária: «Pelo que foi, pelo que é e terá que ser — elemento fundamental do regime democrático».



Palavras calorosas na recepção a Álvaro Cunhal, prendas ao Partido, o reconhecimento do papel do PCP na construção da Reforma Agrária

Eleições intercalares em 23 freguesias

Confirmada a ampla base de apoio e a confiança na gestão da CDU

Ao alcançar a vitória em 17 das 23 eleições para as assembleias de freguesia realizadas no domingo em dez concelhos dos distritos de Coimbra, Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Faro, a Coligação Democrática Unitária (CDU) confirmou a ampla base de apoio e a confiança que a sua gestão autárquica disfruta junto das populações.

Tratou-se indiscutivelmente, sem prejuízo de outras leituras, e numa primeira análise, de uma clara prova de reconhecimento das populações por uma gestão pautada por critérios onde prevalecem o trabalho, a honestidade e a competência, com uma obra realizada, com sobejas provas dadas na resolução dos problemas locais e com um projecto de futuro assente no desenvolvimento e na participação popular.

Ao obter tão expressivas maiorias no conjunto das eleições do último fim-de-semana (assinale-se que o PSD não ultrapassou as quatro e o PS quedou-se pela obtenção de apenas duas maiorias), não deixa de ser ainda a confirmação da grande influência do PCP no Alentejo, Ribatejo e Setúbal que forçosamente importa refer, independentemente do quadrante em que se situa o observador, influência e prestígio esses cujo significado é tanto mais de assinalar porquanto é conhecida a fortíssima campanha que, de diferentes proveniências e pelos mais diversos meios, tem assestado as suas baterias contra os comunistas portugueses e o seu Partido.

Com efeito, obter vitórias em 17 das 23 freguesias em que se verificaram eleições, incluindo em todas as 11 eleições realizadas no Alentejo, nas duas eleições

realizadas no Ribatejo e em quatro das cinco eleições realizadas no distrito de Setúbal, constitui um facto que em nenhuma circunstância pode ser escamoteado ou deixar margem para dúvidas quanto ao apoio e confiança depositado pelos cidadãos das regiões abrangidas na gestão dos comunistas e seus aliados no quadro da CDU.

Com a criação destas novas freguesias, na base da qual estiveram as eleições do passado domingo, um novo e decisivo passo foi entretanto dado no ensejado caminho da descentralização e da actualização da

divisão administrativa do País face à alteração da realidade social operada nos últimos anos. Importa também recordar que este processo de reforço da democracia e da participação popular nos assuntos públicos — com a consequente aproximação da Administração às populações — tem origem nas reclamações e na luta populares, e na própria acção das autarquias, a que a Assembleia da República se veio posteriormente associar aprovando os projectos de lei (grande parte deles da autoria do Grupo Parlamentar comunista) que deram origem à

criação das novas freguesias.

Trata-se agora de prosseguir, como assinala uma nota da SIP do PCP (ver nesta página), a luta no sentido do reforço deste movimento que se afigura imparável de fortalecimento das freguesias, dando-lhe para o efeito as necessárias condições de trabalho, promovendo a descentralização administrativa e financeira e consagrando a possibilidade de exercício do mandato a tempo inteiro ou meio tempo por parte de alguns eleitos, como o PCP de há algum tempo a esta parte vem preconizando:

CDU vence em 17 das 23 freguesias

CDU — 12 465 votos
PSD — 5591 "
PS — 3816 "
UDP — 311 "

Os resultados

Apresentando-se a todos os actos eleitorais realizados no fim-de-semana com programas e candidatos exclusivamente norteados pela preocupação de servir e resolver os problemas das populações, a CDU obteve no seu conjunto um total de 12 465 votos. A uma larga distância, em segundo lugar, situa-se o PSD com 5591 votos, seguido do PS com 3816 e da UDP com 311 votos.

Na totalidade das freguesias onde as populações foram chamadas a votar no último domingo, em pleno mês de Agosto, apenas a CDU apresentou a sufrágio listas às 23 eleições, concorrendo o PS a 20, o PSD a 16 e a UDP a três.

Com uma forte percentagem de abstenção, que atingiu de igual modo todas as forças políticas concorrentes, a CDU foi naturalmente a que obteve o maior número de mandatos (114), ficando-se o PSD pelos 50 e o PS pelos 37.

Alentejo

No Alentejo, a CDU saiu vencedora com maioria absoluta em todas as 11 eleições intercalares realizadas nos distritos de Beja e Évora para as assembleias de freguesia de **Beringel, Trigaches, Campinho, Campo, Sabugueiro, S. Pedro da Gafanhoeira, Cortiçadas do Lavre, Silveiras e Cabrela**.

Abrangendo um total de 9441 eleitores, dos quais 7183 no distrito de Évora, os resultados dão uma nítida vitória à jovem coligação que sobe de 65,9 por cento para 73,4 por cento no conjunto das freguesias em relação à votação da ex-APU nas eleições de 1985, enquanto que o PSD e o PS — note-se que então concorreram coligados — desceram de 30,9 por cento para 26,4 por cento. Dos 81 mandatos em disputa a CDU elege 62 (76,5 por cento), o PS alcança 13 e o PSD não vai além dos seis.

Na antiga freguesia da **Gafanhoeira**, a CDU alcança 339 votos contra 55 do PSD

FREGUESIAS	CDU			PS			PSD		
	Votos	%	Mandatos	Votos	%	Mandatos	Votos	%	Mandatos
S. Pedro Gafanhoeira (*)	339	78,5	6	21	4,9	—	55	12,7	1
Sabugueiro (*)	306	78,9	6	—	—	—	73	18,8	1
Lavre (*)	321	64,7	6	53	10,7	1	110	22,2	2
Foros de V. Figueira (*)	402	77,8	6	106	20,5	1	—	—	—
Cortiçadas de Lavre (*)	416	66,8	5	32	5,1	—	164	26,3	2
Cabrela (*)	289	59,1	4	198	40,5	3	—	—	—
Silveiras (*)	310	91,5	7	24	7,0	—	—	—	—
Campo (*)	382	69,3	5	158	28,7	2	—	—	—
Campinho (*)	410	71,8	5	151	26,4	2	—	—	—
Beringel (*)	552	76,7	7	150	20,8	2	—	—	—
Trigaches (*)	234	63,2	5	133	36,0	2	—	—	—
Alte (*)	87	11,7	1	451	60,9	6	186	25,0	2
Benafim (*)	114	17,0	1	—	—	—	506	75,5	8
Ervedal (*)	19	3,2	—	336	55,9	5	239	39,8	4
V. Franca da Beira (*)	17	4,6	—	122	33,1	2	223	60,4	5
Benavente (*)	979	57,0	8	505	29,4	4	200	11,6	1
Barrosa (*)	220	52,8	4	180	43,3	3	9	2,1	—
Pero Pinheiro (!)	425	25,1	2	—	—	—	1144	67,5	7
Baixa da Banheira (*)	3454	77,2	12	446	10,0	1	269	6,0	—
Vale da Amoreira (*)	708	35,8	5	205	10,4	1	980	49,6	7
Marateca (*)	598	58,7	6	77	7,6	—	338	33,2	3
Palmela (*)	1341	57,7	8	348	15,0	2	606	26,1	3
Poçoirão (*)	642	51,6	5	100	8,0	—	488	39,2	4

(*) — distrito de Évora; (!) — distrito de Beja; (*) — distrito de Faro; (*) — distrito de Coimbra; (*) — distrito de Santarém; (!) — distrito de Lisboa; (*) — distrito de Setúbal.

Muge e Granho vão às urnas no próximo domingo

A exemplo do que sucedeu no último fim-de-semana em 24 freguesias situadas em distritos a sul do Tejo, também no próximo domingo vai ser dia de eleições em duas freguesias do concelho de Salvaterra de Magos. Trata-se das freguesias de **Muge e Granho**, esta última criada em resultado de um processo de reivindicção popular que acabaria por encontrar recentemente o seu epítelo com a aprovação de

um projecto de lei na Assembleia da República.

Ao todo serão perto de duas mil pessoas que serão chamadas a exercer o seu direito de eleger aqueles que julgam melhor poderem defender de entre as várias forças concorrentes os interesses das populações e da sua terra. E de entre estes, naturalmente, um destaque vai para os candidatos que integram as listas CDU. «Pessoas de uma só palavra» — assim se apresentam no seu

programa eleitoral dirigido à população —, dizem não prometer mundos e fundos, como outros o fizeram, sempre que se trata de «caçar votos», antes garantem, «trabalho, honestidade e competência para o progresso da nossa terra».

Neste espírito se insere, pois, o compromisso publicamente assumido de lutar, no caso de Muge, cuja lista é encabeçada por Fernando Lopes Almeida, agricultor, pela descentralização para a Junta de serviços e apoio à população, pelo arranjo das estradas rurais, pela construção do lar para a terceira idade e pela remodelação dos esgotos na parte velha da vila.

A construção da estação de tratamento de esgotos, o arranjo da rede de águas pluviais e das bancadas do ginásio da Casa do Povo, a melhoria dos serviços de recolha do lixo, a conservação do património histórico e cultural da vila e a criação de zonas de lazer constituem ainda projectos contidos no programa eleitoral com que os candidatos CDU se apresentam às populações de Muge.

Quanto a Granho, embora

com plena consciência da limitação dos meios disponíveis, os homens que integram a lista CDU mostram-se disponíveis para dar o melhor do seu esforço, em conjunto com a população, na resolução dos problemas.

A este respeito, recorda a lista CDU, encabeçada por José Ventura Ferreira, comerciante, que esta força política «é herdeira de uma vasta experiência», sendo ainda uma «realidade» com «uma obra realizada» e com um «projecto de futuro», onde «labutam homens, mulheres e jovens com e sem partido, interessados em resolver os problemas da população».

No exercício do seu mandato, caso venham a ser eleitos, como confiadamente esperam, os agora candidatos CDU darão prioridade ao arranjo das estradas municipais, à transferência de competências para a nova junta e criação da respectiva sede, construção de nova escola primária e de fontanário público e ainda completar a rede de abastecimento de água, melhorar a rede de transportes e de recolha do lixo e pôr em funcionamento o ensino pré-primário.

Uma vitória de importante significado

A propósito das eleições realizadas no último fim-de-semana para 23 assembleias de freguesia de dez concelhos dos distritos de Coimbra, Lisboa, Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Faro, a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou o seguinte comunicado:

1. A criação de novas freguesias que esteve na base da realização de eleições no passado fim-de-semana concretiza aspirações sentidas pelas populações, corresponde a passos no caminho da actualização da divisão administrativa do País face a alterações da realidade social e permite aproximar a administração das populações.

2. Os resultados eleitorais assumem um importante significado pelo facto de a CDU, numa situação de fortíssima campanha contra o PCP, ter obtido a vitória em 17 das 23 freguesias em que se verificaram eleições, incluindo em todas as onze eleições realizadas no Alentejo, nas duas eleições realizadas no Ribatejo e em quatro das cinco eleições, realizadas no distrito de Setúbal.

3. Os comunistas, que têm dado uma contribuição importante ao processo de criação de dezenas de novas freguesias para as quais já se realizaram eleições ou que se vão proximamente realizar, congratulam-se com este processo e saudam as populações e os novos eleitos, em particular os seus aliados na CDU.

4. O PCP prosseguirá a luta para que, em complemento da criação de novas freguesias, lhes sejam dadas as necessárias condições de trabalho, promovendo a descentralização administrativa e financeira e consagrando a possibilidade de exercício do mandato a tempo inteiro ou meio tempo por parte de membros das juntas de freguesia.

5. O PCP, em conjunto com os candidatos e activistas da CDU está a proceder às diligências no sentido da reposição da legalidade e apuramento de responsabilidades relativamente à situação ocorrida em Montelavar.



Montelavar Tem eleições no domingo

Depois do incidente provocado pelo roubo dos boletins de voto que acabaria por impedir a realização no passado fim-de-semana das eleições em Montelavar, a população desta freguesia vai no próximo domingo, dia 28, exercer o direito de eleger os seus representantes

para aquele órgão autárquico. Confiança, continua entretanto a ser a nota dominante entre os candidatos CDU, única força política a apresentar ao eleitorado um programa estruturado a curto, médio e longo prazo com vista à resolução dos problemas da população

de direita de reconstituição do latifúndio, afirmando-se ainda com uma demonstração de que «é possível derrotar a direita e construir uma alternativa democrática para a qual o PCP e os seus aliados são indispensáveis».

Setúbal

No distrito de Setúbal, por sua vez, foram cinco o número de eleições realizadas para as assembleias de freguesia nos concelhos de Palmela e Moita, resultantes da criação das novas freguesias de **Poçoirão**, em Palmela e **Vale da Amoreira**, na Moita. Apurados os resultados, verificou-se que a CDU obteve maiorias absolutas nas freguesias de **Palmela, Marateca, Poçoirão e Baixa da Banheira**.

Assim, em Palmela, o número de mandatos obtidos pela CDU elevou-se a 8, não ultrapassando o PS os dois e o PSD os três. Na Marateca, tendo apenas como opositor a uma lista do PSD, a CDU obteve 6 mandatos enquanto que o partido do Governo ficou reduzido a três. Na freguesia do **Poçoirão** a CDU obteve 5 mandatos contra 4 do PSD.

No concelho da Moita, a CDU reforçou a sua maioria absoluta na **Baixa da Banheira**, freguesia-mãe, com um total de 12 mandatos, contra apenas 1 do PS, enquanto na nova freguesia de **Vale da Amoreira** coube ao PSD obter o maior número de mandatos (7), contra 5 da CDU e 1 do PS.

Pronunciando-se sobre os resultados, o gabinete de imprensa da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, num comunicado onde aproveitava para saudar os novos eleitos, afirma que eles revelam «uma acentuada subida da CDU nas três freguesias do concelho de Palmela», comparativamente às eleições autárquicas de 1985, e a «manutenção da forte votação CDU» nas duas freguesias do concelho da Moita.

Com anterior presidência do PS, que desta feita não concorreu, a PSD saiu vencedor em Pero Pinheiro com 1144 votos, contra 425 da CDU e 40 da UDP.

O incidente verificado na freguesia de Montelavar foi entretanto objecto de uma tomada de posição pública da

de Loulé, a freguesia de **Alte** (agora desdobrada em duas) voltou a dar a maioria ao PS enquanto que na nova freguesia, **Benafim**, os eleitores optaram por dar a maioria ao PSD. De notar, entretanto, a recuperação pela CDU de um eleito em Alte e a eleição de um candidato em Benafim, factos que foram acompanhados por uma subida global da votação desta força política.

Situação idêntica à registada no Algarve sucedeu por sua vez no distrito de Coimbra com as eleições para a freguesia de Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, com a população a dar a maioria ao PS, enquanto que o PSD conquista a nova freguesia de **Vila Franca da Beira**.

Santarém

Sinais de inequívoca confiança e apoio das populações no trabalho realizado pela CDU são ainda a mais óbvia leitura a fazer dos resultados eleitorais registados para as assembleias de freguesia de **Benavente e Barrosa**, no distrito de Santarém.

Na primeira, a freguesia-mãe de **Benavente**, a lista apresentada pela CDU venceu as eleições com oito mandatos contra quatro do PS e um do PSD. Na **Barrosa**, tendo como opositora apenas uma lista do PS, a CDU alcançou quatro mandatos enquanto o outro partido concorrente obteve três.

Já no distrito de Lisboa, onde estavam marcadas duas eleições para o passado domingo, no concelho de Sintra, apenas se realizou o acto eleitoral na nova freguesia de **Pero Pinheiro**, sendo adiadas para o próximo domingo as eleições de **Montelavar** uma vez que foram furtados na véspera os boletins de voto.

Com anterior presidência do PS, que desta feita não concorreu, a PSD saiu vencedor em Pero Pinheiro com 1144 votos, contra 425 da CDU e 40 da UDP.

O incidente verificado na freguesia de Montelavar foi entretanto objecto de uma tomada de posição pública da

Nacional

Eleições nos dois arquipélagos

Açores:
CDU pode reforçar
as suas posições• Depoimento de Decq Mota
ao Avante!

Aproximam-se as eleições regionais nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a que concorrem listas da CDU, força democrática essencial no quadro político daquelas regiões. Atento à batalha eleitoral em que os comunistas dos Açores e da Madeira se empenham com viva determinação, o «Avante!» aborda neste número alguns aspectos centrais da situação nos Açores, avançando desde já um breve depoimento do camarada José Decq Mota, membro suplente do Comité Central do Partido, responsável da DORAA e cabeça de lista por S. Miguel às eleições de 9 de Outubro.

As listas da CDU

A palavra para José Decq Mota:

«Com todas as candidaturas já formalizadas, pode dizer-se com segurança que as listas de candidatos da CDU para a Assembleia Regional dos Açores reflectem a crescente intervenção política do PCP e dos meus parceiros na vida regional.

«Abrangendo todas as nove ilhas, as listas da Coligação Democrática Unitária, pela sua composição política, social e profissional, são o reflexo do alargamento da influência de capacidade própria da CDU-Açores. O elevado número de independentes, bem como a profunda ligação dos candidatos à vida social e local das respectivas ilhas, são o melhor indicativo do crescimento da nossa capacidade de intervenção.

«O facto de serem candidatos da CDU cidadãos que são presidentes ou dirigentes a outros níveis de prestígio — como são os casos da Fanfara Operária, de Angra, ou do Clube Naval da Horta — e o facto de integrarem listas da CDU alguns dos mais destacados dirigentes sindicais dos Açores (especialmente em S. Miguel) é significativo.

«Gostaria de dizer que considero que as nossas listas de candidatos à Assembleia Regional constituem um importante meio de acção e luta pela democratização plena da vida regional, pela afirmação definitiva da autonomia constitucional e pela resolução dos inúmeros problemas que marcam e condicionam a vida da população dos Açores.»

Os objectivos
eleitorais

«Neste momento em que o processo de preparação eleitoral deu um passo importante, com a formalização das candidaturas, gostaria de lembrar os objectivos eleitorais da CDU-Açores.

«Assim, há que dizer ser nosso objectivo essencial a eleição de um maior número de deputados pelas listas

CDU. Só com essa presença reforçada da Coligação Democrática Unitária se poderá criar condições para a aceleração do processo que



Açores: CDU confiante

levará a profundas transformações democráticas nos Açores.

«Sem subestimar as dificuldades reais — e a principal é sem dúvida a capacidade de que o poder regional tem para neutralizar uma parte dos descontentes — pode afirmar-se que a CDU, pelo seu trabalho, pelas suas listas, pelo crescimento da sua influência social e política, tem condições para eleger um maior número de deputados, num maior número de ilhas. Tudo faremos para que assim seja.»

Cabeças
de lista

São os seguintes os cabeças de lista da CDU nas diferentes ilhas dos Açores: **S. Miguel** — José Decq Mota, membro suplente do Comité Central do PCP, responsável da DORAA do Partido, deputado à Assembleia Regional; **Graciosa** — Abílio Pereira, empregado de hotelaria; **Pico** — Manuel Ilídio Silveira, membro da DORAA do PCP, ajudante técnico de farmácia, membro da AM de S. Roque do Pico; **Flores** — Paulo Valadão, membro da DORAA, médico veterinário; **Corvo** — Carlos Alberto Reis, assalariado; **Santa Maria** — Luís Alberto Pereira, locutor da Ra-

diodifusão, independente, proposto pelos Verdes; **Terceira** — Emílio Martins Ribeiro, funcionário público, independente; **S. Jorge** — Augusto Correia da Silva, pescador; **Faial** — Luís Mota, médico obstetra.

Encontro Regional
da CDU
em 10 de Setembro

Representantes das listas CDU de todas as ilhas, apoiantes e activistas da Coligação reúnem-se no próximo dia 10 de Setembro em

encontro regional, na cidade de Angra do Heroísmo, na Terceira.

Nesta iniciativa, marcada para o auditório do Rádio Clube de Angra, serão analisados e debatidos os documentos regionais das candidaturas da CDU/Açores, entre os quais se destaca «o compromisso da CDU para o aprofundamento do papel político da Assembleia Regional».

Habitação
em debate
na Lagoa

Amanhã à noite a CDU promove na Lagoa (ilha de S. Miguel) um colóquio sobre política de habitação, no qual participará o deputado regional e dirigente do PCP José Decq Mota.

Insistentemente o PCP tem levantado na Assembleia Regional questões ligadas à política de habitação, nomeadamente respeitantes ao concelho da Lagoa.

A intervenção permanente e as propostas concretas do PCP motivaram mesmo a elaboração de diversos relatórios de comissões parlamentares recomendando a criação de programas de habitação social, medida que — recorde-se — o Governo Regional recusou até fins de 1986.

Trabalhadores

Comportamento
do Governo agrava tensões
na Administração Pública

«Demagogia, ausência de diálogo e imposição» têm norteado a actuação do Governo relativamente aos trabalhadores, acusa a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública ao proceder a um balanço do seu relacionamento com o Executivo nos últimos meses em matérias que considera da «maior importância» e que se situam sobretudo com o nível da valorização material, social e profissional dos trabalhadores, com a eficácia da Administração e com os direitos dos utentes.

Para a Federação, que deu a conhecer esta posição em recente conferência de imprensa onde anunciou um mês de Setembro recheado de «intenso e profundo debate» sobre todas estas questões, a actuação do Executivo tem deste modo sido pautada, em suma, por «medidas casuísticas, discriminatórias e antidemocráticas»

Fundamentando a sua afirmação recordam a título de exemplo os dirigentes da Função Pública o que se tem passado com as questões relativas a horário e duração de trabalho bem como a carreiras — matérias de regime e âmbito da Função Pública relativamente às quais o Governo obteve autorização da Assembleia da República para legislar — e que, no entender das organizações sindicais, têm sido tratadas não apenas à sua revelia como ainda de forma errada.

«Nos Ministérios e Secretarias de Estado, face aos seus problemas laborais específicos, o Governo pauta a sua estratégia pela falta de resposta às propostas sindicais e pelo agravamento da situação», garante ainda aquela estrutura sindical que, a este propósito, acrescenta visarem de um modo geral os projectos de reestruturação apresentados pelo Executivo de Cavaco Silva a redução da função social do Estado, o aumento da precariedade de emprego e a revisão antecipada da Constituição da República, privatizando para o efeito sectores importantes como são, entre outros, os casos da Segurança Social, MAPA, Saúde, Ministério das Obras Públicas,

Transportes e Comunicações e Educação.

Assim se explica que um ano após a apresentação de propostas sindicais tudo ou quase tudo se mantenha na mesma, como assinalam os sindicatos, sendo igualmente de registar que nos casos em que se verificaram alterações estas representaram um agravamento ou, inclusive, uma deficiente aplicação e cumprimento da legislação em vigor. Veja-se, como lembraram os dirigentes sindicais presentes na conferência de imprensa, o que se passa no Ministério da Educação onde o regime jurídico tarda em ser aplicado, o previsto desmantelamento do IROMA/MAPA ou ainda o bloqueio e a falta de vontade política em melhorar os respectivos serviços existentes na Inspeção Económica.

Revisão salarial
intercalar

Mas o encontro com os jornalistas foi ainda uma oportunidade para falar do agravamento da inflação — facto que coloca na ordem do dia a questão da revisão salarial intercalar — e da reformulação do sistema remuneratório do sector relativamente ao qual os sindicatos

exigem não apenas o conhecimento do seu conteúdo como ainda participar na sua discussão. Ainda a este respeito, assinala-se, a Federação dos Sindicatos da Função Pública manifestou já ao Governo o seu empenhamento na alteração do actual sistema remuneratório, princípio básico sem o qual, do seu ponto de vista, «a construção de um novo esquema de carreiras na Administração Pública, que permita a valorização material e profissional dos seus trabalhadores, é destituída de sentido».

Questão do maior interesse para os trabalhadores da Função Pública visando garantir-lhes melhores condições de vida e trabalho é, por sua vez, a Proposta Reivindicativa Comum para 1989.

Com uma posição já definida a este respeito, constante aliás de um projecto entregue ao Governo pela Frente Comum de Sindicatos, dela ressaltam como aspectos essenciais para os trabalhadores a consideração de que a participação e negociação colectiva são instrumentos essenciais no progresso da Administração e de que as condições de vida e trabalho dos trabalhadores são «condição essencial da modernização da Administração Pública».

Neste capítulo, assumem ainda particular importância para as organizações sindicais que o Orçamento do Estado para o ano que vem inclua verbas que «garantam a revisão dos salários, pensões e outras prestações pecuniárias» de molde a repor o poder de compra perdido, a uma participação nos ganhos de produtividade nacional no aproximar dos salários aos de outros sectores e aos praticados na CEE e, por último, na melhoria dos sistemas de apoio na doença e da Acção Social Complementar.



Demagogia e ausência de diálogo têm caracterizado a atitude política do Governo para com os trabalhadores da Função Pública

Trabalhadores



Ferrovários e populações contra encerramentos da CP

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários e a Comissão de Trabalhadores da CP associaram-se ao movimento de protesto que tem mobilizado as populações de vários pontos do País contra a supressão arbitrária de comboios e contra o declarado propósito do conselho de gerência daquela empresa pública no sentido de encerrar ramais e estações de caminhos-de-ferro.

Tornada pública depois de uma análise conjunta da situação por parte das duas estruturas representativas dos trabalhadores ferroviários, esta posição vem chamar a atenção da opinião pública para o facto de a referida supressão de comboios constituir um balão de ensaio para o posterior encerramento de mil quilómetros de via e cerca de trezentas estações.

Estes são, com efeito, segundo afirmam aquelas organizações, os objectivos definidos pelo Governo e contidos no plano de médio prazo para a CP, intento que apenas acolheu o apoio ambíguo do PSD, sendo de oposição frontal o posicionamento de todas as outras forças políticas representadas na Assembleia da República, a que importa ainda acrescentar as declarações do Presidente da Re-

pública em defesa do caminho-de-ferro nas regiões isoladas no interior.

A luta das populações contra a supressão de comboios — obrigando em muitos casos o conselho de gerência a recuar, repondo os comboios que arbitrariamente suprimira — a par da posição de repúdio da generalidade das forças políticas e sociais das regiões afectadas pelo plano de encerramento, constitui entretanto na opinião das estruturas sindicais um factor decisivo de êxito que importa prosseguir e alargar de molde a contrariar os intentos do Governo e da administração da CP.

Nesse sentido, e com vista a defender os caminhos-de-ferro, melhorar os transportes ferroviários e defender os postos de trabalho, a Federação e a comissão de trabalhadores da CP, de acordo com a nota chegada à nossa redacção, vão intensificar as suas diligências junto das autarquias directamente envolvidas por forma a uma acção concertada que faça retroceder esta política de «terra queimada» do Governo de que resultam a marginalização e o isolamento das «tão sacrificadas populações do interior do País».

Pacote laboral

Há patrões que nem esperam pela lei

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços alertou em comunicado para a situação anómala criada por algumas entidades patronais que em vários pontos do País — invocando a promulgação pelo Presidente da República da autorização legislativa para o pacote laboral — afirmam estar já em vigor a nova lei dos despedimentos, o que é redondamente falso.

Como lembra a FEPACES, que afirma não poder deixar de lamentar a decisão de Mário Soares, a promulgação da referida autorização não

significou que tenha entrado em vigor qualquer nova legislação laboral no País.

Para aquela estrutura sindical a promulgação pelo Presidente da República da autorização legislativa não indica de modo algum que idêntica atitude venha a ser tomada em relação ao pacote laboral propriamente dito, sendo ainda chamada a atenção para o facto de a partir de agora o Governo ter de iniciar todo o processo legislativo de aprovação do diploma, continuando pois em vigor toda a actual legislação laboral.

Em defesa da terra, do pão, do emprego

Reforma Agrária não baixa os braços

A Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção pronunciou-se sobre a nova situação criada após a mais recente decisão do Tribunal Constitucional, relativamente à lei do latifúndio afirmando que «o processo não se encontra esgotado» e que os trabalhadores, embora em condições mais difíceis, «não vão baixar os braços e vão continuar a lutar por todos os meios legais e constitucionais em defesa da terra, do pão, do emprego».

Esta posição, tornada pública na sequência da decisão do Tribunal Constitucional pronunciando-se pela não inconstitucionalidade da lei de bases, é corroborada pela totalidade das organizações da Reforma Agrária que em comunicado alertam a opinião pública e os órgãos de soberania para a situação de grave instabilidade com que se vai defrontar o Alentejo e o Ribatejo em resultado da destruição da Reforma Agrária e do saque aos bens dos trabalhadores, no valor de centenas de milhar de contos, que agrários e Ministério da Agricultura se aprestam a afectar.

Subscrito pela FENCA, pelos Secretariados e Uniões das UCPs/Cooperativas e ainda pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos do Sul, o comunicado afirma por outro lado que o Presidente da República ainda tem faculdade de usar o seu direito de veto, reafirmando simultaneamente que a questão da inconstitucionalidade continua em aberto.

Comentando a decisão do Tribunal Constitucional, as estruturas da Reforma Agrária salientam por sua vez que aquela vai contra as «unâimes centenas de opiniões e posições oriundas dos mais diversos quadrantes e dos múltiplos pareceres de diferentes e reputados constitucionalistas e juristas».

«Tomada com extrema celeridade — observa o comunicado — a decisão aparece envolvida de processos menos claros que a não serem

esclarecidos podem pôr em causa a dignidade e a transparência que se exigem às decisões dos órgãos de soberania e, por maioria de razão, ao Tribunal Constitucional».

Constitucional — facto já anteriormente assinalado por alguns semanários — e à tomada de decisão uma semana antes de findar o respectivo prazo», para a qual, recorde-se, foi necessário aliás, uma vez mais, o uso de voto de qualidade por parte do presidente do Tribunal.

Como sublinha o comunicado, a verdade é que a dignidade e a independência do Tribunal Constitucional e bem assim as suas decisões não podem estar dependentes de composições conjun-

bunal Constitucional entendeu não declarar inconstitucional tem motivações exclusivamente políticas de «revanche» e procura construir um novo quadro legal que acelere o desaparecimento de todas as UCPs/Cooperativas e a liquidação da Reforma Agrária com a reconstituição do antigo sistema de propriedade latifundiária».

Recorda ainda a central dos trabalhadores portugueses que mais de 98 por cento do total de pareceres emitidos durante a consulta pública foram inequivocamente



Cerrar fileiras em defesa da Reforma Agrária

Com efeito, recordam ainda as organizações da Reforma Agrária, depois do presidente da Assembleia da República ter tentado, precipitadamente, acelerar o processo legislativo enviando o decreto para Belém ainda antes de terminados os trâmites regimentais da própria Assembleia, assiste-se agora «ao prolongamento do funcionamento de um dos turnos de juizes do Tribunal

turais, sob pena do processo de apreciação de constitucionalidade das leis «ficar sujeito a manobristos e oportunismos de ocasião, ao sabor das conveniências do Poder político».

Ajuste de contas

Também a CGTP-IN tornou pública em comunicado a sua posição sobre este assunto sublinhando que a lei que o turno de Verão do Tri-

contra a proposta de lei do Governo e que, ao contrário do que este afirma, a lei do latifúndio não é nenhuma medida estrutural, nem contribui para o necessário e desejável desenvolvimento e modernização da agricultura, antes configura «um ajuste de contas com o nosso passado recente» de que resultará, alerta, a «asfixia económica e social de grande parte do Alentejo».

Lei do latifúndio compromete futuro do Alentejo

— alerta DORA do PCP

«Surpreendente, inquietante e de extrema gravidade para o futuro da Reforma Agrária, do Alentejo e do Ribatejo», assim classifica a Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) a decisão da 2.ª Secção do Tribunal Constitucional de não se pronunciar pela inconstitucionalidade da lei do latifúndio.

Para esta organização do PCP, os «processos pouco claros» em que a decisão aparece envolvida levantam «legítimas interrogações que, a não serem esclarecidas», observa, podem «pôr em causa a dignidade, a transparência, isenção e independência do Tribunal Constitucional».

Entre os factos que estão na origem desta apreciação, segundo a nota dos comunistas alentejanos, encontra-se a tentativa de o Presidente da Assem-

bleia da República acelerar o processo legislativo antes de terminados os trâmites regimentais daquele órgão de soberania, o prolongamento inesperado do funcionamento da referida 2.ª Secção do Tribunal Constitucional e, bem assim, a circunstância de, contra o que é hábito, a decisão ser tomada uma semana antes de terminado o respectivo prazo.

Depois de lembrarem que o Tribunal Constitucional não pode «decidir em função de maiorias de ocasião e muito menos estar sujeito a manobristos e oportunismos ditados segundo a conveniência das maiorias conjunturais no Poder», a nota da DORA do PCP sublinha que a lei do latifúndio constitui um «grave atropelo à legalidade constitucional» e que a sua aplicação comprometeria o desenvolvimento do Alentejo.

Nacional

Sobre a luta nos Transportes Urbanos de Braga

Os trabalhadores dos Transportes Urbanos de Braga/Serviços Municipalizados estiveram anteontem em greve. Da situação naquela empresa e da posição dos comunistas sobre o problema fala-nos um comunicado emitido na sexta-feira, dia 19, pela célula do PCP na empresa.

Também na nossa empresa os trabalhadores e as populações têm sentido a ferocidade da política antilaboral e antipopular deste Governo. No início do ano, porque o Governo e a sua maioria na AR decidiram diminuir as verbas às autarquias locais e recusar qualquer indemnização compensatória aos municípios que exploram transportes colectivos, e não entregaram os 80 mil contos a que a nossa empresa tinha direito — obrigando ao aumento das tarifas.

Para os deputados a maioria PSD impôs um aumento de 36 por cento, enquanto os trabalhadores da administração local tiveram um aumento de 6,5 por cento.

Impõem o Decreto-Lei 247/87, que contém aspectos gravosos para os trabalhadores da administração local e principalmente para os motoristas dos transportes urbanos.

Mas, como se não bastasse a ofensiva do Governo, a

administração dos Transportes Urbanos de Braga segue os mesmos métodos, retirando, por sua iniciativa própria, regalias aos trabalhadores ou dificultando-lhes as carreiras profissionais, não pagando a alguns de acordo com as funções que exercem e não cumprindo a lei no sistema de férias.

Não bastava o Governo...

É completamente inadmissível que, numa empresa municipalizada, que é de todos nós, este tipo de coisas possa acontecer. Como é possível que um trabalhador veja reduzido, de um mo-



Transportes Urbanos de Braga/SM: retirar justos direitos e regalias aos trabalhadores origina a luta e a mobilização

mento para o outro, o seu salário na ordem dos 7 mil escudos mensais? Como é possível que os revisores exerçam uma função e não recebam de acordo com essa função que exercem? Por que não é reconhecida a competência e zelo dos trabalhadores eventuais, dando-lhes a devida recompensa e subindo-os de letra? Dá a ideia que a administração dos TUB/SM tem algum objectivo: está cúmplice com a política do Governo, ou quer criar conflitos com os trabalhadores?

É tempo de os trabalhadores dizerem «Basta!».

Todos temos consciência da importância da empresa municipalizada, da sua importância social para a população de Braga — lembrem-nos do que eram os péssimos serviços prestados pela ex-Sotube — e o que representa para os trabalhadores.

É preciso continuarmos atentos a tudo (ou todos) o que a possa prejudicar. Temo-nos de estar vigilantes na sua defesa.

Mas nunca poderemos permitir que os nossos direitos sejam afectados. A única forma de impedirmos que o Governo e a administração nos prejudiquem é lutarmos con-

tra as injustiças e reforçar a unidade entre todos os trabalhadores. É provável que entretanto apareça alguém a tentar dividir os trabalhadores. Temos de estar atentos. Temos de dizer «Basta!».

Como já o provaram nos passados dias 11 e 12, os trabalhadores dos TUB/SM estão dispostos a manter a sua luta contra as injustiças a que estão a ser submetidos pelo Governo e pela administração. A célula dos TUB/SM do PCP solidariza-se com a luta dos trabalhadores e dá o seu total apoio à greve marcada para dia 23 (anteontem).

Subsídio ridículo para a FP

Demagogia e eleitoralismo ao jeito de Alberto João...

Mais uma manobra demagógica e eleitoralista do Governo Regional, chefiado por Alberto João Jardim — este é o comentário que a CDU/Madeira dirige à recente apresentação, na Assembleia Regional, de uma proposta de subsídio de insularidade para os trabalhadores da Função Pública, a ser analisada quando a nova Assembleia se reunir em Novembro, depois do acto eleitoral que se avizinha (9 de Outubro).

Em telex que fez chegar aos órgãos de Comunicação Social, a Coordenadora da

CDU/Madeira sublinha que aquela atitude do Governo Regional é demagógica

«porque em nada corresponde à reposição do poder de compra perdido pelos trabalhadores da Função Pública da Região em relação aos trabalhadores da Função Pública do continente já que, entre 1977 e 1987, a inflação acumulada na Região foi superior em 80 por cento à do continente, e não será agora com um adicional ridículo de 2 por cento (ou seja, num salário de 40 contos o aumento seria de 800\$00) que será recuperada toda a situação de atraso».

A proposta é eleitoralista «porque foi o PSD e os seus governos que nunca quiseram resolver a situação dos trabalhadores da Função Pública e da administração local e só agora porque se aproximam as eleições se preocupam em dar 'subsidiões' miseráveis para comprar os votos dos trabalhadores».

A finalizar, a CDU salienta:

«No início de 1987 os dirigentes do PSD/Madeira afirmaram que a situação não se resolvia porque o PSD não tinha a maioria na Assembleia da República.

«Desde Julho de 1987 que o PSD tem a maioria na Assembleia da República sem que tenha tomado qualquer decisão favorável aos trabalhadores. Esta actuação demonstra claramente que não será com governos e maiorias do PSD que os problemas da Função Pública, administração local ou de todos os trabalhadores se resolverão.

«A CDU/Madeira exorta os trabalhadores da Função Pública a repudiarem esta manobra demagógica do PSD/Madeira e apoiarem no próximo acto eleitoral as forças que mais firmemente têm defendido os seus interesses.»

Camaradas Falecidos

José Nobua

Em Grândola, distrito de Setúbal, faleceu na passada semana o nosso camarada **José Esperto Nobua**, de 54 anos, membro do organismo de comerciantes. Realizado no passado dia 21, o funeral do militante comunista constituiu uma impressionante manifestação de pesar, onde se incorporaram centenas de pessoas.

Eugénio Filipe

Vítima de prolongada doença, faleceu recentemente o camarada **Eugénio Filipe**, fogueiro reformado, membro da organização de freguesia de Montalvo, concelho ribatejano de Constância.

Abílio Fernandes

Vítima de acidente, faleceu no passado dia 18 o nosso camarada **Abílio Fernandes**, de 55 anos, padeiro, dirigente sindical desde 1976. Era membro da Comissão Concelhia do Montijo do PCP. Democrata prestigiado, Abílio Fernandes era eleito da Assembleia de Freguesia de Atalaia, cabeça de lista nas últimas eleições.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.



Na Região Autónoma da Madeira, Jardim continua a percorrer os caminhos do eleitoralismo e da demagogia



A injustiça social agudiza-se

Resposta da classe operária

Internacional

E no entanto ela avança

No Golfo entrou em vigor no sábado o cessar-fogo entre as tropas do Irão e do Iraque; em Brazaville decorre mais uma ronda das conversações quadripartidas sobre o Sudoeste Africano; esboçam-se condições para o início da discussão política do problema cipriota; marca pontos o clima de desanuviamento internacional. Graças à luta persistente dos povos de todo o mundo, da URSS e restantes países socialistas, dos comunistas e de todas as forças progressistas, a paz derruba barreiras e abre caminho a um futuro melhor.

«Até comemos o mesmo que eles»

Os jornalistas norte-americanos Roy Rowan e James Machtway concluíram segunda-feira duas semanas de permanência num regimento de infantaria motorizada de Leninegrado, estudando o dia-a-dia do exército soviético.

Em declarações ao jornal «Leningradskaja Pravda», Roy Rowan, de 68 anos, correspondente da revista «Life», realçou a alta taxa de escolaridade no exército soviético, comparativamente à dos soldados dos EUA.

«A maioria dos soldados norte-americanos é oriunda das camadas baixas da população, ao passo que no exército soviético estão representados todos os grupos da sociedade. Encontrei-me com soldados altamente instruídos como, por exemplo, o sargento Andreiev, que estudou numa universidade e até conhece obras dos nossos economistas», disse Roy Rowan, citado pelo Novosti.

O jornalista salientou que a sua permanência naquela unidade militar não alterou o dia-a-dia do regimento, incluindo o aspecto alimentar. «Sentiríamos logo se fosse algo não natural, mesmo pelos pratos que comíamos», disse o jornalista da «Life».

Desarmamento e ecologia

As autoridades soviéticas ligam as questões ecológicas ao desarmamento e manifestam a necessidade de «uma nova filosofia ecológica» — estas duas linhas foram explicitadas quinta-feira em Moscovo, numa conferência de imprensa em que entrevistaram Fiodor Morgun, presidente do Comité Estatal para a Protecção da Natureza, e Vladimir Petrovski, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros.

Petrovski salientou a importância do processo de desarmamento para a viabilização de medidas de protecção do meio ambiente e vinco que esse processo deve ser acompanhado, não só de medidas de controlo e desvio de meios para fins pacíficos, mas também de amplas medidas de protecção da natureza.

O vice-ministro soviético recordou que na conferência de Julho do Comité Político-Consultivo dos Estados signatários do Tratado de Varsóvia foi aprovado um docu-

mento em que se apela à conjugação de esforços da comunidade mundial para a solução dos problemas do meio ambiente e se propõe uma convenção que integre as normas do comportamento ecológico dos Estados e as principais direcções da cooperação nesse âmbito.

Fiodor Morgun, por sua vez, frisou que hoje, além do perigo nuclear, é também muito séria a ameaça de uma catástrofe ecológica, situação que resulta do facto de o homem nem sempre haver tido «relações de amizade com a natureza» e, sobretudo, de não procurar resolver, «em conjunto com ela, os problemas vitais da humanidade».

Recordou que «as florestas no Brasil estão num estado deplorável», que «avança ininterruptamente a desertificação de muitas regiões de África» e que «o mar Aral está a esgotar-se».

«A situação criada», disse,



«pode ser superada, mas para isso é necessária uma nova filosofia ecológica».

Relações Etiópia-Somália

A Etiópia e a Somália deverão ter iniciado anteontem a troca de prisioneiros de guerra capturados por ambos os países no decurso da guerra de Ogaden, em 1977-78.

Em Abril último, Modadicio e Adis-Abeba assinaram um acordo de restabelecimento das relações diplomáticas. O acordo determinou também a retirada das tropas de ambos os países da zona fronteiriça, o fim da propagação hostil e o fim do apoio

às organizações oposicionistas, quer na Somália, quer na Etiópia. O referido acordo estabeleceu igualmente a criação de uma comissão conjunta destinada a analisar a questão fronteiriça que esteve na origem da guerra do Ogaden.

A zona do «corno de África» como é conhecida a região africana partilhada pela Etiópia, a Somália, o Djibouti e Sudão, tem sido palco de violentos diferendos decorrentes de questões fronteiriças e étnicas.

Durante uma recente visita a Moscovo do dirigente etíope foi divulgada uma declaração conjunta em que Mengistu Hailé Mariam e o secretário-geral do PCUS, Mikhaíl Gorbatchov, salientavam que a estabilização da situação no «corno de África» pode ser assegurada colocando na base das relações entre os países da região os princípios do respeito mútuo pela soberania e a integridade territorial e da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado.

Relações PSUA-PCI

As tendências positivas que se delineiam actualmente na situação internacional oferecem possibilidades favoráveis para o prosseguimento do processo de desarmamento e para a solução

pacífica de conflitos regionais — constatarem na segunda-feira em Berlim, Guenter Schabowski, do Bureau Político do Partido Socialista Unificado da Alemanha, e António Bassolini, da direcção do Partido Comunista Italiano.

Salientaram, contudo — de acordo com um despacho da agência ADN —, que a situação continua complexa devido às actividades dos adversários do desarmamento e do desanuviamento. Aqueles dirigentes comunistas da RDA e de Itália manifestaram a disponibilidade dos respectivos partidos para continuarem a empenhar-se no melhoramento da situação internacional, nomeadamente fomentando, com ini-

ciativas e propostas construtivas, o diálogo Leste-Oeste.

Retirar do Golfo todas as forças estrangeiras

O governo soviético divulgou uma declaração na qual se afirma disposto a retirar os seus navios de guerra do Golfo caso outros países procedam de igual forma, informou segunda-feira a TASS.

Numa declaração a propósito do cessar-fogo na frente irano-iraquiana, as autoridades soviéticas afirmam que «o início da solução de um conflito tão longo, destrutivo e perigoso como o irano-iraquiano, seguindo-se à assinatura dos acordos de Genebra sobre o Afeganistão, reflecte uma alteração do clima político internacional».

Para a URSS «o estabelecimento de uma paz justa e sólida entre o Irão e o Iraque enquadrar-se-á organicamente nos esforços virados para a criação de um sistema global de paz e segurança internacional».

A declaração soviética, numa alusão às posições norte-americanas, considera «inconsistentes» os pretextos destinados a justificar a permanência no Golfo das forças navais de Estados cujo território não faz parte desta região.

... E a sua eliminação total

A URSS considera a explosão nuclear realizada na semana passada no polígono do Nevada, no âmbito da experiência conjunta soviético-americana em matéria de controlo, como um passo concreto, embora pequeno, para a proibição dos testes nucleares, afirmou Guennadi Guerassimov.

Esta declaração juntamente com a explosão a efectuar em meados de Setembro no polígono soviético de Semipalatinsk, tornará possível escolher métodos aperfeiçoados de controlo do tratado de 1974 sobre a limitação dos ensaios subterrâneos de armas nucleares, destacou o porta-voz do MNE soviético num «briefing» em Moscovo.

Este tratado, tal como o de 1976 sobre as explosões nucleares subterrâneas com fins pacíficos, não foi ratificado por Washington, que considerou insuficientes as medidas de controlo incluídas nestes documentos.

O aperfeiçoamento das medidas de controlo é apenas o primeiro passo nas conversações sobre a limitação e a cessação dos ensaios nucleares — realçou o porta-voz. A agenda destas conversações globais prevê a adopção de limitações intermédias dos ensaios nucleares até à sua cessação completa.

«Fase decisiva» da luta pela reforma agrária

«A luta pela realização da reforma agrária em Portugal entrou na sua fase decisiva» — afirma o correspondente do «Pravda» em Lisboa num artigo publicado no órgão do CC do PCUS dia 9 de Agosto.

O artigo intitula-se «Defensores e inimigos da reforma agrária». Valery Volkov começa por informar os leitores da decisão do Presidente da República de enviar a lei de bases ao Tribunal Constitucional e suas implicações; faz de seguida uma breve história da luta dos trabalhadores das UCPs e cooperativas do Alentejo e Ribatejo, dos sindicatos, dos democratas que com eles defendem a reforma agrária.

Para o correspondente soviético o objectivo principal da nova lei é «devolver a terra aos antigos agrários e tirá-la aos membros das cooperativas da zona da reforma agrária».

Nicarágua: há condições para reabrir o diálogo

O governo da Nicarágua considera existirem condições positivas para reiniciar o diálogo com os partidos políticos da oposição, interrompido em Abril do corrente ano — afirma-se numa declaração divulgada nesta capital sobre os resultados da sessão da Comissão para a Reconciliação na Nicarágua.

A reunião teve lugar na semana passada e nela participaram o vice-presidente da República, Sérgio Ramirez, o presidente da colisão, Cardeal Obando-y-Bravo e dirigentes de vários partidos políticos.

Na declaração assinala-se que o governo da República «está pronto para uma discussão séria sobre as questões de vida política interna e não criará quaisquer dificuldades para o reinício destas conversações».

Sérgio Ramirez declarou que o governo sandinista está disposto a reiniciar as conversações com os «contras» tanto em Manágua como em Washinton, com vista a alcançar a paz no país.

Historiadores da RDA estudam arquivo da Komintern

Historiadores da República Democrática Alemã estão a estudar na União Soviética os documentos do arquivo da Internacional Comunista — revelou a agência ADM, citando o director do Instituto de Marxismo-Leninismo do PSUA, Guenter Heyden. A Komintern foi fundada em 1919 e dissolvida em 1943.

O que a URSS deixa no Afeganistão

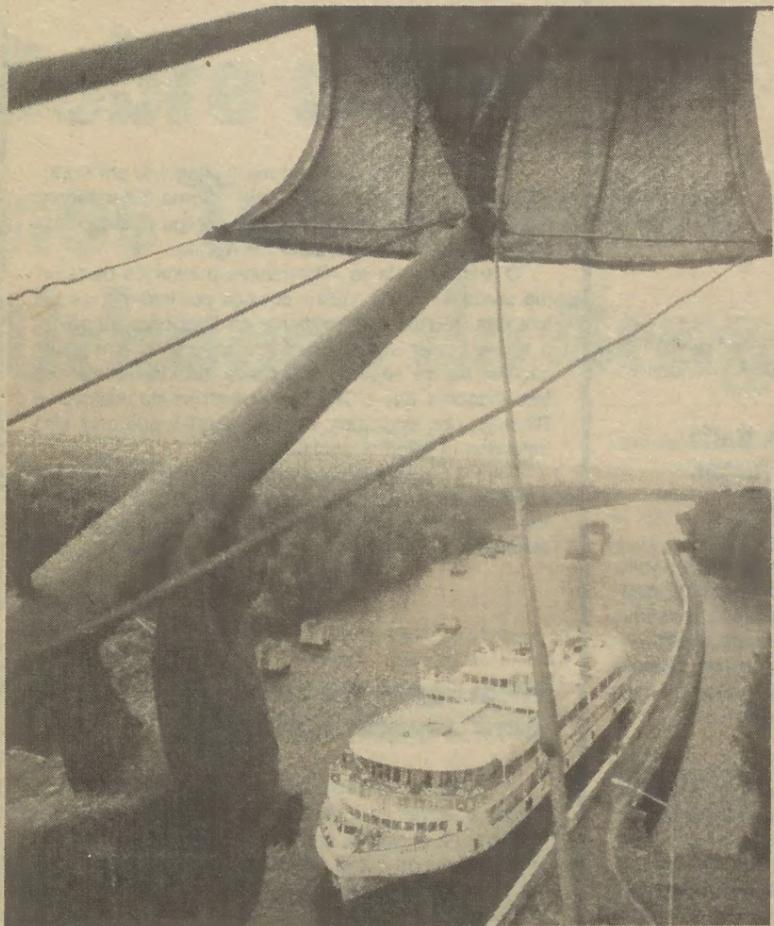
Guennadi Guerassimov desmentiu na semana passada afirmações de responsáveis norte-americanos, segundo as quais as tropas soviéticas estariam a deixar «milhões de minas» nas regiões do Afeganistão de onde estão a sair. O porta-voz do MNE da URSS disse à TASS que tal não corresponde à realidade e considerou aqueles números «irreais».

«Após a saída das tropas os campos de minas são desmantelados ou transferidos para os afegãos» — disse Guerassimov citando uma declaração do comandante do contingente soviético, o tenente-coronel Boris Gromov; acrescentando ainda que de tal facto estão devidamente informados os observadores da ONU que verificam o cumprimento dos acordos de Genebra.

As unidades soviéticas — lê-se no despacho da Novosti que contém as declarações acima referidas — transferiram para a parte afegã 2289 instalações diversas (hospitais, oficinas, depósitos e bases militares), num valor superior a 176 milhões de rublos. Seria «absurdo» que a URSS, ao deixar estas instalações, as minassem — comenta Guerassimov, para quem afirmações como as feitas pelos porta-vozes dos EUA representam uma mina para pôr em dúvida que a URSS cumpre o seu compromisso de retirar as tropas do Afeganistão.

Desde 15 de Agosto permanecem em 6 das 31 províncias afegãs 50 mil soldados soviéticos; segundo o porta-voz do MNE da URSS, que reafirmou as duras críticas do Governo soviético à violação dos acordos de Genebra pelo Paquistão, os militares soviéticos poderão abandonar completamente o Afeganistão antes da data prevista pelos acordos de Genebra (Fevereiro de 1989), se todas as partes respeitarem os compromissos assumidos.

Internacional



Moscovo, Leninegrado, duas etapas da viagem, duas imagens da URSS de hoje

Uma viagem na URSS ao sabor da *perestroika*

■ Anabela Fino

Pegue-se (salvo seja) em duzentas e trinta pessoas, oriundas dos mais diversos países e proponha-se-lhes uma estadia comum, de vários dias, a bordo de um navio;

Junte-se ao heterogéneo grupo o indispensável apoio logístico, que é como quem diz o pessoal de bordo, da tripulação ao restaurante, mais os intérpretes e respectivos coordenadores, sem esquecer os motoristas e acompanhantes da frota de autocarros para o apoio em terra;

Elabore-se um programa que conjugue aspectos turístico-culturais com o debate político de um dos temas mais candentes da actualidade — a perestroika; Trace-se uma rota que faz convergir para Moscovo a generalidade dos intervenientes desta aventura e a partir daí os conduz a Leninegrado, Petrozavodsky, ao arquipélago das Valaam, à inesquecível ilha Kidji; Mexa-se tudo muito bem, acrescente-se improvisação quanto baste, tempere-se com espírito de iniciativa ao gosto de cada um e não restem dúvidas de se obter uma excelente receita.

Foi o que fez o jornal soviético «Pravda», órgão central do PCUS, com a colaboração activa de representantes de jornais de partidos comunistas (jornalistas e difusores) de quase todos os países da Europa capitalista, Brasil, México, Venezuela, Equador e Líbano.

Esta inédita iniciativa do Pravda, que em anos anteriores tem recebido isoladamente delegações dos seus congéneres ocidentais, saldou-se por uma dupla vantagem:

Em primeiro lugar, apesar das inevitáveis limitações de tempo e do obstáculo linguístico que a tradução em absoluto não supera, permitiu um esclarecedor debate sobre a situação interna na URSS, os objectivos, as dificuldades, os avanços da perestroika;

Em segundo lugar, mas não menos importante, contribuiu para o melhor conhecimento e compreensão mútua dos representantes dos diferentes partidos comunistas presentes, logo para o reforço da paz e da amizade entre os povos.

Sem pretender subestimar

a parte cultural da visita — na verdade inesquecível — limitações óbvias levam a reduzi-la à clássica afirmação de que as palavras escasseiam para definir os sentimentos experimentados perante o Mausoléu de Lénine, a imponência da Praça Vermelha e a caixa de mistérios que é o interior de Kremlin; ficar apaixonado por Leninegrado tornou-se quase um lugar-comum, quer a preferência vá para o esplendor das suas «noites brancas» — o magnífico pôr-do-sol às dez da noite —, para o legendário «Aurora» que deu o sinal para o assalto ao Palácio de Inverno, para as ruas limpas ornadas de históricos monumentos, para as pontes e canais, para as catedrais, ou para o imponente Ermitage, um dos maiores museus do mundo.

De pouco servirá também falar da beleza dos Jardins de Pedro, com as suas fontes, dos lagos de Laduga e Onega, das catedrais de madeira de Kidji e das ilhas paradisíacas de Valaam. É preciso lá ir para entender como é pretensioso querer guardar tudo isto num postal, uma fotografia que não a da própria memória que se conserva para toda a vida.

Deixemos pois este aspecto. O tema de fundo, afinal, é outro bem aliciante — a perestroika.

Sim ou não ao socialismo?

A pergunta é de retórica, embora não falte por aí

quem lhe pretenda atribuir outro significado. Um historiador, um economista, um responsável partidário da República Autónoma da Karelia e um sociólogo, que acompanharam os convidados do Pravda nesta visita à URSS, não deixaram no entanto de lhe dar resposta, de várias formas, uma espécie de colarinho das suas próprias exposições sobre a situação soviética, no âmbito do amplo debate travado.

A perestroika não é uma recusa do socialismo e uma viragem para o capitalismo.

A perestroika é um processo de correcção de erros e desvios cometidos ao longo de um conturbado percurso histórico, com o objectivo

expresso de consolidar e aprofundar o socialismo.

Os órgãos máximos do PCUS, bem como os seus principais dirigentes, já o haviam afirmado. Nesta visita, muitos outros o repetiram, sem esconder as dificuldades com que o processo se depara, quer devido ao pesado aparelho burocrático que tolhe a sociedade, quer à inércia de alguns sectores, quer ainda à resistência activa de outros que temem perder posições adquiridas.

A batalha da perestroika trava-se em várias frentes. Sem pretender simplificar, pode no entanto dizer-se que três surgem como fundamentais: a mudança de mentalidades, a reestruturação eco-

nómica, a definição do papel do partido e do Estado.

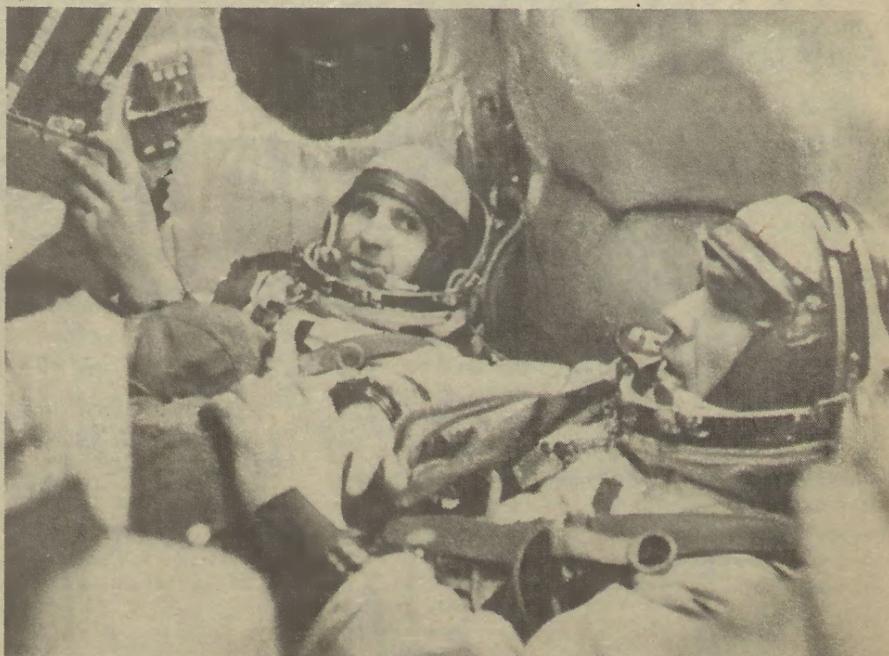
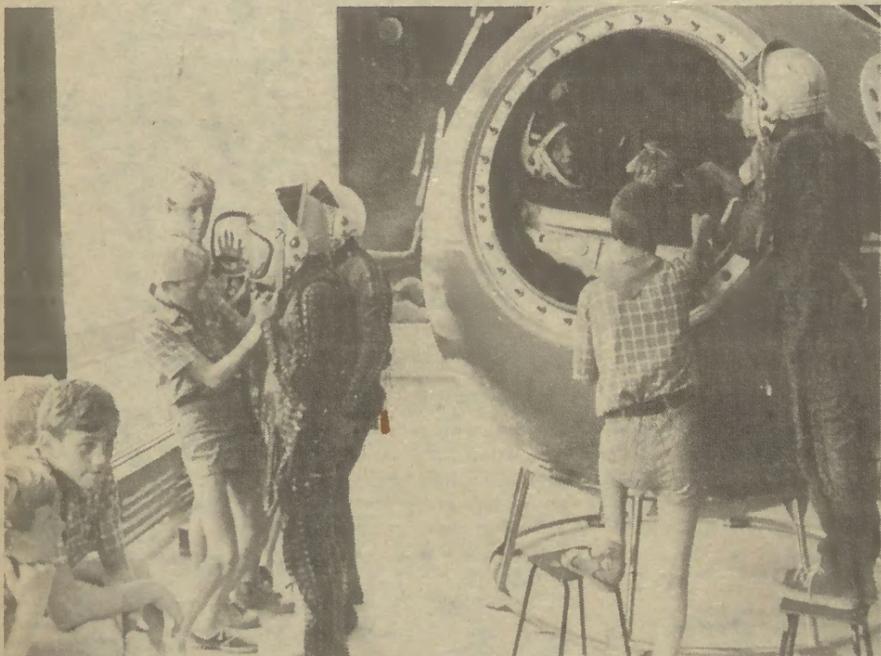
Neste âmbito cabe o desenvolvimento do pluralismo socialista, cuja componente fundamental é a liberdade de expressão; o estudo das experiências económicas, tanto no campo socialista como capitalista, com o objectivo de sanear os paradoxos existentes, aliar a quantidade com a qualidade da produção e promover o desenvolvimento científico-técnico; a redefinição das responsabilidades a nível ideológico e executivo, com a reactivação do papel dos soviets enquanto estruturas de controlo popular do aparelho estatal.

Como várias vezes foi salientado, o primeiro resultado



Todos discutem sobre tudo. E o Partido com toda a gente

Internacional



A aventura do espaço demonstra indiscutivelmente a grande evolução científico-técnica da URSS. Mas os soviéticos não esquecem atrasos noutros campos



bem palpável da reestruturação em curso regista-se no domínio da intervenção pública no debate dos problemas: todos discutem sobre tudo. O extraordinário aumento das tiragens dos jornais e revistas, bem como da audiência da rádio e da televisão, testemunham essa participação, interesse e adesão suscitados pela perestroika.

Que não se trata de um processo pacífico é fácil de perceber, não apenas porque é doloroso o reconhecimento dos erros, mas ainda porque a abordagem de problemas até aqui subestimados suscita receios de que as gerações mais jovens se sintam desiludidas e descrentes com o sistema.

Questões abertas e apaixonadamente colocadas, na consciência de que muitas são ainda as interrogações sem resposta, mas de que o único caminho possível, na via do socialismo, é o do empenhamento de todos.

A questão económica

As reformas económicas já aprovadas na URSS e pontualmente ensaiadas nalguns sectores, estão ainda longe de fazer sentir todo o peso das suas consequências na estrutura social. Segundo foi salientado, uma das dificuldades actuais está na adaptação dos planos quinquenais em vigor com as novas directrizes, obstáculo a que não é estranha a necessidade de adopção de novos métodos de trabalho e novas técnicas.

A par disso, em causa estão princípios de realismo económico, que antes do mais visam adequar resultados de rentabilidade com as

necessidades nacionais, eliminando ao mesmo tempo o que se revela incapaz de subsistir pelos próprios meios.

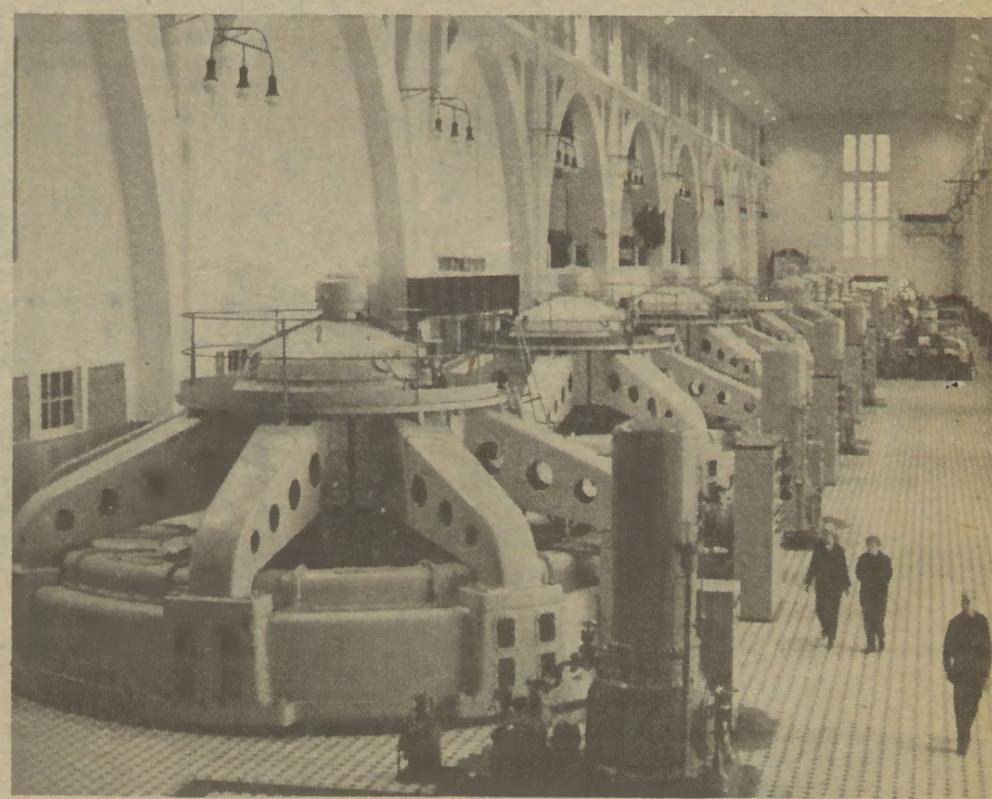
Numa palavra, e sem perder de vista os riscos que toda a tentativa de simplificação esquemática comporta, pretende-se acabar com o paradoxo de, numa sociedade que em diversos domínios é indiscutivelmente uma das mais evoluídas (como por exemplo na exploração do espaço), subsistam problemas e atrasos técnico-científicos em sectores fundamentais da economia, com os

seus efeitos nas condições de vida das populações.

Mais e melhor tornou-se numa palavra de ordem da sociedade soviética, o que implica o empenhamento comum. O mesmo é dizer, sem falsos pudores, que os casos de parasitismo existentes, oportunismo político, fraca rentabilidade, baixa qualidade de trabalho, estão a caminho de deixar de ser considerados males inevitáveis e que entre o rendimento e o esforço deverá haver cada vez mais uma relação directa. Assim é que se estudam novas formas de retribuição



Já se lla muito na URSS. Com a perestroika, aumentaram extraordinariamente as tiragens dos jornais e revistas



salarial, estímulos económicos, e se incrementam — não sem dificuldades e contradições — novas formas de organização cooperativa.

Haverá que dar tempo ao tempo para apreciar o resultado de muitas das alterações em curso — em certos domínios um retorno à pureza de princípios marxistas-leninistas em sintonia com as realidades do mundo de hoje —, bem como as reacções internas a propostas aprovadas mas ainda não implementadas, como é o caso da reforma dos preços e do desenvolvimento das relações comerciais com o exterior.

Em todo o caso, uma certeza ficou de tudo o que foi dado apreciar: a base social e económica do socialismo

não está em causa na União Soviética.

A definição de princípios económicos e a procura de soluções por vezes aparentemente economicistas está a ser estudada à luz da necessidade de não cair na sua aplicação mecanicista, mas pelo contrário tendo sempre presente os valores socialistas. Foi assim, por exemplo, que num debate sobre a questão de tornar rentáveis as empresas, foi salientada a questão fundamental de não confundir — a propósito dos jornais do partido — o que pertence ao foro político com o produtivo, já que os lucros do primeiro se contabilizam de uma forma que não em metal sonante.

O mesmo se pode dizer em relação ao internaciona-

lismo proletário, cujos custos reais não são de pequena monta. Aqui, independentemente dos acertos e alterações que venham a registar-se, as contas também não são feitas pelos economistas em exclusividade, já que ganhos e perdas em questões políticas se pautam por outros princípios.

Parafrazeando uma dirigente partidária de Leninegrado, vale a pena lembrar que «na onda da transparência e da perestroika surge uma certa espuma» de fenómenos e interpretações paralelas que pouco têm a ver com a realidade. Lá, como cá, o que importa é saber ver para além da espuma. Um processo em que temos todos muito que aprender. ■

Internacional

Angola**Acabar com a guerra para finalmente trabalhar em paz**

Está a decorrer na capital do Congo mais uma ronda das conversações quadripartidas para a resolução política da situação de conflito no Sudoeste Africano. A República Popular de Angola, que tem mantido nos últimos dias uma intensa actividade diplomática, empenha-se no êxito das negociações, de forma a que o povo angolano possa finalmente, sem guerra e sem ingerências do exterior, construir o país sonhado para as gerações de hoje e as vindouras.

«A situação na África Austral conheceu nos últimos dias uma transformação qualitativa que vai certamente alterar de forma decisiva o clima de tensão que até agora prevalecia» — sublinhou José Eduardo dos Santos ao falar, na semana passada, perante os participantes no congresso do Partido Unido para a Independência Nacional, da Zâmbia.

«Solução parcial»

O presidente da RPA e do MPLA-PT recordou que para chegar a esta situação milhares de pessoas perderam a vida, outras ficaram marcadas para sempre e imensos bens foram destruídos: «Foi necessária muita determinação, muita coragem, para não termos a dignidade dos nossos povos e a soberania e a independência dos nossos países.»

Considerando os resultados até agora alcançados nas conversações quadripartidas como uma «solução parcial» do conflito na África Austral, o presidente angolano sublinhou que, no entanto, aquelas negociações têm contribuído significativamente para a redução da tensão.

A resolução de todos os factores externos que estão na origem do agravamento da situação no interior da RPA vai acelerar também a resolução do conflito interno — frisou José Eduardo dos Santos.

Na 10.ª Conferência Nacional do UNIP, realizada de 18 a 23 de Agosto em Mulungushi, a 240 quilómetros de Lusaka, participaram também oito chefes de Estado (entre os quais os de Moçambique, do Uganda, do Quênia, do Zaire), bem como Yasser Arafat, presidente da OLP, e Sam Nujoma, presidente da SWAPO; o Partido Comunista de Cuba esteve representado por Jorge Risquet, do Bureau Político.

A agência angolana Angop informou que se poderia realizar, à margem dos trabalhos da Conferência, mais uma cimeira dos países da «linha da frente».

Liberalização de preços

O governo angolano decidiu liberalizar os preços de produtos horto-frutícolas com o objectivo de expandir o seu mercado. O vice-ministro da Agricultura, ao anunciar na passada quinta-feira esta medida, enquadrando-a no programa de saneamento económico e financeiro em curso e informou que ela irá abranger 52 produtos horto-frutícolas, excluindo os bens utilizados

na comercialização com o campo.

Isaac dos Anjos considerou que a liberalização dos preços destes produtos responde à necessidade de estabelecer regras concorrenciais justas entre os diversos tipos de formação económica, apontando como seus reflexos positivos

o aumento do número de pessoas dispostas a dedicar-se à produção, a diminuição de agentes na cadeia de comercialização, a distribuição do rendimento de forma mais justa para os produtores do campo e a livre circulação dos produtos.

Ainda no campo económi-

co, a Angop anunciou para o fim deste mês a chegada a Luanda de uma delegação do FMI que vai discutir os pormenores ligados à quota de Angola no Fundo Monetário Internacional, no âmbito das negociações para a adesão da RPA a esta instituição e para o reescalonamento da dívida externa angolana.

Na semana passada, entre uma série de notícias que davam conta de uma intensa actividade diplomática de estadistas e dirigentes partidários angolanos (em particular do presidente José Eduardo dos Santos), destacou-se um despacho da Angop anunciando que «os governos da República Popular de Angola e da República Socialista e Popular da Albânia concordaram em estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadas», o que, segundo o comunicado bilateral assinado em Nova Iorque, «responde aos anseios e à boa vontade de ambos os países de estreitar laços de amizade».

Aí, líder!

«Líder da informação sobre África há anos». Quem é, quem? Não adivinhou, leitor. Modéstia à parte, o jornal do senhor Nuno Rocha espetou com este epíteto de si próprio na primeira página da edição da semana passada.

E para anunciar o quê? Evidentemente, para dar uma novidade exclusiva sobre África: «Quadripartida sobre Angola no Rio de Janeiro». Segundo «o líder», as delegações de Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos iniciariam a sua reunião no dia 22, Segunda-feira.

O líder lá sabe o que diz e por que o diz... Mas parece que lá nas delegações ninguém ouviu o conselho.

E, logo no próprio dia em que o «líder da informação sobre África» gritava ao mundo a sua exclusiva novidade, vem o ministro angolano das Relações Exteriores anunciar que a próxima ronda das conversações quadripartidas sobre o Sudoeste Africano foi marcada para a capital do Congo, de 24 a 26 deste mês.

Mas, caro leitor, pelo sim, pelo não, é melhor consultar a edição de hoje do «líder», que deve lá trazer uma ampla e cariosa reportagem do seu senhor director sobre o que aconteceu no Rio na segunda-feira. Assim no estilo do que ele já fez sobre Timor-Leste...



No caminho para a paz em Angola e em todo o Sudoeste Africano o dia 1 de Setembro é uma data-chave: até à próxima quinta-feira a África do Sul deve retirar de território angolano todas as suas tropas, enquanto Angola e Cuba se comprometeram a divulgar um calendário para a saída dos soldados cubanos

A paz depende agora da resposta da África do Sul**— Sam Nujoma escreve a Perez de Cuellar**

A Organização do Povo do Sudoeste Africano assumiu o compromisso de fazer o possível para que o processo da regularização pacífica da situação na região tenha êxito e se torne irreversível, segundo o acordado em Genebra — afirma o presidente da SWAPO numa carta enviada na semana passada ao secretário-geral da ONU. Actualmente — escreve

Sam Nujoma — assiste-se a uma etapa decisiva no processo da independência da Namíbia. A SWAPO aceitou o cessar-fogo em Angola, que entrou em vigor a 10 de Agosto, e está disposta a seguir essa linha até à assinatura de um acordo oficial com a África do Sul, em conformidade com a Resolução 435/78.

Ao mesmo tempo — assinala — a suspensão das operações de combate contra as forças armadas sul-africanas na Namíbia só continuará a vigorar se a África do Sul, que ao longo de muitos anos recorreu a todo o tipo de artimanhas para subverter a Resolução do Conselho de Segurança da ONU, revelar também a necessária vontade

de política e dar os devidos passos de resposta.

Na carta — referida num despacho da Novosti — Sam Nujoma saúda a declaração do dia 1 de Novembro como data para o início da implementação da Resolução sobre a independência da Namíbia e pede ao secretário-geral da ONU que faça consultas com as partes interessadas.

«No dia 8 de Agosto o sub-secretário das Corporações anunciou que 120 mil contos das Caixas de Previdência vão ser destinados à construção de «habitações económicas» na Avenida Alferes Malheiro, em Lisboa. Que significa isto? Isto significa que o dinheiro descontado aos salários dos trabalhadores de todo o País, sob o pretexto da protecção na doença, invalidez e velhice, é desviado para a realização duma obra demagógica do fascismo. A Câmara Municipal de Lisboa tinha nos seus planos o embelezamento de uma parte da cidade com a criação de um novo e moderno bairro. Esta obra não é a CML nem o governo que a paga: são, como sempre, os trabalhadores portugueses.

Diz o fascismo que as habitações são em benefício dos trabalhadores. Isto é falso. Em primeiro lugar, quem vai habitar neste bairro (como nos outros «bairros económicos») são polícias de informação e parasitas das organizações corporativas, enquanto os milhares de trabalhadores que pagam para as Caixas de Previdência continuam em barracas e habitações miseráveis. Em segundo lugar, que não é esse o propósito do governo nota-se bem pelo facto de a CML, em vez de ceder o terreno para a construção das casas, o vende à Federação das Caixas de Previdência à razão de 45 a 75 escudos do metro quadrado (...).

Em Lisboa, se o governo quisesse resolver o problema da habitação, deveria ele próprio tomar os encargos ou medidas para que os empreiteiros e construtores, em lugar dos prédios de luxo com rendas para os ricos, construíssem casas de renda acessível.

(...) e quanto aos fundos das Caixas de Previdência, que a sua administração seja feita por trabalhadores eleitos e com a aprovação das massas.»

(«O governo assalta as Caixas de Previdência» — «Avante!», VI Série, n.º 93, 2.ª quinzena Agosto 1946)

AVANTE!

«Os nossos recursos de urânio, base do aproveitamento e da aplicação da energia nuclear, poderiam assegurar a larga electrificação e industrialização do País, o que bastaria a elevar o nível de vida do povo português e contribuiria para a libertação da Nação da tutela dos monopólios estrangeiros. Porém não é esse o caminho que está trilhando a camarilha salazarista!

A criação da Junta de Energia Nuclear visa unicamente acelerar a entrega do urânio português ao imperialismo americano e inglês, para alimentar a indústria do fabrico de armas e extermínio em massa, como o comprova o decreto-lei de 20 de Abril passado, que autoriza a exportação de minérios radioactivos. O presidente da Junta, o capitalista Frederico Ulrich, representante dos monopólios nacionais e estrangeiros, anunciou «uma vasta campanha de pesquisa de minérios radioactivos» no Continente e nas colónias e «caminhar o mais rapidamente possível» no propósito de «atender os insistentes pedidos de fornecimento desse precioso metal a algumas nações amigas» (leia-se Estados Unidos). Estes propósitos foram de novo salientados pelos salazaristas na Conferência Atómica de Genebra.

Assim, são os próprios salazaristas que confessam que põem os recursos uraníferos do País e a produção das 60 concessões já existentes em Portugal e nas colónias à disposição dos americanos e ingleses, para a sua política de preparação para a guerra e de obtenção de superlucros para os fabricantes de armas atómicas.»

(«Contra a entrega do urânio nacional!» — «Avante!», VI Série, n.º 203, Agosto 1955)

Agenda

Avante!

Ano 58 - Série VII

N.º 765

25 de Agosto de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Só faltam duas semanas para a

XII

feira

Avante!

LOURES • 9, 10 e 11 • SETEMBRO 1988

O trabalho
é em Loures!



TV O Programa

Quinta 25
RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Telenovela: «Selva de Pedra» (95.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia
- 14.20 - Jogos Olímpicos: 16 Dias de Glória (série)
- 15.00 - Concerto: Whispering Jack
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Telenovela: «Anos Dourados» (16.º epis.)
- 21.30 - Concerto: Nova Filarmonia Portuguesa (1.ª apresentação)

- 22.40 - As Aventuras de Ana (série)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
- 14.55 - Joana
- 16.00 - Quem Sai aos Seus...
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Telenovela: «Helena»
- 17.35 - O Regresso de Antílope
- 18.00 - Equinócio
- 19.00 - Totally Live
- 19.55 - O Fugitivo
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Especial Pesaro
- 22.05 - A Campanha (série — 1.º epis.)
- 22.55 - Século XX: «A Guerra da Coreia»

Sexta 26
RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Selva de Pedra
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Derrick
- 14.30 - Imagens da Arte Portuguesa



- 15.10 - Concerto: Bruce Willis
- 16.00 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Anos Dourados
- 21.20 - Escolher Saúde
- 21.40 - Homens da Segurança
- 22.25 - Brasil (série — 1.º epis.)
- 22.55 - Tribunal de Polícia
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate
- 00.05 - Pela Noite Dentro: «A Última Batalha», real. Robert Lewis (EUA/1980)

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
- 14.55 - Agora Escolha!
- 16.25 - Giramundo
- 16.50 - Helena
- 17.25 - O Trovão (série)
- 17.50 - Atletismo (transmissão directa)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Clube de Jornalistas



- 22.10 - A História (série — últ.º epis.)
- 23.05 - Entre Barreiras
- 23.30 - Troféu

Sábado 27
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Rock, Rock, Rock (série)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Fiscais
- 14.00 - Ascensão e Queda do Rei Algodão
- 14.30 - Cacau da Ribeira
- 15.30 - Sessão da Tarde: «Pecados de Família», real. Jerrold Freedman
- 17.40 - Alô, Alô
- 18.10 - Vivá Música
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim Meteorológico
- 21.25 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
- 22.00 - Concerto: Barbra Streisand



- 23.05 - Cinema da Meia-Noite: «A Coragem de um Homem», real. Alain Delon (França/1981)

RTP2

- 10.00 - Compacto Totally Live
- 13.05 - Compacto Selva de Pedra
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Music Box
- 20.55 - Uma Boa Idéia

- 21.20 - Molière (série — últ.º epis.)
- 22.20 - Concorde ou Talvez Não
- 22.50 - Concerto: o pianista Martial Solal no Cascais Jazz/81

Domingo 28
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias



- 13.10 - Filhos da Estrada e do Vento
- 13.35 - O Director de Turma
- 14.00 - O Continente Americano
- 14.55 - Primeira Matinée: «Vencedores e Vencidos» — aspectos dos Jogos Olímpicos de 1972 filmados por 8 grandes cineastas (EUA/1973)
- 16.35 - Desenhos Animados
- 16.55 - O Regresso de Sherlock Holmes
- 17.45 - Deixem Passar a Música: com Fernando Pereira
- 19.00 - O Justiceiro
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - O Colar Assassino (últ.º epis.)
- 21.45 - O Fado
- 22.40 - Domingo Desportivo

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Novos Horizontes
- 12.50 - Caminhos
- 13.15 - Troféu
- 17.00 - Ideias e Negócios
- 18.10 - A Bela e o Monstro (série)
- 19.05 - Piano Bar
- 20.05 - Quem Sai aos Seus...
- 20.30 - Artes e Letras: Henri Matisse



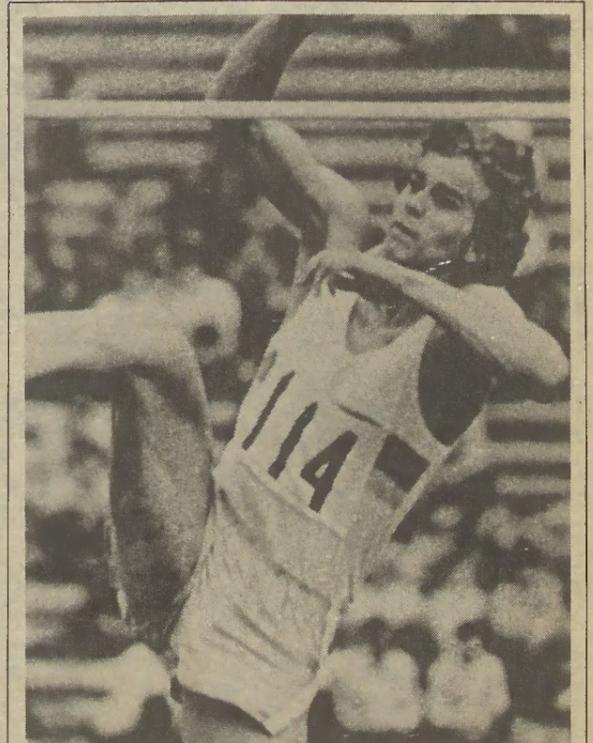
- 21.30 - Cineclub: «Aos Nossos Amores», real. Maurice Pialat (França/1983)

Segunda 29
RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.20 - Selva de Pedra
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson
- 14.20 - Rotas do Extremo Oriente
- 14.45 - Festival de Música de Bergen
- 15.40 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Anos Dourados
- 21.15 - Gente de Sucesso — Maria João Pires
- 21.40 - Jogos Sem Fronteiras
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate



Jogos Olímpicos de 72 filmados por oito cineastas — domingo à tarde na RTP-1

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Helena
- 17.35 - Um Amigo Especial
- 18.05 - Série
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - O Fugitivo
- 20.50 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Teatro Português — «A Mulher que Matou os Peixes», de Clarice Lispector, interpr. Margarida Carpinheiro

Terça 30
RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Selva de Pedra
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.20 - Jogos Olímpicos, 16 Dias de Glória
- 14.55 - Concerto — Sheila E.
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vamos Jogar no Totobola



- 20.35 - Anos Dourados
- 21.30 - Programa da Direcção de Informação
- 22.35 - Simenon
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
- 14.55 - Dois Dedos de Conversa
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Helena
- 17.35 - Histórias Fantásticas de Ray Bradbury
- 18.05 - Music Box

- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - O Fugitivo
- 20.50 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Montra de Livros
- 21.35 - Adrian Mole na Crise da Adolescência
- 22.00 - Cinemadois — «Contos dos Bosques de Viena», Real. Maximilian Schell (RFA-França/1979, inédito em Portugal)

Quarta 31
RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Selva de Pedra
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Fama
- 14.20 - Missões de Paz
- 14.45 - Concerto — Festival Cesme Turquia 88
- 15.50 - Brinca Brincando
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Estúdio 4
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Anos Dourados (último episódio)
- 21.15 - Lotação Esgotada «Inconquistáveis», Real. Cecil B. De Mille (EUA/1947)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 14.30 - Filhos e Filhas
- 14.55 - Agora, Escolha!
- 16.25 - Trinta Minutos Com...
- 16.55 - Helena
- 17.40 - A Viagem do Mimi
- 18.10 - Série — «Damon and Debbie»
- 19.05 - Totally Live
- 20.00 - O Fugitivo
- 20.50 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Joana
- 22.25 - Clube de Imprensa
- 23.10 - Fantasia e Realidade

MIKHAIL GORBATCHOV

APROFUNDAR A PERESTROIKA

edições Avante!

A XIX Conferência Nacional do Partido Comunista da União Soviética, recentemente realizada, foi atentemente acompanhada em todo o mundo. Dela resultaram importantes documentos, nos quais se faz, por um lado, um balanço de três anos de profundas transformações revolucionárias — a perestroika — e, por outro, se traçam as vias do seu aprofundamento como «único caminho possível para o reforço e o desenvolvimento do socialismo, para a resolução no interesse do povo dos problemas que hoje coloca o desenvolvimento social». São esses documentos, na sua versão integral, que a Editorial «Avante!» oportunamente publica em livro com o título **Aprofundar a Perestroika** — Intervenções de Mikhail Gorbatchov e Resoluções da XIX-Conferência do PCUS.

Esta obra abre com o discurso proferido pelo secretário-geral do Comité Central do PCUS, Mikhail Gorbatchov, subordinado ao título Sobre o Andamento da Concretização das Decisões do XXVII Congresso do PCUS e as Tarefas do Aprofundamento da Perestroika. Destacamos os três capítulos: «Desenvolver e Aprofundar a Perestroika», «A Reforma do Sistema Político, Garantia Essencial da Irreversibilidade da Perestroika» e «A Democratização da Actividade Dirigente e da Vida Interna do PCUS».

O livro inclui também as resoluções adoptadas na Conferência: «Sobre o andamento da concretização das decisões do XXVII Congresso do PCUS e as tarefas do aprofundamento da perestroika», «Sobre algumas medidas inadiáveis para a concretização da reforma do sistema político do país», «Sobre as relações entre as nacionalidades», «Sobre a democratização da sociedade soviética e a reforma do sistema político», «Sobre a luta contra a burocracia», «Sobre a glasnost» e «Sobre a reforma jurídica». O discurso proferido por Mikhail Gorbatchov, no encerramento da XIX Conferência Nacional do PCUS, fecha o livro.

A Editorial «Avante!» está certa de contribuir com esta edição para uma melhor compreensão do que realmente se passa hoje em dia na URSS.

edições **Avante!**

Cinema

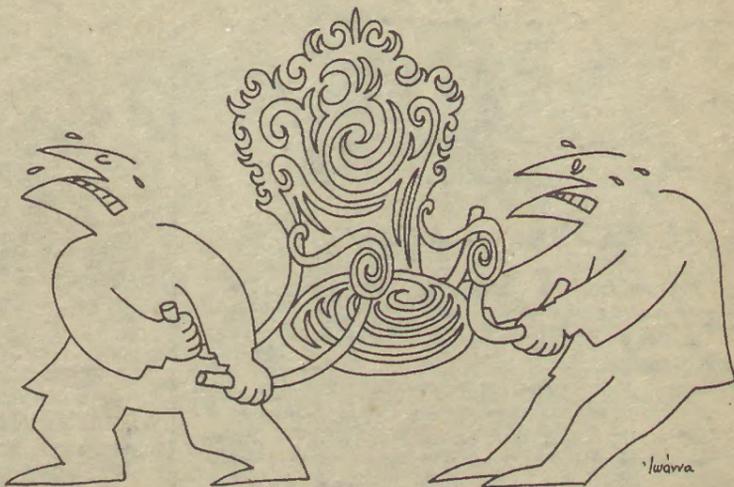
A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★★
B A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	—
C O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30) — Lisboa.
 B — Real. Philip Kaufman — Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Bernardo Bertolucci — Gemini (15.00, 18.00, 21.00); Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★



Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.45. **Maria! Não me Mates que Sou tua Mãe!**, de Camilo Castelo Branco, adapt. e encen. de Fernando Gomes.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Nave Adormecida**, de Fernando Dacosta, encenação de Castro Guedes, pelo Novo Grupo.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 3.ª, 4.ª e 5.ª a 21.30, 6.ª e sáb., às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz. Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

• ESTORIL

Cine-Teatro do Casino Estoril, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **Obrigado ao Amor de Vocês**, de Edgard Neville, encenação de Gracindo Junior.

Teatro Mirita Casimiro, De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Opereta**, de Gombrowicz, adaptação e encenação de Carlos Avilez (até 28-8) — **Teatro Experimental de Cascais**.

Exposições

Ana Pimentel — «Arqueologia do Tempo», fotografia. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 13.00 às 17.30 (até 2/9).

Cartaz de Teatro Polaco. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e domingos das 10.00 às 17.00, 4.ª e sábado das 14.00 às 18.30 (até 31/8).

Cartografia Portuguesa Antiga. Mosteiro dos Jerónimos, Piso 1. De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 31/8).

Colectiva de alunos da António Arroio (ano lectivo 87/88). Na António Arroio, de 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00 (até 7/10).

Colectiva — «Lisboa e o Tejo», pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a sáb. das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 3/9).

Colectiva — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 46-A (até 31/8).

Colectiva — Pintura e escultura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A (até 31/8).

A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às

13.00 e das 14.30 às 17.00.

Homenagem a Joseph Buys — Gravuras. Gal. almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3.ª a dom. das 10.00 às 20.00.

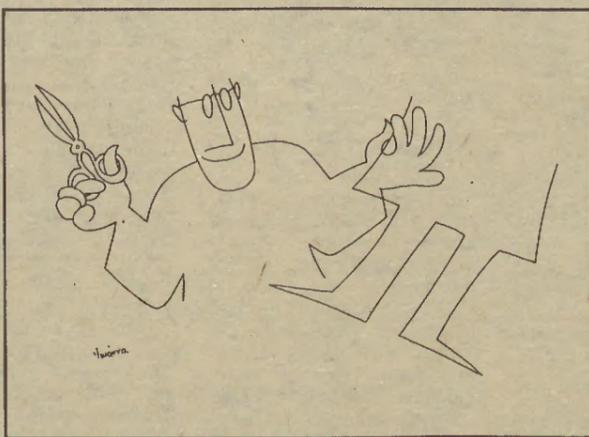
Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 28/8)

Lino António — Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Martins Barata — Retrospectiva de pintura. Palácio Galveias, Campo Pequeno. De 3.ª a domingo das 14.00 às 19.00 (até 31/8).

Ourlvesaria Portuguesa («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda.

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 28/8).



• PORTO

Exposição Colectiva dos Sócios da Arvore. Coop. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 31/8).

• OUTRAS LOCALIDADES

Raquel Zagallo e Bernardette de Freitas — Cerâmica. Das 10.00 às 18.00, até 15/9. Biblioteca Pública ALMADA.

António Pimentel Pintura. Até 9/9. Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

«Traje Popular na mudança do século nos arredores de Braga». Gal. da Universidade (até 15/9) Braga.

Espólio de Obras de Artes Plásticas do Museu Municipal de Almada. Até 30/8. Convento dos Capuchos. COSTA DA CAPARRICA.

Janet Brown e Jorge Mealha — Gravura, cerâmica, escultura. Galeria de Arte Arcada, todos os dias excepto 2.ª feira, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 (até 6/9) ESTORIL.

Manuel Baptista — Pintura e desenho. Até 30/9, Gal. de Arte do Convento Espírito Santo. LOULÉ.

Loures em Imagens do Passado — A Memória das Colhas — recolha fotográfica e etnográfica. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12) LOURES.

Tapetes orientais da colecção do Museu Gulbenkian. Até fim de Setembro, no Palácio Nacional MAFRA.

Luís Ralha — Pintura. Junta de Freguesia de Santiago SE-SIMBRA.

Ilda Reis — Pintura. Galeria Municipal de Artes Visuais/Casa do Bocado. De 3.ª a dom. das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 28/8) SETÚBAL.

Manuel San-Payo — Pintura. Centro Cultural Emmerico Nunes SINES.

Vitor Pomar — Pintura. Gal. Spatium e Casa Museu Álvaro de Campos TAVIRA

Bartolomeu Cid dos Santos — Exposição de gravura integrada na VI Bienal Internacional de Arte VILA NOVA DE CERVEIRA. **Design Gráfico Português** — Tema de várias exposições na VI Bienal de VILA NOVA DE CERVEIRA (até 4/9).

...e ainda

Música, debates, etc.

Vieira da Silva até domingo

A exposição de Vieira da Silva patente ao público na Fundação Gulbenkian encerra no próximo domingo, dia 28 (e não a 28 de Setembro, como erradamente aqui se informava na passada semana). Esta exposição, que integra mais de 80 obras de diferentes épocas, pertencendo a colecções estatais e particulares de numerosos países vai ser transferida para Paris, onde será apresentada em Setembro.

Jazz em Agosto o fim

É hoje mesmo às 21.30, o concerto de encerramento do festival de jazz que tem estado a decorrer no Anfiteatro ao Ar Livre da Gulbenkian. No palco vão estar **Ornette Coleman** (em sax alto, trompete e violino) e a **Prime Time Band**: Ken Wessel e Chris Rosenberg (guitarras), Albert McDowell e Chris Walker (baixo electrónico), Denardo Coleman (bateria) e Badal Roy (percussão). Bilhetes a 800\$00, com o desconto habitual de 50% para jovens e estudantes.

Bandas de Música

Regresso à Gulbenkian e ao Anfiteatro ao Ar Livre para um ciclo de concertos por bandas de música a realizar nos dois próximos fins-de-semana, sempre às 17.00 e com entrada livre.

Esta semana, duas bandas civis: sábado, 27, a **Banda de Alcobaça**, com 66 músicos e direcção do maestro Vítor Santos; domingo, 28, a **Banda da Sociedade Filarmónica Recrea-**

tiva de Pero Pinheiro dirigida pelo maestro Alberto de Freitas.

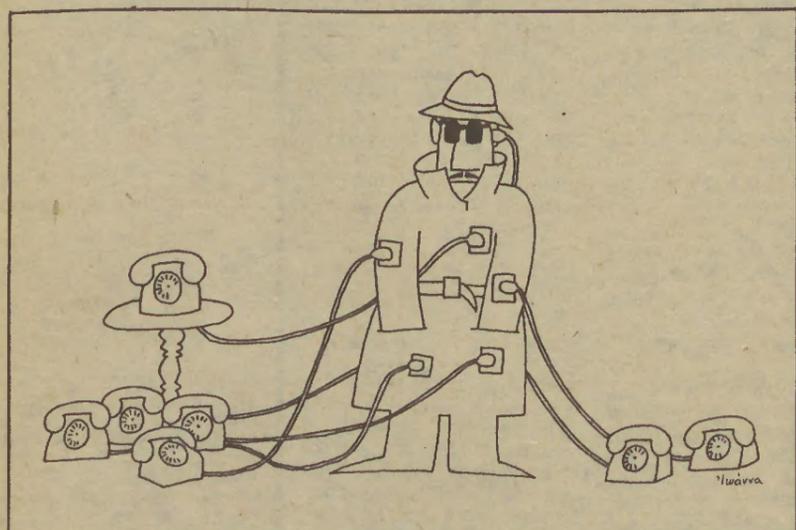
Festas de Corroios

A Junta de Freguesia de Corroios e a Casa do Povo organizam de 27 de Agosto a 4 de Setembro, com o apoio da CM do Seixal, as **Festas Populares** da freguesia, que dão aos espectadores musicais um particular relevo, todas as noites funcionando dois palcos. Num deles haverá

música popular e dança folclórica; no outro, uma programação variada que — no próximo domingo, às 22.00 — inclui uma noite de fado com Carlos do Carmo.

Maria João no Hot

Um único concerto: sábado à noite, no Hot Clube de Portugal. Maria João com os seus músicos habituais — Leszek Zadlo, Peter Walter, Carlos Bica, Thomas Alkier que (sem Maria João) se apresentam também naquela sala hoje e amanhã.



Plenários em Lisboa

O Comité Local de Lisboa tem previstos para os próximos dias os seguintes plenários de militantes:

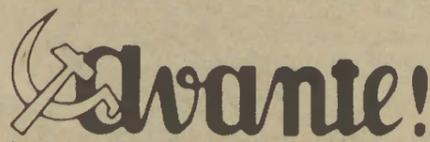
- das freguesias de Lumiar, Ameixoeira e Charneca na terça-feira, dia 30, às 21 e 30, no Centro de Trabalho da 6.ª Zona (Lumiar);
- da 4.ª Zona da OLL na quarta-feira, dia 31, às 21.00, no Centro de Trabalho de Arroios, com a participação do camarada Francisco Lopes;
- do Sector Sul da 6.ª Zona na segunda-feira, dia 29, às 21.30, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Tempo Fim de Semana



No sábado, dia 27, céu pouco nublado, apresentando-se muito nublado no Oeste, durante a madrugada e manhã. Vento geralmente fraco. Neblinas ou nevoeiros matinais.
 No domingo, dia 28, céu pouco nublado, tornando-se muito nublado nas regiões do Norte onde poderão ocorrer aguaceiros fracos. Vento fraco a moderado de Oeste. Pequena descida de temperatura. Neblinas e nevoeiros matinais.



Órgão Central do Partido Comunista Português

TABELA DE ASSINATURAS

12 N.ºs 25 N.ºs 50 N.ºs

Continente e Regiões Autónomas	625\$00	1250\$00	2500\$00
Europa	1950\$00	3875\$00	7750\$00
Países Africanos de Expressão Portuguesa	2350\$00	4625\$00	9250\$00
Outros países	3025\$00	6050\$00	12 100\$00

a TV

«Ajuda humanitária»?...

A gente ouve. A gente ouve e não acredita. Não pode acreditar. Estamos no domínio do humor negro.

Jornal da Tarde refere-se à situação dos «contras» da Nicarágua. Coitados. Parece que atravessaram um momento difícil. Dados os fracassos militares (entenda-se: dada a ausência de colaboração das populações...) aos «contras» nada mais resta do que a fuga, para as montanhas... das Honduras. O desânimo, a fome, a doença, lavram no seu seio. Apela-se, pois, para a ajuda humanitária aos «contras»...

Incrível! Há quem advogue a ajuda humanitária aos «contras», ou seja, há quem pretenda ajudar os terroristas!!!

Note-se bem. Esta classificação de **terroristas** aplicada aos «contras» da Nicarágua, não resulta de uma apreciação subjectiva. Ela é utilizada por personalidades civis e religiosas (haja em vista os depoimentos das freiras católicas e comprovada por imagens colhidas no local. Sim. Terrorismo é a palavra exacta.

Agora há quem peça, para eles, a «ajuda humanitária» enquanto os três mil criminosos regressam a penas, ou seja, às Honduras, de mão estendida para Reagan, a quem não falta vontade. Mas o povo americano é doutra opinião...

Para variar...

A informação na RTP gosta muito de variar? Isso é o que por lá se diz. Gostam muito de variar para que os espectadores andem bem informados. Pois claro...

Vejamos o **Jornal das 9**. Dois problemas em foco: a morte do Presidente do Paquistão e a questão da África Austral.

Para «esclarecer» a audiência sobre o assunto paquistanês foram buscar o jornalista Iqbal Ahmed.

Ele veio e garantiu-nos que o Zia Ul-Haq tinha miolos. Assim o demonstrara durante a conversa que mantivera durante três horas. Enfim, a mim quer-me parecer que falar com o Iqbal durante três horas não revela ter miolos, mas sim uma grande vocação para mártir, uma grande paciência.

Jornal das 9 quis variar. Fez bem. E para variar, na análise da paz em Angola, foi buscar... o Jaime Nogueira Pinto.

Os meus leitores perdoar-me-ão se evito citar as subjectividades ideológicas daquele senhor. Mas a repulsa delas atingiu o máximo nas referências a Nelson Mandela. A preocupação do entrevistado centrava-se no «dilema trágico» da África do Sul: é perigoso deixá-lo morrer na prisão; é perigoso libertá-lo...

O dilema trágico de um ser humano condenado a prisão perpétua, isso não conta para o entrevistado da extrema-direita que o **Jornal das 9** foi buscar, com todo o carinho.

Para variar, certamente.

Também soubemos que o Haq não era assim tão bera como se diz. De facto, praticara umas brutalidadeszinhas, mas isso foi apenas durante a lei marcial que, lembre-se, durou de 1977 a 1985...

Mas agora aquilo está muito, mas muito democrático. Os partidos políticos podem funcionar e tudo...

Deus!, o Ahmed sabe que isto não é verdade. Porque o diz?

Agora vejamos a qualidade deste analista. Fala-se da possibilidade de ter havido atentado, de que não havia porém indícios. E ele: «Não há indícios, mas a mim não me restam dúvidas de que foi um atentado...»

Ou seja: ele não sabe, mas não tem dúvidas...

Ah, estes analistas da RTP...

Variação... avariada

Mas o «espírito de variação» do **Jornal das 9** voltou a manifestar-se pouco depois, a propósito da Checoslováquia. Ou melhor, a despropósito, visto que a «comemoração» da «Primavera de Praga» (ah, como os «simpatizantes» anticomunistas gostam de repetir os chavões políticos da propaganda cavernícola...) ainda vinha longe.

Mas o **Jornal das 9** (que nos últimos tempos fez uma evidente viragem a outra aragem) não se importa com essas ninharias e depois... candeia que vai à frente alumia quas vezes...

Então foram buscar Santos Pereira, jornalista do «Expresso» que, na sua edição do dia seguinte, publica uma grande (quer dizer, extensa) análise da autoria... do mesmo Santos Pereira. Curiosamente, o nome da publicação vinha mencionado na legenda, ao contrário do que acontecera com outros jornalistas, ou seja, a vergonha da informação na RTP acaba no «Expresso». Ai acabam-se os pruridos da publicidade...

A entrevista estava recheada dos lugares-comuns circunstanciais. Aliás, quem assistiu na quinta-feira à reportagem sobre os acontecimentos de Praga, organizada pela Televisão húngara, encontrou as respostas, no concreto, às questões, às dúvidas e às especulações do entrevistado.

Esta nota apenas quer sublinhar o leque de variações usado na RTP, leque muito... avariado.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Entre nós a subida da inflação («inesperada» ou mesmo «irrelevante» diz agora displicentemente o governo) continua a ser uma das razões objectivas de descontentamento e luta, e de comentários quase diários na imprensa.

Chegam-nos também preocupações que afligem todo o mundo. Uma delas veio (como aliás é frequente) dos Estados Unidos, com o anúncio esta semana da candidatura à vice-presidência de um «falcão» à moda antiga, daqueles que a gente pensa já não há...

No entanto, o sr. Quayle é mesmo um representante daquilo a que os falcões seus pares chamam a «América profunda» — a mais conservadora, reacçãoária, belicista. A imprensa, da esquerda à direita, traça-lhe o perfil.

Inflação

• «A inflação que se julgava definitivamente a caminho da CEE, fazendo até parte do elenco de sucessos governamentais quase considerados como indiscutíveis, volta a ser manchete dos jornais e dos discursos políticos. Uma «simples» décima (de 8,9 para 9 por cento) foi quanto bastou para travar em Julho a sistemática desaceleração dos preços de há praticamente dois anos a esta parte. E com ela um caudal de acusações em que, de um lado se posicionaram Governo e confederações patronais e, de outro, partidos da oposição e centrais sindicais.

Ainda que a contragosto, UGT e CGTP dispõem de um trunfo apreciável: só com uma dose substancial de má-vontade poderá colocar os trabalhadores na condição de réus deste processo. O acordo de rendimentos foi negociado com base em valores esperados bastante abaixo da evolução real dos preços. Até Cavaco Silva o reconheceu ao afirmar que a meta dos seis por cento estimada para 1988 terá de sofrer um adiamento até Março de 1989.

Em contrapartida, as confederações patronais revelaram algum desconforto, o qual sintomaticamente foi projectado em acusações aos dirigentes sindicais, com destaque para os da UGT. A CAP e CCP, talvez incomodadas com a forte subida dos preços na classe de «alimentação e bebidas» (mais 1,4 por cento) e de «outros bens e serviços» (mais 1,3 por cento) ensaiaram uma curiosa explicação: a de que a ruptura pela UGT do «acordo de rendimentos» associada a uma «campanha psicológica de alguns parceiros sociais» teria estado na origem da alta dos preços.

Claro que o panorama está longe de ser tão pessimista como o desenha a oposição, pois o Governo ainda dispõe de algumas armas para «domesticar» a inflação nos tempos mais próximos. O problema está em saber como se comportará esta variável a mais longo prazo, havendo quem afirme que a inflação de Julho constitui o sinal de uma tendência persistente, se o Governo não modificar a sua actual política.

O Governo remetido pela primeira vez à defensiva vai ter, pois, de explicar claramente as razões deste insucesso e provar sem ambiguidades que tudo não passa do efeito secundário natural numa «crise de crescimento».

(...) O problema, segundo deixam entender especialistas como Silva Lopes, é que a economia portuguesa continua tão vulnerável como antes aos factores externos,

porque — deixam supor — nenhuma alteração de fundo lhe foi introduzida.»

(«Diário de Notícias», 22 de Agosto)

Simplicíssimo...

• «A economia do Estado Novo assentava, como é sabido, numa teoria importada a que o seu chefe atribuía a maior importância: a corporativismo.

Segundo os termos dessa teoria, os interesses de patrões e empregados não são antagonísticos mas complementares, cabendo ao Estado a organização de corporações onde uns e outros compatibilizassem os seus anseios — por forma a que as empresas evoluíssem, os sectores de actividade progredissem e a economia do país florescesse.

Por estranho que pareça, Cavaco tem exactamente a mesma ideia — e a mesma convicção de que um dos principais papéis do Estado é o de levar patrões e empregados a harmonizar os seus interesses.

Assim se compreende a importância que o primeiro-ministro atribui à UGT.

Repare-se que o chefe do Governo quase não liga às críticas da oposição.

Repare-se que trata com alguma displicência o segundo maior partido político português e o seu líder, mesmo quando precisa deles.

Mas coloca o maior empenho nas relações com a UGT, reúne frequentemente a sós com o seu secretário-geral e evita todas as críticas que possam conduzir a uma ruptura.

Porque transporta consigo a ideia de que nada se conseguirá sem o que o Governo consiga pôr de acordo os patrões e os trabalhadores.

O princípio, como se sabe, é simplicíssimo.»

(«Expresso», 20 de Agosto)

Um «falcão»

• «Quayle comportou-se de uma forma muito típica quando foi apresentado, na última terça-feira, como candidato à vice-presidência escolhido por George Bush: começou por contar uma anedota sobre a sua pessoa, depois fez um discurso aos berros e finalmente precipitou-se para Bush com um entusiasmo que obrigou o candidato mais velho a recuar.»

(«O Jornal» 19 de Agosto)

• «Tem 41 anos e podia ser filho de George Bush (67). Comparam-no a Robert Redford pela sua agradável presença física (não pelas ideias, que o conhecido actor navega por águas mais liberais). É um especialista em questões militares, com incursões na área do trabalho. Duro, jovem, bonito: eis a trilogia que George Bush escolheu para complementar a sua candidatura.»

«Dan Quayle é contra o aumento do salário mínimo, contra o aviso prévio sobre despedimentos e encerramento de empresas e outra legislação laboral pedida pelos sindicatos, quer o detector de mentiras na selecção de candidatos a empregos públicos e desconfia do tratado INF sobre eliminação de mísseis intermédios, assinado por Reagan com a URSS. É provável (não foi ainda mencionado) que seja contra o aborto e pela oração nas escolas, questões caras à «moral majority» conservadora norte-americana. Em suma: um perfeito «falcão».

• «Desde o início da Convenção republicana de Nova Orleães que a ala direita do Partido Republicano atacava em força. Formam-na os puros e duros WASP (brancos, anglo-saxões, protestantes) que de certa forma se sentem traídos pela de Nova Orleães que a ala direita do Partido Republicano ataca em força. Formam-na os puros e duros WASP (brancos, anglo-saxões, protestantes) que de certa forma se sentem traídos pela (vieram na «Mayflower») e os seus arautos são os pregadores fundamentalistas como Pat Robertson, ex-candidato à nomeação republicana. As suas falhas: uma série de escândalos recentes em que o amor ao dinheiro (uma virtude, na América) se mistura com algum reboliço de saias, salpicando a austera fachada moral. «God Bless America».

Estes escândalos, e a própria evolução político-social do país, retiraram alguma força a esta «moral majority», fenómeno evidente na pobre campanha de Pat Robertson. Mas, dentro do partido Republicano, ela é ainda uma força considerável, que levou Bush a ter de contemplá-la. A própria plataforma do partido avança para questões como a proibição do aborto por emenda constitucional. Os «duros» deram poucas hipóteses ao candidato presidencial.»

«George Bush é um aristocrata do Norte, vagamente liberal, pouco dado ao populismo. Triunfou como *businessman* no Sul (Texas). Aplicada ao eleitorado, esta «grelha» cobre geograficamente um dos estados mais influentes na eleição, de eleitorado conservador, a comunidade de negócios e parte da *intelligentsia* moderada republicana.

Ficam de fora muitas minorias raciais, os sindicatos e a franja mais conservadora do eleitorado republicano. Como contemplar duas coisas tão antagonísticas? De duas formas: ou escolher para vice-presidente um «republicano esquerdista» e propor uma plataforma (programa) direitista ou convidar um «duro» para seu parceiro e tentar incluir soluções moderadas na plataforma. George Bush escolheu a segunda.»

(«Semanário», 19 de Agosto)

• «Não conheceu as privações da Segunda Guerra Mundial, nem a guerra do Vietname. Mas, por ser um *baby-boomer*, isto é, da geração nascida numa época em que a abundância americana do pós-guerra encorajava os casamentos e o cumprimento da Lei de Deus (crescei e multiplicai-vos), Quayle surge como um potencial «cata-votos» entre os eleitores que se identificam com a sua geração.

A revista *National Journal*, não partidária, considera que Quayle é dos senadores «mais conservadores», tendo sido um dos mais empenhados opositores da cláusula de pré-aviso aos trabalhadores em caso de despedimento — matéria em que o Presidente Reagan se viu forçado a recuar para não prejudicar a própria campanha do seu vice-Presidente.

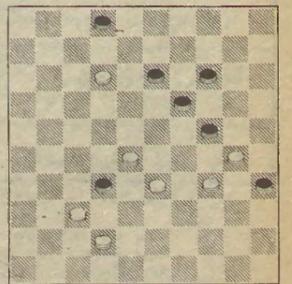
(«Diário de Notícias», 19 de Agosto)

Damas

CLXVIII — 25 de Agosto de 1988

PROPOSIÇÃO N.º 168

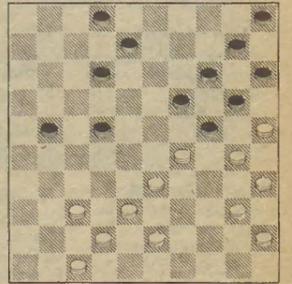
Por: O. Peyerlongue
Salles-de-Béam (F), 1979
Pr. [7]: 2-13-14-19-24-32-35
Br. [7]: 12-28-30-33-34-37-42



Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 168

Por: G. Aubier — Paris, 1972
Pr. [12]: 2-5-8-10-12-14-15-19-20-21-22-24
Br. [12]: 25-29-30-33-35-37-38-40-42-43-45-47



Jogam as brancas e fazem Dama

SOLUÇÕES DO N.º CLXVIII

Miniatura n.º 168 (O.P.): 28-22 (32x41); 42-37 (41x32); 33-29 (24x33); 12-8 (35x24); 22-18 (13x22); 34-29 (2x13); 29x29+ Golpe n.º 168 (G.A.): 33-28! (22x33); 29-23 (19x28); 30-19 (14x23); 38x7 (2x11); 25x14 (10x19); 37-32 (28x39); 40-34 (39x30); 35x2=D+

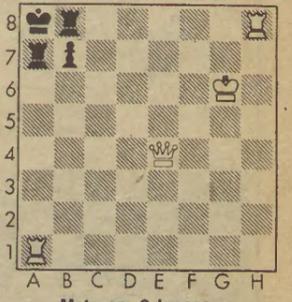
A. de M. M.

Xadrez

CLXVIII — 25 de Agosto de 1988

PROPOSIÇÃO N.º 168

Por: Th. Herlin
«Schachzeitung», 1852
Pr. [4]: Pb7-Ts.a7, b8-Ra8
Br. [4]: Ts.a1, h8-De4-Rg6



Mate em 2 lances

JOGO N.º 168

«Taça da Europa por Equipas»
Roterdão, 1988
Br. Hazai (Honved de Buda-pest)

Pr. Lobron (Solingen)

1. e4, c5; 2. Cf3, d6; 3. d4, c:d4; 4. C:d4, Cf6; 5. Cc3, Cc6; 6. Bg5, e6; 7. Dd2, a6; 8. 0-0-0, h6; 9. Bb3, Bd7; 10. f4, b5; 11. Bd3, Bb7; 12. Rb1, C:d4; 13. B:d4, b4; 14. Cc2, Db8; 15. Cg3, 0-0; 16. e5, Cd5; 17. Cc4, Td8; 18. Df2, d:e5; 19. f:e5, Bb8; 20. Th1, a5; 21. g4, a4; 22. h4, Tc8; 23. Ra1, b3; 24. a3,b:c2; 25. B:c2, B:h4; 26. D:h4, T:c2; 27. g5, Db3; 28. g:h6, Bb5; 29. h:g7, R:g7; 30. Cg5, Th8; 31. T:f7+, Rg8; 32. Th7, Th2; 33. T:h8+, Rg7; 34. C:e6+, Rf7; 35. Cd8+, Rg6; 36. Dg4++

SOLUÇÃO DO N.º 168

Chave: 1. Dh1! blocus!
4.... Ta6+; 2. Ta6++
1.... Ta1; 2. Da1++
1.... Ta joga; 2. T:T++
1.... Tg8+; 2. T:g8++
1.... T:h8; 2. D:h8++
1.... Tb joga; 2. T:T++

A. de M. M.

na festa!

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 7
25 de Agosto de 1988

Não pode ser vendido
separadamente

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO



Cosmonauta soviético no grande convívio de Loures

DESPORTO NA FESTA



Pedro Burmester e Mário Laginha

Concerto para 2 pianos no palco «25 de Abril»!!

«Aqui
Rádio-Festa do Avante!»



«Aqui Rádio-Festa do Avante!»

Um fenómeno cultural, social e informativo desta envergadura não podia, obviamente, ficar de fora da Festa do «Avante!». Falamos das rádios locais, que sintonizamos em todo o País e que ajudam a mostrar a realidade regional, os problemas locais, a vida das populações, os grandes e os pequenos problemas da actualidade.

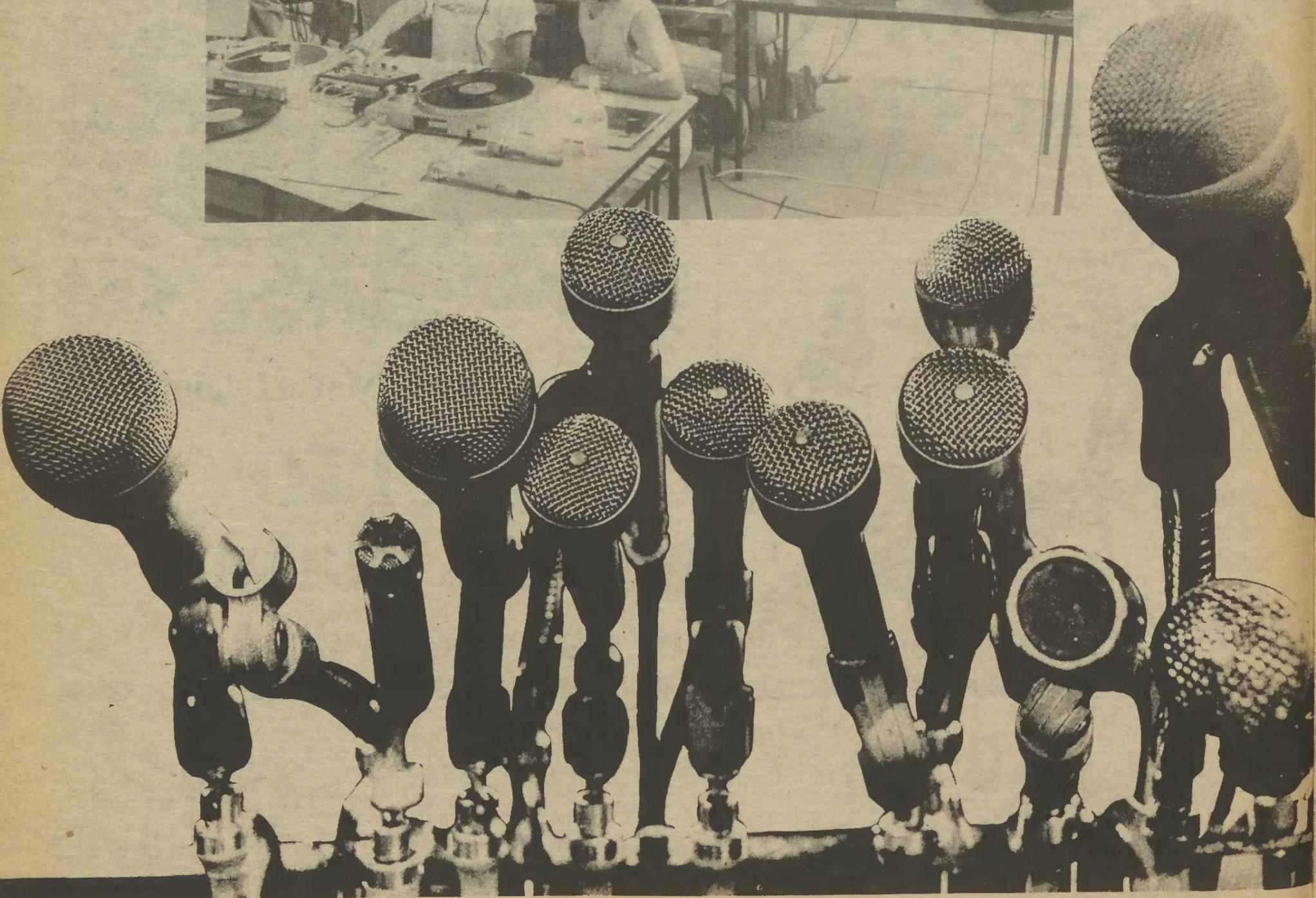
Um dos debates programados no auditório do pavilhão central da Festa do «Avante!» assenta num encontro entre o Grupo Parlamentar do PCP e represen-

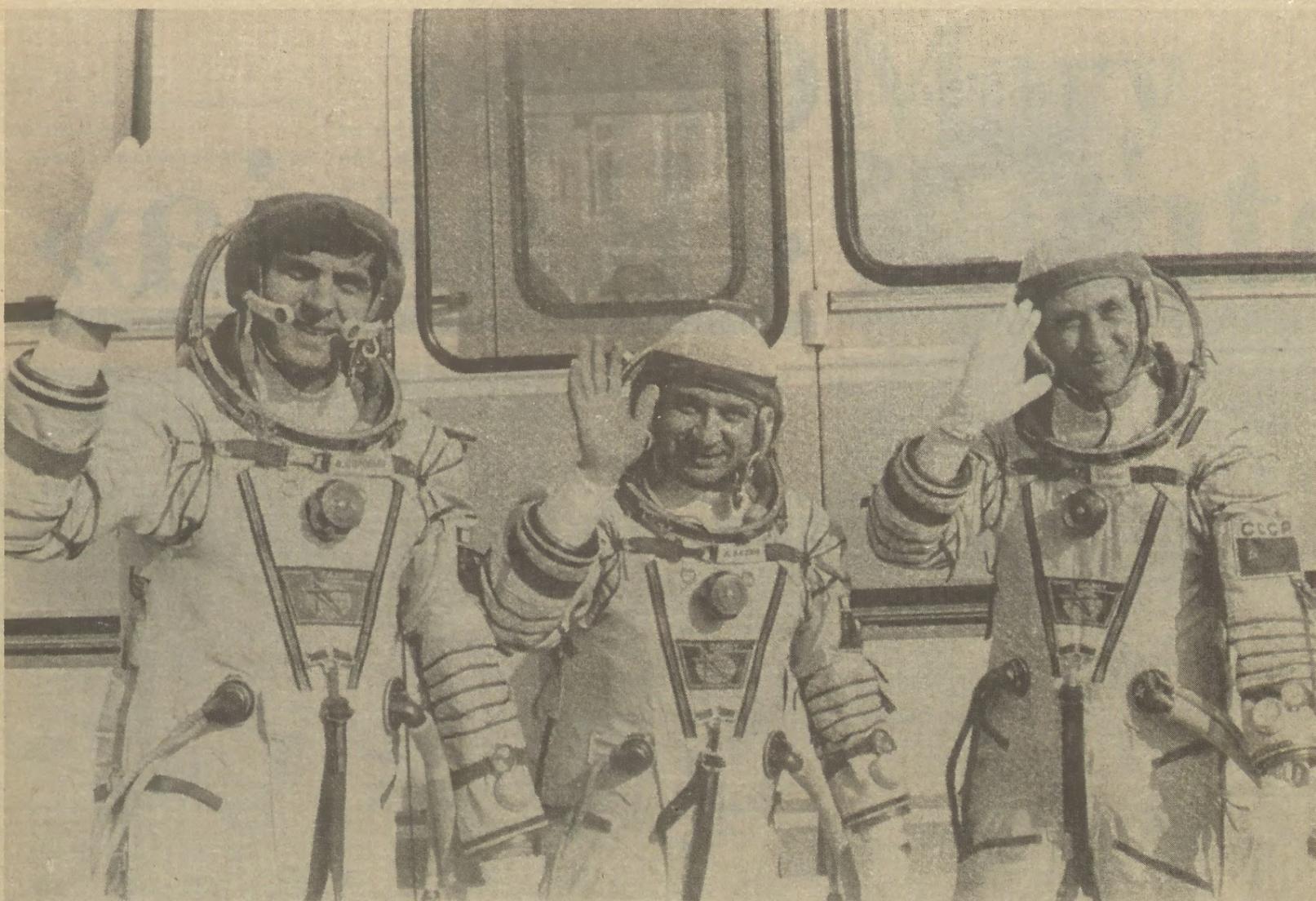
tantes de rádios locais de todo o País (10 de Setembro, sábado, das 20.30 às 21.45 horas). Aqui se falará de muitos assuntos de vivo interesse na vida das rádios locais.

Mas novidade em grande vai ser também a pequena estação de rádio instalada de propósito no recinto da Festa para emitir nos três dias em FM. Um camião, algumas «roulotes» de apoio e uma antena identificam o pequeno estúdio, que poderá, naturalmente, ser observado pelos olhares curiosos dos visitantes, na zona central.

Serão lançadas para o ar informações úteis sobre a Festa, nomeadamente a situação do trânsito e os acessos, etc. Ao mesmo tempo a rádio poderá vir a transmitir em directo momentos significativos da vasta programação da Festa, caso dos espectáculos.

As rádios locais também marcam presença em Loures. Com a sua realidade actual e as suas legítimas apreensões, os seus projectos e a sua vontade. Uma presença que, certamente, não passará despercebida ao visitante. ☆





Vladimir Soloviov (à esquerda), com Leonid Kizim e Oleg Athkov — a tripulação do complexo «Saliut 7-Soyuz T10 — Progress 19». Depois dos dias 9, 10 e 11 de Setembro poder-se-á dizer que, destes três cosmonautas, só Leonid Kizim ainda não esteve na Festa do «Avante!»

Cosmonauta soviético no grande convívio de Loures

A aventura do Cosmos é, como já salientámos nas colunas do «Avante!», uma presença em foco na Festa. Informação, reprodução de materiais e equipamentos, e mesmo peças genuínas estão

em Loures para uma observação atenta e curiosa.

Mas, em carne e osso, teremos também um grande convívio de Loures um dos viajantes do Espaço.

Vladimir Soloviov, piloto-cosmonauta e herói da União Soviética, é um dos nossos convidados estrangeiros para a

12.ª edição da Festa do «Avante!».

Quem é este homem?

Participou no voo espacial do complexo orbital de investigação científica «Saliut 7 — Soyuz T 10 — Progress 19» e foi membro da tripulação da nave cósmica «Soyuz T 15» em 1986. Permaneceu

23 horas fora da nave, no espaço, em seis saídas efectuadas.

Para além da sua presença na Festa, Vladimir Soloviov terá um vasto programa de contacto no nosso país de que daremos conta aos nossos leitores em próxima edição. ★

Canção Juvenil

— final nacional na Festa

O Festival da Canção Juvenil Festa do «Avante!» realizou-se pela primeira vez em 1986, tendo então alcançado um inegável sucesso.

Sucesso, quer pela sua qualidade, quer pelo número de jovens que acorreram a nele participar.

Este ano, a história repete-se com a segunda edição do Festival. O 2.º Festival da Canção Juvenil Festa do «Avante!» 88 é, desde já, um sucesso.

E sucesso porque já movimentou muita gente jovem que faz música. Primeiro nas finais concelhias, depois nas distritais e agora na final nacional, que tem por palco o da Juventude, na antiga

Quinta do Infantado, durante a Festa do «Avante!».

É aqui que poderemos ver desfilar os jovens e os seus talentos. Talentos que serão apreciados por um júri idóneo composto por músicos, jornalistas e membros da organização.

Há prémios para os vencedores, claro, mas neste Festival importante mesmo é participar. Seja no palco, seja fora dele.

A população de Lorvão presente em peso!

E participar é também divulgar a Festa do «Avante!». Exemplos do sucesso na divulgação do maior convívio do Portugal de Abril têm surgido um pouco por todo o lado.

Impressionante foi o que aconteceu no passado dia 6 de Agosto. O Festival da Canção Juvenil de Lorvão, no concelho de Penacova, teve uma assistência na

ordem das mil pessoas, ou seja a população em peso assistiu ao espectáculo.

Sérgio Fonseca foi o vencedor do festival. Mas o espectáculo incluiu ainda uma parte animada por Samuel e por Arminda Simões, Alice Fonseca, José Melquíades, Tó Pereira e a Orquestra Ligeira da Filarmónica Boa Vontade, constituída por 12 músicos e criada especialmente para o festival. ★

Mercado da Reforma Agrária

Muitos dos visitantes da Festa do «Avante!» não dispensam uma passagem pelo mercado da Reforma Agrária. E têm razão. Trata-se de uma visita duplamente vantajosa. Porque representa solidariedade para com os trabalhadores da heróica conquista de Abril, cada vez mais na mira da política

destruidora. E porque se transforma numa boa oportunidade de adquirir vários produtos para o consumo familiar.

Azeite, melão, pão caseiro, feijão, grão, vinho, mel — são apenas alguns exemplos dos artigos de qualidade que encontraremos em Loures, no mercado da Reforma Agrária. ★



Grupo «Rússia»



O grupo folclórico «Rússia» foi criado em 1970, ligado à união de grupos musicais de Moscovo.

Além dos instrumentos populares tradicionais, o «Rússia» utiliza o órgão, a guitarra, o xilofone e outros, o que permite apresentar um programa muito variado, com melodias populares russas, música de outros povos da URSS, música clássica russa e estrangeira, fragmen-

tos de óperas e de peças para ballet.

A solista do «Rússia», Larissa Trukhina, terminou o Instituto Pedagógico-Musical Gnessinikh, prestigiada escola de Moscovo.

O grupo já fez várias digressões pela União Soviética e pela Jugoslávia, Hungria, RDA, Finlândia, Dinamarca, México e Itália. Em Setembro vamos tê-los na Festa ★

Mory Kanté

Mory Kanté é uma das grandes presenças da Festa do «Avante!» deste ano. Tendo atingido já o 15.º lugar nas vendas no nosso país, o trabalho de Mory Kanté começa a ser devidamente reconhecido pelo grande público em Portugal. O «Ye Ke Ye Ke», que deu origem a um *video clip*, é êxito com lugar de honra nas rádios. Agora, em Setembro, a oportunidade de ver, ouvir e aplaudir Mory Kanté e um grupo de valiosos acompanhantes. A melhor música de África tem encontro marcado consigo, amigo leitor. E em Loures, na 12.ª Festa do «Avante!» ★



Igor Bankovski

Igor Bankovski é solista (baixo) do estúdio de ópera do Conservatório de Moscovo, onde se licenciou em 1976 (na classe do professor Nesterenko); fez aí a pós-graduação, concluída em 1982.

De 1976 a 1980 foi o solista principal no Teatro de Ópera e Ballet de Gorki; nesta cidade conquista o título de Laureado do Concurso de Jovens Cantores de ópera, em 1979; em 1985 é também premiado no 12.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Moscovo.

O seu repertório inclui papéis princi-

pais em muitas óperas conhecidas dos séculos XVIII e XIX.

Muitos dos seus esforços têm ido para a recuperação e popularização de canções populares russas. Gravou para a rádio mais de três dezenas de canções populares até então desconhecidas. Tem actuado várias vezes na TV soviética e em 1988 a «Melodia» editou um LP de Bankovski com canções russas antigas.

Igor Bankovski participou nos trabalhos de recuperação das óperas perdidas de E. Fomin «Americanos» e «Orféu» ★



Pedro Burmester

Mário Laginha



A 27 de Julho último o público do Festival de Música dos Capuchos assistiu a um extraordinário concerto de câmara a dois pianos, por Pedro Burmester e Mário Laginha.

Desta vez, para um público muito mais numeroso, os dois músicos portugueses vão actuar de novo, num espectáculo com inovações de ordem técnica.

Estão a decorrer todos os esforços possíveis para que Burmester e Laginha utilizem em Loures pianos eléctricos ligados directamente à amplificação, sem recurso aos «tradicionais» microfones, criando-se assim as melhores condições de audição.

Em perspectiva está, pois, um grande momento na programação artística e cultural da Festa do «Avante!»/88.

Trabalhos de A. Copland, Scott Joplin e Milhaud serão levados ao vasto auditório da Festa por dois pianistas de craveira.

Um espectáculo a não perder. ★

DESPORTO NA FESTA

Um programa aliciante para os 3 dias

A XII Festa do «Avante!» vai realizar-se pela primeira vez em Loures, no novo terreno, onde neste momento se estão a construir as infra-estruturas. Para o desporto haverá um recinto polivalente, um pavilhão para xadrez e damas, um recinto para colóquios e projecção de vídeos e ainda um terrado para a prática de chinquinho.

Neste último espaço terá ainda lugar uma exposição subordinada ao tema «A presença portuguesa nos Jogos Olímpicos».

Os visitantes da Festa poderão apreciar a prática de diversas modalidades como a ginástica, o xadrez, damas, luta greco-romana, atletismo e jogos tradicionais e assistir a colóquios e filmes sobre

os jogos olímpicos de Moscovo e Los Angeles.

O programa desportivo para os três dias da Festa está assim delineado:

- Na sexta-feira, dia 9 de Setembro, haverá a partir das 21 h, no recinto polidesportivo, um sarau internacional de ginástica, nas modalidades desportiva, rítmica e acrobática, com ginastas portuguesas, da URSS, da RDA e da Hungria. No pavilhão do desporto, pelas 21.30 h, haverá damas.

- No dia 10, logo pelas 10.30 h, começam os jogos de chinquinho no terrado. Às 11 horas, terá lugar no pavilhão do desporto, uma simultânea de xadrez para deficientes com os mestres internacionais da RDA e URSS convidados e, à mesma hora, no recinto desportivo, poderemos

acompanhar luta greco-romana. À tarde, com início marcado para as 15 h, continuam os jogos tradicionais; disputa-se também a final nacional do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!» no rinquê municipal de Loures; haverá damas no pavilhão do desporto, festival de ginástica dos clubes e colectividades portuguesas no polidesportivo e um colóquio («Novos métodos de preparação e treino em ginástica») com técnicos portugueses e da URSS.

Às 17 horas haverá xadrez com os mestres convidados e às 21 h, damas. O festival de ginástica das colectividades prossegue às 21 h e, pelas 21.30 h, haverá outro colóquio com atletas e técnicos portugueses («Presença portuguesa nos Jogos Olímpicos»).

- No último dia da Festa, 11 de Setembro, pelas 9.30 h, é dada a partida à Corrida da Festa do «Avante!», frente ao pavilhão «Paz e Amizade», em Loures, e às 11 h terá lugar uma simultânea dedicada a jovens e crianças, com os mestres internacionais de xadrez, no pavilhão do desporto do terreno da Festa. À mesma hora, realiza-se um sarau internacional de ginástica, nas modalidades já referidas, com atletas portugueses, da URSS, RDA e Hungria.

Pelas 15 horas, continuará o torneio de chinquinho e efectua-se o último colóquio, com jornalistas, atletas e técnicos, sobre o atletismo em Portugal. A finalizar, haverá luta greco-romana, no recinto polidesportivo, pelas 19 horas.

Corrida de Atletismo

- Prestigiar a modalidade é objectivo de primeiro plano

- Mais de 700 atletas inscritos, representando mais de 70 equipas

- Na próxima semana, depoimentos do dr. **Manuel Martins** (fisioterapia), atleta amador sobejamente conhecido, e do recordista nacional dos 50 km/marcha que estará em Seoul — **José Pinto**

A iniciativa da Festa do «Avante!» de levar a cabo este ano uma Corrida de Atletismo, teve em conta a recolha de opiniões de atletas da alta e média competição. A prática do atletismo, de alguns anos a esta parte, tem assumido um destaque bastante importante no qual os nossos atletas muito têm prestigiado o País.

É no capítulo da amizade e da fraternidade e da sã camaradagem adquirida e pelo sacrifício de muitos atletas que esta modalidade tem tido um particular destaque internacional.

A escolha por nós feita do prémio

atribuído aos primeiros classificados de uma viagem à RDA, teve em conta a opinião da atleta Rosa Mota.

O nosso objectivo supremo é o prestígio da modalidade.

Um mês antes da Corrida já se encontram inscritos mais de 700 atletas de todo o país, incluindo alguns consagrados, nomeadamente, Dr. Luís Horta, Armando Aldegalega, Óscar Santos, António Antunes, Eduardo Santos, Mário Machado, José Dias, Dinis Sousa, Domingos Ribeiro, Gravito, Custódio Pereira, Fernando Reis, entre outros.

Sobre esta iniciativa, disseram-nos:

«(...) A Festa do «Avante!» merecia

uma prova de atletismo, o percurso é magnífico, a extensão é a ideal para a altura do ano» — Armando Aldegalega, Sporting Clube de Portugal.

«(...) Sendo uma prova aberta a todos os atletas, vai fazer com que a participação seja elevada, fazendo assim a propaganda da corrida a pé» — Óscar Santos, SCP.

«(...) Para além de fazer uma propaganda à corrida como actividade salutar permite o convívio social de milhares de pessoas» — Luís Horta, Sport Lisboa e Benfica.

A primeira Corrida da Festa do Avante-Loures-Odivelas-Loures, tem como director técnico o atleta do CDPO **Fernando Fernandes** sendo coadjuvado na organização desta iniciativa pelo Prof. José Manuel Constantino, Prof. Carlos Manuel dos Santos, Jorge Araújo, Carlos Alberto Machado, Luís Ferreira, Borges, Vladimiro Simões, Carlos Costa, Alberto Verdugo e Dr.ª Manuela Marques. Tem ainda a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures. ★

Breve depoimento

Luís Horta

Numa era em que o chamado «Progresso» nos leva a situações que podem muito em breve ser catastróficas para a Humanidade, o Desporto representa uma forma importantíssima de manutenção de uma população física e psiquicamente mais saudável.

O «Progresso» levou-nos à fenda da camada de Ozónio atmosférico pela acção do Fréon dos «sprays», às chuvas ácidas motivadas pela elevada poluição industrial, ao perigo e aos desastres nucleares, à progressiva destruição da Floresta Amazónica com as alterações climáticas daí resultantes, à desertificação das zonas rurais, à fome e miséria em diversos pontos do globo, às guerras para manutenção de grandes interesses internacionais, ao materialismo e ao individualismo com completo alheamento dos verdadeiros ideais humanos e a tantos outros falsos trajectos.

O homem necessita cada vez mais de se encontrar consigo próprio, viver mais para si e menos para a aparência ilusória, conviver com a Natureza e com os outros seres humanos, saber até que ponto podem ir as suas capacidades. Tudo isto poderá encontrar na prática desportiva realizada como forma de lazer. O desporto é acima de tudo uma forma de contacto entre as pessoas, um escape para o stress da vida quotidiana, uma quebra para o sedentarismo que a vida actual nos impõe.

Claro que ele não representa a solução «milagrosa» para todos os problemas que nos afectam mas decerto ajudará a resolver muitos deles.

A sua colaboração na resolução de casos de tabagismo, alcoolismo, excesso de peso, de problemas circulatórios, distúrbios psíquicos, dependência à droga e muitos outros ilustram fielmente o que se afirmou.

Como médico e praticante de atletismo convidamos a experimentar o desporto ou a retomá-lo.

Nunca é tarde para começar ou recomeçar!

■ Luís Horta

(atleta de alta competição do SLB, e médico)



Fernando Fernandes



Armando Aldegalega



Óscar Santos



Luis Horta (à frente na foto) e Joaquim Pinheiro

Nomes consagrados do atletismo português vão estar na Corrida. Alguns deles falamos desta iniciativa

IX Torneio de DAMAS

• Regulamento



Foi em 1979, já lá vão 9 anos, que pela primeira vez se começou a disputar o Torneio de Damas da Festa do «Avante!». Desde então não se deixou de realizar.

Este ano, tal como aconteceu nos anos anteriores, a sua organização estará a cargo de camaradas e amigos da secção de damas do Almada Atlético Clube e o seu regulamento tem as mesmas características iniciais.

Esta ano a Festa é às portas de Loures. Mais um motivo de atracção para que esta modalidade renove o seu interesse na Festa: em Odivelas há bons praticantes e entusiastas desta modalidade, que certamente engrossarão a lista dos concorrentes que de todos os pontos do País costumam aderir ao torneio. Esperamos pois que os damistas nacionais marquem novamente encontro no Pavilhão do Desporto, não só para disputarem os prémios em jogo (troféus e medalhas) como para viverem uma bela jornada de convívio e amizade. E até lá inscrevam-se, nos CTs ou directamente para a Comissão do Desporto - Av. António Serpa, 26, 2.º esq. 1000 Lisboa.

1. Decorrerá nos dias 10 e 11 de Setembro de 1988 o IX Torneio de Damas da Festa do «Avante!».

1.1 Cada Centro de Trabalho ou Organização Regional procederá de forma a mobilizar o maior número de inscrições para estarem presentes em Loures, nomeadamente através da organização de torneios de preparação.

1.2 Os campeão e vice-campeão de 86 terão a sua presença assegurada no torneio a partir da 2.ª eliminatória.

1.3 A participação far-se-á mediante a inscrição nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente para a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26, 2.º esq. 1000 Lisboa, até 31 de Agosto, ou no próprio local da Festa, até às 14 horas do dia 10 de Setembro, hora do início da prova.

Primeira fase

2. Será o seguinte o Regulamento deste IX Torneio Nacional:

2.1 A 1.ª sessão é disputada por 60 damistas que se eliminarão até à quarta sessão, incluindo a partir da segunda, os campeão e vice-campeão de 1986.

2.2 Transitarão para a segunda fase os quatro apurados destas eliminatórias.

2.3 O emparelamento para a primeira eliminatória será designado por sorteio no local e à hora do início: 14 horas do dia 10 de Setembro.

2.4 Os emparelamentos para as sessões seguintes far-se-ão também por sorteio até à quarta sessão.

2.5 As sessões terão a duração de duas horas, assim: 14-16 horas; 21-23 horas.

2.6 Sendo necessário haverá repescagens.

2.7 Se houver número ímpar de jogadores, folgará um designado por sorteio que não poderá voltar a folgar.

3. Na 4.ª sessão serão disputados os quartos-de-final com 8 jogadores em prova.

4. Nas três sessões anteriores as partidas de 4 jogos serão de abertura livre.

4.1 Nos quartos-de-final (21 horas) as aberturas serão sorteadas e comuns aos quatro tabuleiros, e tempo controlado por relógios.

4.2 O tempo é de 90 minutos por cada jogador.

5. Nas partidas empatadas, os desempates far-se-ão por partidas rápidas:

a) Desempate por meio de um jogo em abertura sorteadas e 10 minutos para cada jogador.

b) Prevalecendo o empate jogar-se-á outro jogo de 10 minutos para cada.

c) Se o jogo for empatado considera-

-se vencedor o jogador que tiver gasto menos tempo no último jogo (o 6.º).

d) Se mesmo assim subsistir o empate, o vencedor será designado por sorteio.

Segunda fase

6. A segunda fase começará dia 11 pelas 13 horas, e será disputada pelos quatro apurados na primeira fase, os quais jogarão em «poule» (todos contra todos).

7. Partidas de quatro jogos, abertura sorteadas e 90 minutos para cada jogador.

7.1 Se na classificação final houver empates em pontuação, far-se-á o desempate pelo sistema «sonnebom-Berger».

8. Os horários das sessões são: 13 horas; 16 horas; 21 horas.

9. No início das sessões serão postos os relógios a trabalhar, tendo os jogadores uma hora para comparecer.

9.1 Se o(s) faltoso(s) comparecer(em) dentro do prazo terá(ão) de jogar com o tempo que lhe(s) restar.

9.2 Se o prazo for ultrapassado será considerado derrotado quem prevaricar.

10. Estarão em disputa três troféus para os três primeiros e uma medalha para o quarto classificado.

11. Nesta prova vigorarão as Leis do Jogo aprovadas pela Federação Portuguesa de Damas.

12. Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica.

XADREZ

Mestre Internacional da RDA chega no dia 1

Uwe, Bonsch, Mestre Internacional de Xadrez da RDA, chega no próximo dia 1 de Setembro a Lisboa, para efectuar simultâneas no pavilhão de xadrez da Festa do Avante! e, no âmbito das iniciativas preparatórias, participar num torneio de semi-rápidas na Académica da Amadora e em simultâneas em Loures, Seixal e na Associação de Cegos Luís Braille.

O programa da sua estadia está assim ordenado: nos dias 2 e 8 de Setembro realizará simultâneas com jovens, em

Loures; nos dias 3 e 4 participará no torneio de semi-rápidas da Associação Académica da Amadora; no dia 6 de Setembro, efectuará uma simultânea no Seixal (nas Cavaquinhas) e no dia 7 de Setembro, a partir das 19 horas, fará uma simultânea com deficientes visuais, nas instalações da Associação Luís Braille.

Uwe Bonsch, que só completará 30 anos em Outubro próximo, é possuidor de um currículo invejável na área do xadrez mundial: já foi diversas vezes campeão em torneios internacionais, sendo Mestre Internacional desde 1977, ganhou

em Dubei o título de Grão-Mestre Internacional (1986), para além de já ter obtido o de vice-mestre da RDA em 85 e 86.

Na actual escala da Federação Internacional de Xadrez, que conta com 2530 inscritos, Uwe Bonsch é considerado como um dos melhores jogadores da RDA, com 1800 partidas simultâneas e rápidas já jogadas.

Recorde-se que o outro xadrezista internacional que virá a Portugal no âmbito da Festa do Avante! é Alexander Kochenov, Grande Mestre da URSS. ★





É fácil chegar a Loures!

É tarefa fácil explicar a localização e os acessos à Festa do «Avante!» E isto, entre outros motivos, porque o recinto se encontra nas imediações de uma conhecida vila dos arredores de Lisboa - Loures -, e junto de uma via rápida que desde logo evita, para os visitantes que não conhecem a zona, as dúvidas próprias de quem não sabe os caminhos a seguir.

Quem vai da capital, a tarefa é ainda mais simplificada: ao fim da auto-estrada, virar à direita, contornar a urbanização e «lá ao fundo» aí está a Festa e o convívio. Acrescente-se ainda que numerosas setas e indicações próprias mostram

nas estradas de acesso à antiga Quinta do Infantado a correcta localização da Festa. Mas, mesmo para quem ainda possa ter dúvidas, desde que chegue a Loures, fica com o problema resolvido.

Aqui ficam já de seguida algumas informações úteis sobre transportes colectivos (carreiras da Rodoviária Nacional) a utilizar.

204 — Patameiras, Odivelas, Póvoa de Sto. Adrião, Sto António dos Cavaleiros, Ponte de Frielas - Loures.

215 — Cacém (Est.), Venda Seca, Idanha, Belas, Água Lige, D. Maria,

Caneças, Fonte da Bica, Montemor, Loures (escola) Loures.

301 — Sacavém (cruz.), Catujal, Apelação, Frielas, Ponte de Frielas, Loures.

331 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de Sto. Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal, Trancão, Bucelas.

332 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de Sto. Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal.

333 — Lisboa (Entrecampos), Via Rápida, S. Roque, Tojal, Trancão, Bucelas.

334 — Lisboa (Entrecampos), Olival Basto, Póvoa de Sto. Adrião,

Ponte de Frielas, Loures, Quinta do Infantado.

335 — Lisboa (Çç. Desterro), Entrecampos, Olival Basto, Póvoa de Sto. Adrião, P. Frielas, Loures, S. Roque, Tojal, Pintéus, Fanhões, Casinhos, Cabeço de Montachique, Vale de S. Gião, Freixial, Bucelas.

Para fazer a ligação com a Rodoviária Nacional, do Cais do Sodré - autocarros 1, 44 e 45 até Entrecampos e depois Rodoviária Nacional (RN); de Sta. Apolónia - Linha Verde (autocarros) até Entrecampos e depois RN; do Rossio - Metro ou, autocarros 1, 21, 36, 44, 45 até Entrecampos e depois RN; do Sul - Metro na Praça de Espanha (Palhavã), muda-se na Rotunda para Entrecampos e depois RN; da Casal Ribeiro - Metro Saldanha, ou qualquer autocarro até Entrecampos; dos Concelhos do Norte - saem em Loures; da Linha Azambuja - saem na estação Entrecampos e, depois RN.

Se utilizarem viatura própria, aconselham-se os seguintes percursos: do Norte - deixam a auto-estrada do Norte em Alverca e seguem por Vialonga, Quintanilha, Granja, Tojal, Quinta de S. Roque, Quinta do Infantado; do Sul - Ponte 25 de Abril, Praça de Espanha, Penta, Azinhaga, 2.ª Circular, Churrasqueira, Estádio José Alvalade, Calçada de Carriche, Via Rápida; dos concelhos Norte - Estrada Nacional até Loures; da Linha Sintra - ou por Belas, Caneças, Montemor, Loures ou auto-estrada, Marquês de Pombal, Saldanha, Campo Grande, Churrasqueira, Estádio José Alvalade, Calçada de Carriche, Via Rápida; da Linha Cascais - Autoestrada até ao Marquês e depois segue o mesmo percurso.

